



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Luã Braga de Oliveira

**Em busca do Internacional no pensamento dos militares: um estudo sobre
a abordagem da dimensão internacional pelos egressos do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM/ECEME)**

Rio de Janeiro

2019

Luã Braga de Oliveira

**Em busca do Internacional no pensamento dos militares: um estudo sobre a
abordagem do Internacional pelos egressos do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Militares (PPGCM/ECEME)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia de Abreu Pinheiro

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

O482

Oliveira, Luã Braga de.

Em busca do internacional no pensamento dos militares: um estudo sobre a abordagem da dimensão internacional pelos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM/ECEME) / Luã Braga de Oliveira. – 2019.

145 f. : il.

Orientadora: Letícia de Abreu Pinheiro.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Ciência militar - Teses. 2 Relações exteriores - Teses. 3. Defesa - Aspectos políticos - Teses. I. Pinheiro, Letícia de Abreu. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 355:327

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luã Braga de Oliveira

**Em busca do Internacional no pensamento dos militares: um estudo sobre a
abordagem da dimensão internacional pelos egressos do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Militares (PPGCM/ECEME)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: 25 de novembro de 2019.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Letícia de Abreu Pinheiro (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Aparecida Marques
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jacintho Maia Neto
Escola Superior de Guerra

Prof.^a Dra. Maria Regina Soares de Lima (suplente)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani (suplente)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Sandra e Vivaldo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível cursar este Mestrado.

Agradeço aos professores do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), pela imensa contribuição para minha formação acadêmica, intelectual, política e humana. Agradeço, em especial, às professoras Letícia de Abreu Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima e ao professor Carlos Milani. À primeira, não só pelas aulas, mas por ter aceitado orientar este trabalho e por tê-lo orientado com tamanha atenção, dedicação e paciência.

Agradeço aos professores do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI/UFRJ), que tanto colaboraram para meu envolvimento com o tema aqui tratado. Agradeço, especialmente, à professora Adriana Marques, que além de todo apoio dado durante a graduação, também aceitou compor a banca deste trabalho e me proporcionar, mais uma vez, a oportunidade de ouvir suas valiosas contribuições. Ao professor Henrique Paiva, grande amigo que me orientou na graduação e na vida; e ao professor Miguel Borba de Sá, cujas palavras nos momentos de dúvida pelos quais passei foram fundamentais para minha escolha pelo IESP/UERJ.

Ao professor Jacintho Maia Neto, por ter aceitado, com presteza, compor a banca desta dissertação.

À minha família – meus pais, meus avós (*in memoriam*), minha tia e minha prima – que por toda a minha vida têm atuado como o alicerce do meu crescimento enquanto ser humano.

Aos colegas da turma de 2017 do Mestrado em Ciência Política do IESP/UERJ, pelas profundas discussões em aula e pelos sorrisos e conversas fora dela.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE), pelas tantas reuniões mensais que me enchiam de *insights* e ideias.

À Helena Pinheiro, pelo prestigioso auxílio na coleta e na estruturação dos dados aqui apresentados e discutidos.

Aos amigos do antigo (e eterno) Centro Acadêmico de DGEI, pela militância compartilhada, pelo companheirismo e pelas noites de vinho e conversa. Agradeço, em especial, à Lorena Viana e a Alberto Senna.

RESUMO

BRAGA, L. **Em busca do Internacional no pensamento dos militares:** um estudo sobre a abordagem da dimensão internacional pelos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM/ECEME). 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

Este trabalho tem por objetivo identificar os elementos que dão arcabouço ao que se constitui como o pensamento dos militares em temas de política internacional. Parte-se do pressuposto de que há, na literatura, poucos estudos sobre a visão internacional contida no pensamento dos militares. Embora seja vasta a produção acerca do pensamento político desses atores, seu foco frequentemente recai sobre sua visão acerca da política nacional, das características da sociedade, dos modelos de gestão do Estado e de desenvolvimento econômico, além de seu próprio papel como fiador da ordem e do progresso. Entende-se que essa aparente lacuna é evidência da desarticulação entre as dimensões da defesa e da diplomacia. Para a consecução do objetivo estabelecido, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro oferece um breve panorama dos traços gerais característicos do pensamento dos militares no século XX. O segundo discute o histórico da desarticulação existente no Brasil entre as esferas da política de defesa e da política externa. O terceiro, por fim, busca identificar os elementos que constituem a visão internacional dos militares nos dias de hoje, através da análise dos trabalhos finais produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Palavras-chave: Pensamento Militar. Pensamento Internacional. Política Externa. Política de Defesa.

ABSTRACT

BRAGA, L. **In search of International in the military thinking**: a study on the approach of the international dimension by the graduates of the Graduate Program in Military Sciences (PPGCM/ECEME). 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

This paper aims to identify elements that help defining the military thinking on international policy issues. It is assumed that there are few studies about the international vision contained on military thinking. While there is a great deal of production on the political thinking of these actors, their focus is often on national policy views, the characteristics of society, state management models and economic development, and their own role as guarantors of order and progress. I understand that this apparent gap is evidence of a disarticulation between the dimensions of defense and diplomacy. To achieve the established goal, the paper is divided into three chapters. The first chapter offers a brief overview of the general characteristics of military thinking in the twentieth century. The second one discusses about the history of the existing disarticulation between the realms of defense policy and foreign policy in Brazil. The third finally seeks to identify the elements that produce an international view of the Armed Forces nowadays, throughout the analysis of final essays of the Postgraduate Program in Military Sciences of the Brazilian Command and General Staff College (ECEME).

Keywords: Military Thinking. International View. Foreign Policy. Defense Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais Temas Abordados pelos Trabalhos Finais do PPGCM.....	77
Gráfico 2 - Áreas de Formação dos Docentes do PPGCM em nível Mestrado.....	77
Gráfico 3 - Áreas de Formação dos Docentes do PPGCM em nível Doutorado.....	78
Gráfico 4 - Distribuição de Dissertações e Teses Defendidas no PPGCM.....	81
Gráfico 5 - Anos de Defesa de Dissertações no PPGCM.....	81
Gráfico 6 - Anos de Defesa de Teses no PPGCM.....	82
Gráfico 7 - Principais Temas Abordados pelos Trabalhos Finais do PPGCM.....	84
Gráfico 8 – Ênfases Temáticas das Dissertações e Teses do PPGCM.....	87
Gráfico 9 - Principais Temas Internacionais nas Dissertações e Teses do PPGCM.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Temas Abordados pelos Trabalhos Finais do PPGCM	83
Tabela 2 – Ênfases Temáticas das Dissertações e Teses do PPGCM.....	86
Tabela 3 – Principais Temas Internacionais nas Dissertações e Teses do PPGCM.....	88
Tabela 4 – Autores mais Citados nas Dissertações e Teses do PPGCM.....	90
Tabela 5 – Obras mais Citadas nas Dissertações e Teses do PPGCM.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de Desenvolvimento Nacional nas Doutrinas Básicas da ESG	23
Quadro 2 – Objetivos do PPGCM.....	72
Quadro 3 – Linhas de Pesquisa, Assuntos Prioritários e Temas de Interesse do PPGCM...	73
Quadro 4 – Áreas de Interesse dos Professores do PPGCM.....	78

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	O PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES NO SÉCULO XX.....	16
1.1	Engajamento Político Militar nas Primeiras Décadas da República e a Influência do Tenentismo.....	16
1.2	O Pensamento Político dos Militares na Guerra Fria e a Influência da Escola Superior de Guerra.....	21
1.3	O Pensamento Político dos Militares na Redemocratização.....	25
1.4	O Lugar do Internacional.....	27
1.5	Conclusão.....	31
2	POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA: UM HISTÓRICO DA (DES)ARTICULAÇÃO.....	34
2.1	Os Anos 1990 e a “Síntese Imperfeita”.....	35
2.2	O Governo Lula e a “Política Externa Ativa e Altiiva”.....	42
2.3	O Governo Dilma Rousseff e o “Brasil no Atoleiro”.....	48
2.4	Michel Temer e a Proposta de “Desideologização” da Política Externa...	52
2.5	Governo Bolsonaro, Disrupção Ideológica e a “Tutela Militar” no Itamaraty.....	58
2.6	Conclusão.....	62
3	EM BUSCA DO INTERNACIONAL NO PENSAMENTO DOS MILITARES NO SÉCULO XXI.....	67
3.1	O Processo de Criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares.....	67
3.2	Finalidade, Objetivos e Estrutura Curricular.....	71
3.3	Perfil Docente.....	76
3.4	Ênfases Temáticas.....	80
3.5	O Lugar do Internacional e suas Ênfases Temáticas e Teóricas.....	84
3.6	Conclusão.....	93
	CONCLUSÃO.....	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
	ANEXO A – Frequências de Palavras-Chave nos Trabalhos Finais do PPGCM.....	110
	ANEXO B – Frequências de Temas Internacionais nos Trabalhos Finais do PPGCM.....	120
	ANEXO C – Principais Autores Citados nos Trabalhos Finais do PPGCM.....	124
	ANEXO D – Principais Obras Citadas nos Trabalhos Finais do PPGCM.....	132

INTRODUÇÃO

Não seria precipitado afirmar que a história republicana do Brasil confunde-se, em sua quase totalidade, com a história da atuação política dos militares. Do próprio ato de proclamação da República, em 1889, ao período de ditadura civil-militar que vigorou de 1964 à 1985: quase um século completo marcado por revoltas, insubordinações, insurreições, golpes, revoluções e contra-revoluções nas quais as Forças Armadas (FA) tiveram participação, seja enquanto protagonistas ou enquanto coadjuvantes. Ora ocorridas de forma espontânea e desorganizada, ora de forma programática e racional, as diversas investidas castrenses na sociedade política não assumiriam o vulto que tiveram em ocasiões como a revolução de 1930 ou o golpe civil-militar de 1964 se não possuísem, em suas fileiras, ideólogos dotados de um projeto político, social e econômico para o país. Oficiais como Juarez Távora, Juracy Magalhães, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, entre outros, tiveram suas obras e registros públicos escrutinados em esforço para analisar e compreender o pensamento e o projeto por eles propostos nos diferentes períodos da história republicana. Diversos aspectos do pensamento militar brasileiro pululam enquanto recorrências na obra dos estudiosos do tema – como a centralização político-burocrática, o racionalismo e o positivismo. Tais aspectos, cujo conteúdo semântico e os graus de prioridade variam no decorrer da história, somam-se, de modo a caracterizar a existência de um projeto nacional contido no pensamento desses atores.

Cabe pontuar que há uma extensa discussão no campo dos estudos epistemológicos a nível nacional sobre o lugar da teoria na produção intelectual brasileira. Enquanto uns concluem que a produção intelectual brasileira em geral contém um “pensamento sem teoria”, outros apontam que tal abordagem sugere o reconhecimento implícito de um lugar subalterno da ciência produzida na periferia global, tida como mero pensamento, frente à produção intelectual dos países centrais, alçada ao status de teoria (LYNCH, 2013). Posto isso, o debate sobre se existe uma teoria política/social brasileira ou se aqui há tão somente a produção de um pensamento político/social é vasto e inconcluso, de modo que não entraremos nessa alçada para efeitos deste trabalho.

Nosso objetivo aqui consiste em analisar os traços característicos da evolução do pensamento político dos militares ao longo da República e identificar o espaço que

questões relativas ao domínio da política internacional e da política externa ocupam nesse pensamento nos dias de hoje. Tal objetivo assemelha-se ao de Garcia (1997), qual seja o de identificar os elementos que dão arcabouço ao que se constitui como o pensamento dos militares em temas de política internacional, porém com o recorte temporal atualizado. Parte-se do pressuposto de que, embora a variada literatura acadêmica já produzida dê conta de descrever, analisar e interpretar a amplitude e a vastidão desse pensamento militar em suas dimensões política, econômica e social, ela carece de estudos específicos acerca do pensamento dos militares sobre a dimensão internacional. Sendo vasta a produção acerca do pensamento político militar, seu foco frequentemente recai sobre a visão desses atores acerca da política nacional, das características da sociedade, dos modelos de gestão do Estado e de desenvolvimento econômico, além de seu próprio papel como fiador da ordem e do progresso - aspectos estes que serão discutidos no primeiro capítulo. A visão internacional desse atores, entretanto, foi pouco estudada e parece evidenciar a desarticulação entre as dimensões da defesa e da diplomacia. Os fatores históricos associados à essa desarticulação e que aparentam concorrer para seu agravamento serão discutidos oportunamente no segundo capítulo.

Ocorre, porém, que fatos históricos recentes - resultantes das transformações ocorridas nas instituições, nos Estados e no sistema internacional após a Guerra Fria - oferecem indícios de que uma maior inserção da caserna na discussão de assuntos relativos ao domínio internacional vem ocorrendo. O recente processo de reforma educacional em curso nas FA desde os anos 1990 (OLIVEIRA, 2019; MIGON, 2017; NUNES, 2012) colaborou para uma aproximação sem precedentes da instituição militar a comunidade acadêmica civil, sobretudo do campo das relações internacionais. Sendo assim, se à época do estudo conduzido por Garcia (1997) identificou-se que o contexto histórico dos anos 1961 a 1989 interessava particularmente ao observador situado nos anos 1990 (GARCIA, 1997, pp. 18), o processo de transformação ocorrido na formação militar ao longo das últimas décadas justifica a recolocação de sua pergunta de pesquisa nos dias atuais. Justifica-se ainda pela necessidade de se mensurar de que modo a mudança na “missão militar” (FUCCILLE, 2003) ocorrida ao longo dos anos 1990, que em certa medida afastou as Forças Armadas da dimensão internacional e impactou no pensamento desse atores sobre temas dessa seara. Nesse sentido, o ensejo deixado por Garcia (1997) ao fim de seu trabalho toca a referida mudança e serviu como ponto de partida para o presente estudo:

Dentro da perspectiva de consolidação de uma cultura estratégica no Brasil, com respaldo civil, caberia observar nos próximos anos a evolução do pensamento brasileiro em direção a uma (quicá desejável, porém de consecução reconhecidamente difícil) reflexão teórica pós-Guerra Fria, que tome por base a missão dos militares em um país pacífico, desnuclearizado, sem pretensões hegemônicas, com ativa diplomacia de paz e inserção regional múltipla, o qual, por sua profundidade geoestratégica, necessita também possuir capacidade de autoproteção e de resposta a ameaças, mediante uma força mínima de dissuasão defensiva (GARCIA, 1997, pp. 34).

Sendo assim, o terceiro e último capítulo será dedicado à análise do pensamento dos militares sobre temas atinentes à política internacional e à política externa nos últimos dez anos. Com vistas a operacionalizar o objetivo estipulado, optou-se por tomar como amostra a produção científica elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), bem como sua estrutura curricular e seu perfil docente. Para efeitos operacionais, adotamos aqui a categoria analítica empregada por Garcia (1997) para delimitação do que se entende por “pensamento dos militares”, qual seja:

as opiniões e concepções elaboradas pelos militares em assuntos específicos. Neste caso, pode haver um pensamento dos militares em matéria de economia, política, saúde e educação, ou sobre temas como a integração nacional, os meios de comunicação, a cultura e assim por diante (GARCIA, 1997, pp.20).

O corte temporal dos últimos dez anos (2010-2019) justifica-se por corresponder ao período em que houve ampla expansão da produção acadêmica militar, compreendida em termos de volume de publicações e em quantidade de cursos de formação nas mais diferentes esferas da doutrina e do conhecimento. A vigorosa expansão da comunidade científica dedicada ao estudo de temas de interesse da defesa e da política externa, percebida na multiplicação dos programas de pós-graduação e na criação de instituições como a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), criou um ambiente acadêmico-institucional fértil também para a proliferação da produção científica acerca dos fenômenos relacionados à guerra e à paz.

A escolha da ECEME atendeu aos critérios de relevância e representatividade dessa instituição para a formação militar. Como apontado por Soares (2005, p. 50), os oficiais que por lá passam atuam ao mesmo tempo como formadores da doutrina e como “caixas de ressonância” da mentalidade militar. Estudar a contribuição intelectual produzida e

reproduzida na referida escola pareceu um indicador satisfatório para aprofundar o conhecimento acerca dos elementos que parecem condicionar o pensamento político militar atual e identificar a visão de política externa e política internacional neles contida. Ainda, o PPGCM foi idealizado e implementado enquanto um esforço de aproximação das esferas militar e civil, como será descrito em maior detalhe posteriormente. Sendo um espaço de convívio mútuo entre pesquisadores civis e militares, o programa necessariamente coloca os alunos militares em contato com os eixos temáticos e teóricos estudados pela comunidade científica civil, favorecendo a articulação entre as esferas da defesa e da política internacional. Ademais, dentre as três instituições de altos estudos militares - juntamente com a Escola de Guerra Naval (EGN) e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) - a ECEME foi a única a optar por um programa de pós-graduação acadêmico, o que demonstra o interesse em criar um autêntico espaço de formulação intelectual que venha a balizar o pensamento militar.

As fontes utilizadas foram as informações disponíveis na *internet* acerca do perfil docente e da estrutura curricular dos cursos, bem como os trabalhos finais produzidos pelos alunos - coletados em pesquisa *in loco*. A metodologia empregada foi a análise documental e os procedimentos metodológicos de coleta, análise, interpretação e apresentação dos dados levantados respeitaram as seguintes etapas:

- 1) Em um primeiro momento, foram feitas visitas ao campo para coleta e mapeamento do material primário a ser analisado¹.
- 2) Posteriormente, foram identificados os principais temas, autores e correntes teóricas presentes no material coletado, sendo tais dados estruturados e apresentados.
- 3) A informação produzida foi então analisada, de modo a identificar os elementos que dão arcabouço ao que se constitui como o pensamento dos militares em temas de política internacional.

Endossa-se aqui a ponderação de Soares (2005, p. 51): compreende-se que a visão contida nos trabalhos de conclusão de curso dos oficiais não necessariamente reflete por completo a visão da instituição militar. Entretanto, é razoável crer que a análise do material nos levante indícios da mentalidade institucional, sobretudo quando se trata de instituições

¹ Agradeço pelo prestigioso auxílio da colega Helena Pinheiro durante essa etapa da pesquisa.

totalizantes² (CASTRO, 2004). Convém também pontuar que os temas abordados pelos oficiais alunos são múltiplos e diversos, posto que foram selecionados para a discussão mais aprofundada neste trabalho somente aqueles relevantes à compreensão do pensamento desses atores em questões internacionais. Sabe-se de antemão das limitações intrínsecas à tentativa de identificar um pensamento político a partir de um apanhado de evidências restrito. Como ressaltou Garcia (1997),

É preciso reconhecer, porém, que a tarefa de tentar tipificar o pensamento da corporação militar, em qualquer assunto que seja, repousa sempre em bases precárias e aproximativas da média existente entre os diversos grupos que compõem a instituição, por si mesma complexa e politicamente heterogênea. (GARCIA, 1997, pp. 20).

Ciente destas limitações, entretanto, espera-se que o material aqui levantado, estruturado e analisado auxilie na reflexão acerca dos elementos característicos do pensamento desses atores no momento histórico atual. Adiante, quando da conclusão do presente estudo, serão analisados os resultados encontrados em perspectiva comparada àqueles encontrados em estudos anteriores, de modo a verificar recorrências e transformações no pensamento destes atores.

² Termo proposto por Castro (2004) como alternativa ao conceito de “instituições totais”, de Irving Goffman (1961), frequentemente empregado para classificar também quartéis e escolas militares. Para o autor, diferenças fundamentais na estrutura e na dinâmica desses espaços, comparativamente às prisões e manicômios (objetos de estudo principais de Goffman) tornam inadequado o emprego do conceito original do autor.

1. O PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES NO SÉCULO XX

O presente capítulo possui um duplo objetivo: discutir a evolução de elementos centrais do pensamento político militar ao longo da República - que persistem enquanto recorrências na agenda de reflexão e ação política desses atores - e argumentar que esse pensamento, embora indiscutivelmente vasto e relevante, teve como foco prioritário a dimensão da política doméstica, relegando os temas de política internacional e de política externa a um patamar secundário. Entende-se aqui que esse lugar secundário da dimensão internacional no pensamento político militar é fruto da descoordenação entre as políticas externa e de defesa (e, por conseguinte, entre suas burocracias) (ALSINA Jr., 2003). Iniciaremos a discussão revisitando os fatores característicos da formação superior militar ao longo das primeiras décadas do século XX, buscando ressaltar como essa formação educacional interferiu sobremaneira na construção da visão de Estado e de sociedade desses militares, impulsionando seu engajamento político. Em seguida, serão discutidas as linhas gerais do pensamento militar a partir da segunda metade do século XX, tendo em conta a centralidade da Escola Superior de Guerra (ESG) na formulação desse pensamento e a influência do contexto internacional marcado pela bipolaridade da Guerra Fria. Por fim, a atividade intelectual militar após a redemocratização será brevemente analisada, levando-se em consideração as transformações em curso nas estruturas de segurança e defesa, bem como no ensino militar, ao longo dos anos 1990. A conclusão propõe uma síntese da transformação do perfil dos principais espaços de formação militar e dos elementos característicos de seu pensamento político, com ênfases nas recorrências identificadas.

1.1 Engajamento político militar nas primeiras décadas da república e a influência do tenentismo

Alguns elementos se destacam enquanto traços característicos da mentalidade militar prevalecente na primeira metade do século XX. Entre os fatores responsáveis pela construção dessa mentalidade está sem dúvida a dinâmica das relações civis-militares no momento da Proclamação da República, bem como a bagagem intelectual que carregavam os líderes militares do movimento: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Porém, para esses elementos terem se consolidado enquanto características marcantes do pensamento militar por décadas após a Proclamação, tiveram que encontrar pontos de

ressonância nos espaços de formação e convívio das elites militares subsequentes - especificamente suas escolas de formação básica. Veremos a seguir como a sociabilidade ocorrida no interior dessas escolas favoreceu a propagação, entre os líderes militares em formação, de uma interpretação de país que incluía um certo descrédito das lideranças civis então no governo e uma autoimagem do Exército e do militar enquanto bastiões dos valores morais da república. Sendo o militar a reserva moral do progresso da república, essa visão de Brasil e de si encontrava lastro nos ideais positivistas que tanto influenciaram o pensamento militar do final do século XIX.

Uma das etapas fundamentais à compreensão da gênese do pensamento político militar do século XX passa pela abordagem do seu processo de formação intelectual. As grandes revoltas militares ocorridas desde a proclamação da República - Revolta da Armada, Revolta da Vacina, Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, para citar algumas - foram germinadas a partir das discussões e formulações políticas emanadas dos bancos escolares militares. Assim, convém compreender os principais traços característicos da formação dessas lideranças.

Em ocasião da Proclamação de República, em 1889, os oficiais do Exército Brasileiro recebiam sua formação militar superior na então Escola Militar da Praia Vermelha. Além de um espaço dedicado ao ensino da engenharia militar, a Escola consistia em um *locus* de intensa atividade política - formava-se ali uma jovem elite intelectual cujo engajamento em movimentos políticos como o abolicionismo e o republicanismo custou caro à direção superior do Exército. Segundo Castro³, predominava entre os alunos “um conjunto eclético de ideias científicas - do positivismo ao evolucionismo”. Além de ter servido como uma espécie de “quartel general intelectual” do golpe que instituiu a República, egressos da Escola Militar da Praia Vermelha estiveram diretamente envolvidos na Revolta da Vacina, em 1904, cujo malsucedido fim marcou também o fechamento da Escola.

Após seu fechamento, criou-se a Escola Militar do Realengo, depois da breve transferência das atividades da Escola Militar da Praia Vermelha para Porto Alegre. Estruturada com base nos modelos das escolas militares francesas e norte-americanas (SVARTMAN, 2012, p. 285), a Escola funcionou de 1913 a 1951, tendo sido considerada a

³ Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOLA%20MILITAR%20DA%20PRAIA%20VERMELHA.pdf>> Acesso em 25 ago 2019

“Escola dos Tenentes” - por ter sido responsável pela formação básica da elite intelectual que teve papel central nos movimentos políticos da primeira metade do século XX. Com uma considerável distância física da região central do Rio de Janeiro - o núcleo da efervescência política da época-, um regime disciplinar mais rígido e um currículo composto sobretudo por disciplinas de caráter mais “técnico”, buscava-se, com sua criação, “formar novos oficiais que não fossem politicamente engajados como seus antecessores” (SVARTMAN, 2012, p. 282). Entretanto, como mencionado, ocorreu que as lideranças militares ali formadas não só foram ativamente engajadas nos movimentos políticos ocorridos ao longo dos anos 1920 e 1930, como muitos “desenvolveram longas carreiras políticas paralelas às suas carreiras militares” (SVARTMAN, 2012, p. 282). A seguir veremos os elementos fundamentais do pensamento político militar elaborado por essas lideranças.

No final dos anos 1910, os cadetes haviam inaugurado dois espaços de discussão: a Revista Occidente e a Revista Cruzada, nas quais propunham debates a respeito dos rumos do país. Dentre as influências filosóficas que moviam os autores das revistas destacava-se o positivismo comteano (SVARTMAN, p. 288). Inaugurado pelo pensador iluminista Auguste Comte (1798-1857), o positivismo prega a existência de um caminho contínuo de progresso da humanidade, em termos de seus valores, de seus modos de organização e de produção. Assim, a marcha em direção a esse caminho se daria pelo desenvolvimento e pela aplicação do conhecimento científico - havia uma crença de que as chamadas “ciências duras” (matemática, física, química, etc) trariam a chave para a compreensão e para a resolução dos dilemas que assolam a existência humana. Essa corrente teórico-filosófica, além de ter influenciado amplamente os governantes militares da República da Espada, figurou como uma das principais influências filosóficas dos militantes militares da Praia Vermelha e continuou produzindo ecos nos bancos escolares de Realengo.

Os jovens oficiais engajados no movimento tenentista, formados em Realengo, nutriam uma repulsa generalizada pelos políticos civis da época, enquanto viam a si mesmos como uma espécie de “reserva moral” da nação, dotados da capacidade de, através do engajamento político, conduzir o país aos caminhos que julgavam corretos (SVARTMAN, 2012, p. 289). Para eles, as oligarquias civis que sucederam os militares fundadores da república fizeram nada mais do que relegar o país ao atraso, ao clientelismo e ao patrimonialismo, posto que entendia-se que a eles cabia o dever moral de ajustar os rumos da república. Na construção de sua autoimagem enquanto “sentinelas do regime

republicano” (SVARTMAN, p. 290), recorriam frequentemente à memória da Floriano Peixoto e Benjamin Constant, além da “tradição da Praia Vermelha” (SVARTMAN, 2012, p. 297).

A visão positivista e autocentrada das jovens lideranças militares acima referidas uniu-se a uma compreensão marcante do desenvolvimento econômico e social como fator necessário e fundamental ao progresso da Nação. Seu entendimento quanto ao desenvolvimento não só se tornou um dos pilares de seu pensamento político, mas influenciou em larga medida as políticas implementadas a partir dos anos 1930, quando figuras centrais dos movimentos militares dos anos 1920 passaram a ocupar posições estratégicas no governo. Assim, Dantas (2013, p. 21) afirma que “o pensamento militar antecedeu as preocupações dos teóricos do desenvolvimento”. Para o autor, inicialmente, o movimento tenentista dos anos 1920 teve caráter mais corporativista do que político, mas foi se politizando ao longo de seu desenrolar, conforme os militares revoltosos entravam contato com a realidade do país. No início, não havia um projeto, um programa, mas um misto de insatisfações, expressadas no rechaço às práticas políticas patrimonialistas e repressivas dos governantes, em atos de insubordinação em face do alto comando das Forças Armadas e nas reivindicações de valores abstratos como a ética e o patriotismo.

A revolta de 1924 é tida por Dantas como um marco de virada na politização do movimento, quando os militares começaram, de forma mais nítida, a demonstrar preocupação com a situação política e econômica do país – preocupação essa que foi intensificada com a Coluna Prestes, no ano seguinte, ocasião que levou os tenentes a conhecerem mais de perto a realidade precária do interior brasileiro. Em consonância com o que foi discutido por Svartman (2012), Dantas (2013) argumenta que o verniz ideológico dos tenentes à época, embora pouco claro e embebido em contradições, baseava-se no positivismo – em seu domínio filosófico - e no liberalismo - nos domínios político e econômico. Como jovens engajados que eram, propugnavam o espírito de seu tempo, durante uma década marcada pelo espólio da Primeira Guerra e por clamores por transformação das velhas estruturas (DANTAS, 2013, p. 25).

Deflagrada a revolução de 1930 e instituído o governo provisório de Getúlio Vargas, imperava entre os líderes militares do movimento, como Juarez Távora e Góes Monteiro, o diagnóstico da ausência de unicidade e direção programática do governo. Foi fundado, então, o “Clube 3 de Outubro”, reunindo a cúpula da revolução para começar a se desenhar

um direção política do movimento. Os ideais liberais difusos ora bradados pelos revolucionários começaram a dar lugar ao nacionalismo, ao racionalismo e ao centralismo político e econômico. Daí em diante, as reformas políticas, econômicas e administrativas levadas a cabo apenas aprofundaram esses aspectos, confirmando que “o Estado oriundo da Revolução de 1930 foi um Estado intervencionista e estatizante, principalmente nos setores estratégicos da infra-estrutura econômica” (DANTAS, 2013, p. 29). Entretanto, a despeito das reformas estatizantes, ainda não havia o que poderia ser chamado de um pensamento militar declaradamente fundamentado em concepções desenvolvimentistas. Tal pensamento gestou-se somente durante o Estado Novo, no contexto do aprofundamento dos esforços para a industrialização do país, sendo os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra seus principais ideólogos.

A chamada “Doutrina Góis Monteiro” exerceu profunda influência na política do Estado Novo. Dantas (2013, p. 32) destaca que a doutrina defendida pelo General concebia o Exército enquanto, mais do que o braço armado do Estado, um instrumento de manutenção da coesão e da integração nacional – objetivos precípuos da política de governo do Estado Novo. Crítico do liberalismo político e econômico, o General defendia um intervencionismo absoluto do Estado, apoiado pelas Forças Armadas, na sociedade.

Podemos afirmar que as políticas de desenvolvimento executadas ao longo da Era Vargas, sobretudo a partir do Estado Novo, estiveram intrinsecamente relacionadas com o aparelhamento da indústria de Defesa e com o fortalecimento das Forças Armadas como ativos atores nesse processo, consolidando-se como um importante pilar do pensamento militar à época. De um lado, o Estado financiava a expansão das estruturas de defesa nacional e, de outro, tais estruturas ofereciam suporte – em comunicações, infraestrutura, logística, etc – para o desenvolvimento nacional. Eis o nexos entre segurança e desenvolvimento defendido por Góis Monteiro.

Outro fator marcante do pensamento político militar dos anos 1930 foi o anticomunismo, cuja intensificação no seio das Forças Armadas é frequente e equivocadamente vinculada à Guerra Fria e à influência estadunidense nas Forças Armadas brasileiras. Como veremos, foi durante a Era Vargas que o combate ao comunismo internacional assumiu prioridade na agenda política castrense, interferindo sobremaneira na formação militar e em seus sistemas educacionais. Rodrigues (2012) argumenta que o temor de revoltas impulsionadas pela ideologia comunista - o chamado “Grande Medo” -

esteve por trás das reformas educacionais do Exército durante a primeira metade do século XX, especialmente após o levante conhecido como Intentona Comunista, em 1935.

O contexto histórico da época era marcado pelas consequências sociais e econômicas da crise de 1929, que abriu caminho para a eclosão de movimentos e grupos interessados em mudar o regime político do país. Uma das correntes que despontava no período, o integralismo, tinha como modelo os regimes fascistas europeus e organizava-se em torno da Aliança Integralista Brasileira (AIB). Do outro lado, setores da sociedade ligados aos movimentos sociais, ao trabalhismo, ao comunismo e ao socialismo reuniam-se em na frente antifascista conhecida como Aliança Nacional Libertadora (ANL). Cabe ressaltar que integravam a ANL muitos militares de baixa patente que, em comunhão com o movimento operário, tinham por intuito derrubar o governo Vargas e instaurar um regime de governo popular (RODRIGUES, 2012, p. 90). Isso posto, fica clara a cisão ideológica existente nas Forças Armadas à época, posto que enquanto o alto comando encontrava-se alinhado à Vargas e ao generais que comandavam o país ao seu lado, os ideais trabalhistas e socialistas ganhavam aceitação entre oficiais de baixa patente e praças. As figuras dos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, de um lado, e o protagonismo de Luís Carlos Prestes - mais importante líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - de outro, ilustram de forma clara essa cisão.

Assim, com as sucessivas ações de enfrentamento ao governo provocadas pela ANL - que custaram a declaração de sua clandestinidade - o “Grande Medo” ia tomando forma no pensamento das elites militares e influenciando as reformas educacionais e doutrinárias que se seguiram. Rodrigues (2012, pp. 93-100) apresenta uma série de indícios dessa influência, como o incremento da vigilância sobre as relações entre militares e militantes civis. Intensificou-se o foco nas disciplinas de Moral e Cívica, tornando-se necessário que os comandantes de unidades educacionais relatassem ao Alto Comando as ações que estavam sendo tomadas para o combate às ideologias subversivas, além de empregarem um rígido controle sobre a bibliografia utilizada em sala de aula, com a “apreensão de todos os livros tendenciosos ou inconvenientes” (RODRIGUES, 2012).

1.2 O pensamento político dos militares na Guerra Fria e a influência da Escola Superior de Guerra (ESG)

Como pudemos atestar, com o decorrer dos acontecimentos históricos, os oficiais formados nos bancos das escolas militares do começo do século XX ocuparam diversos cargos estratégicos nos governos do período desenvolvimentista brasileiro enquanto ascendiam na carreira. Seu pensamento, suas visões de mundo, de país e de sociedade caracterizaram o pensamento militar e influenciaram largamente os rumos que o país tomou no período. Em 1949, foi criada no Rio de Janeiro uma instituição que passaria a agregar a *intelligentsia* militar, tornando-se o novo locus de formulação do pensamento militar brasileiro: A Escola Superior de Guerra (ESG). A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) formulada pela Escola tornou-se o paradigma regente de governo do país ao longo do regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964. Assim, a criação da Escola e a posterior sistematização de sua doutrina permitiu que houvesse uma estruturação do pensamento militar, antes difuso e ligado às convicções próprias das lideranças militares.

Há que se mencionar que a ESG, criada em 1949, estruturou-se à imagem e semelhança de sua congênere nos EUA, a *National War School*. Em contexto de Guerra Fria e alinhamento brasileiro ao bloco ocidental, seria de se esperar que a DSN encarasse questões de segurança e de defesa de forma similar aos estadunidenses. No entanto, Arruda (1980) afirma que, diferentemente de sua congênere nos Estados Unidos, a ESG tinha por objetivo muito mais do que servir de espaço de estudos sobre assuntos de guerra, sua missão principal seria a de “formar elites para a solução de problemas do país, em tempo de paz” (ARRUDA, 1980, p. 2). Para o autor, a condição de país desenvolvido dos Estados Unidos permitia que as Forças Armadas se dedicassem tão somente à sua atividade fim, enquanto que no Brasil cabia a elas se ocupar de questões de ordem política, econômica e social, além da esfera militar.

Os princípios fundamentais fundadores da DSN pregavam que a ideia de Segurança Nacional incluiria um *hall* de questões muito mais abrangente do que tão somente o potencial militar, questões essas reunidas no que se chamava Potencial Geral. Dentre os atributos desse Potencial Geral da nação, incluía-se o devido uso dos recursos disponíveis ao desenvolvimento do país, sobretudo seus recursos energéticos. Dessa forma, enfatizou Arruda (1980, p. 5):

desde os primórdios da Escola, despontava o binômio Segurança e Desenvolvimento, que sempre orientou os trabalhos nela realizados. A Segurança está interligada ao Desenvolvimento e neste sentido se foi processando a inflexão da Doutrina (ARRUDA, 1980, p. 5)

O autor divide a trajetória da ESG em quatro principais fases: uma primeira, de 1949 a 1952; uma segunda, de 1953 a 1967; uma terceira, de 1968 a 1973 e uma quarta, de 1974 a 1980. Durante a primeira, os trabalhos da Escola concentravam-se essencialmente no estudo sobre a conjuntura. Já durante a segunda fase, percebeu-se a necessidade de se sistematizar os conceitos formulados e utilizados pela Escola em uma Doutrina. Na conferência de 1953, os primeiros conceitos doutrinários foram apresentados pelo então comandante da Escola: Juarez Távora, ativo oficial subalterno dos movimentos da décadas de 1920 e 1930 e agora General. A terceira fase, por sua vez, marcou a ênfase no conceito de Desenvolvimento, verificada na alteração da missão primitiva da Escola, que passaria de “Planejamento da Segurança Nacional” para “Formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento” (ARRUDA, 1980, p. 10) – situação que manteve-se durante a quarta fase da instituição. Desse modo, como nos anos 1930, a questão do desenvolvimento seguia como um importante fator característico do pensamento militar ao longo da Guerra Fria. A análise da evolução das doutrinas da ESG permite identificar um processo de amadurecimento de sua concepção de desenvolvimento que, ao longo do tempo, tornava-se mais ampla e vinculada a outras dimensões, como a política, a econômica, a social e a militar. O quadro abaixo sintetiza a evolução dessa concepção.

Quadro 1 – Definições de Desenvolvimento Nacional das Doutrinas Básicas da ESG

ANO	DEFINIÇÃO
1964	“(…) o esforço da Nação para proporcionar aos indivíduos e à coletividade padrão de vida condigno, prosperidade crescente e bem-estar”
1969	“(…) o continuado aumento da capacidade do Poder Nacional, através do permanente crescimento dos elementos políticos, econômicos e militares, que o compõem.”
1970	“(…) o processo global de crescimento acelerado das diversas Expressões do Poder Nacional, objetivando o Bem Comum.”

1973	Desenvolvimento do Homem: “(...) o processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais e espirituais, para que ele, comungando com as aspirações nacionais, possa participar da formação de uma sociedade cada vez mais evoluída e aproveitar-se dos benefícios por ela proporcionados.” Desenvolvimento da terra: “(...) o realizado através da crescente transformação dos recursos naturais em riquezas, do aumento da produtividade agropecuária, do estabelecimento de infra-estrutura (viária, energética, de comunicações, etc.) e da adoção de medidas que assegurem e fortaleçam a integridade territorial”. Desenvolvimento das instituições: “(...) o aperfeiçoamento e crescimento das instituições políticas, econômicas, psicossociais e militares, adequando-as à complexidade e ao volume de encargos gerados pela própria evolução e, sobretudo, capacitando-as a dar continuidade ao processo de desenvolvimento nacional.”
1977-78	“(...) o processo de aperfeiçoamento e de fortalecimento do Poder Nacional para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais.” “(...) a otimização da capacidade do Poder Nacional, objetivando o Bem Comum.”

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Arruda (1980, p. 89-91)

Como podemos notar, a instituição tinha como prática cunhar diversos conceitos abstratos e vinculá-los entre si. Assim, Segurança Nacional, Desenvolvimento Nacional, Poder Nacional, Bem Comum, eram todos conceitos expressos e correlacionados, de modo que a compressão do conteúdo doutrinário da instituição passava pelo conhecimento do conjunto de termos e expressões por eles empregados.

Arruda (1980, p. 92) propõe uma síntese da ideia de desenvolvimento defendida pela ESG, fundamentada em três características: Globalidade, Relatividade e Distribuição (ou equidade). A Globalidade refere-se à natureza holística do desenvolvimento, que não deve ser associado unicamente à esfera econômica, mas visto enquanto função da ação de diversos setores nacionais. A Relatividade, por sua vez, aponta que o conceito de desenvolvimento só pode ser compreendido do ponto de vista comparativo, a partir de indicadores. Por fim, a Distribuição ou Equidade consta da relação feita entre

Desenvolvimento e Bem Comum, na doutrina esguiana, e preza pela “progressiva eliminação das disparidades de níveis de vida e de bem-estar social” (ARRUDA, 1980, p. 92).

Além da manutenção do desenvolvimento como fator crucial da doutrina militar elaborada pelos oficiais da ESG, também o anticomunismo - que ganhou relevância no pensamento militar a partir dos anos 1930 - seguia como elemento central do pensamento militar. Conforme demonstram os trabalhos de Santos e Alves (2014), além do alinhamento brasileiro ao eixo de poder estadunidense durante a Guerra Fria naturalmente incluir a absorção de suas concepções ideológicas, entendia-se que a visão de mundo propagada pelo comunismo - que dividia a sociedade em classes - levaria à fragmentação social e à divisão do país. Essa tendência, por sua vez, iria de encontro aos desígnios da DSN, que prezava pela centralização e pela coesão nacional, além de que compreendia-se que esse divisionismo também seria nocivo aos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, tão caros às Forças Armadas.

Como dito, a ESG foi criada com o objetivo de tornar-se o principal espaço de formulação do pensamento militar ao longo da Guerra Fria e, por conseguinte, tornou-se um importante sustentáculo do regime militar de 1964. Tendo atingido seu propósito, a Escola logrou estruturar o pensamento dos oficiais à época politicamente engajados em suas Doutrinas Básicas, tendo ampliado e detalhado concepções que antes careciam de uma sistematização. Contudo, apesar desse amadurecimento a nível intelectual, pudemos perceber que alguns elementos centrais característicos do pensamento militar consolidado anteriormente à criação da Escola mantiveram sua influência. Veremos adiante que mesmo com o fim da Guerra Fria, a nível global, e com a redemocratização, a nível doméstico, esses elementos mantiveram-se como recorrências do pensamento militar, embora adaptados às novas transformações estruturais e conjunturais.

1.3 O Pensamento Político dos Militares na Redemocratização

Santos e Alves (2014) argumentam que, durante a transição para a democracia, surgiram grupos de pressão compostos por oficiais da reserva de alta patente, que vivenciaram o golpe de 1964 e o regime autoritário dele surgido. Segundo os autores, a militância desses grupos fundamenta-se em princípios ligados à direita conservadora, cujos traços característicos são a manutenção de prerrogativas e direitos adquiridos ao longo do

regime militar, a manutenção do *status* da corporação e dos valores cristãos, a rejeição à intervenção do Estado na sociedade, aos programas de distribuição de renda e de toda pauta tipicamente associada ao pensamento esquerda. Com efeito, o anticomunismo seguiu como um elemento central do pensamento de parte relevante da elite militar após a redemocratização, a despeito da completa transformação na conjuntura e nas estruturas políticas, econômicas e sociais no país e no mundo desde o período de consolidação desse pensamento nos anos 1930.

Os autores demonstram que o conservadorismo e o anticomunismo davam o tom das publicações dos principais veículos de comunicação do Exército controlados por esses grupos, que começaram a surgir a partir dos anos 1970 e funcionaram até os primeiros anos do século XXI. O primeiro deles, o jornal “Letras em Marcha”, foi inaugurado em 1970 e encerrado no ano 2000, tendo sido utilizado como um espaço de propagação do pensamento conservador e de oposição às políticas e aos políticos progressistas da época. Nele escreveram importantes figuras militares do regime de 1964, além de políticos e intelectuais civis. O jornal teve grande atuação na oposição à candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores em 1989, além de ter sido utilizado como plataforma de defesa da imagem das Forças Armadas perante as acusações que surgiam na época, como na ocasião do atentado à bomba no Rio Centro - ação atribuída ao setor de informações do Exército (SANTOS; ALVES, 2014, pp. 142-144). Da redemocratização até os anos 2000, novas publicações e grupos de pressão foram surgindo. Santos e Alves (2014, pp.144-147) oferecem como exemplos o jornal “Ombro a Ombro” (1988), o “Informativo 31 de Março” (1988), os grupos Guararapes (1991), Araucária (1993) e Inconfidência (1993). Estas iniciativas possuíam em comum o fato de serem propostas por militares da reserva do Exército, para servirem como plataforma de propagação do pensamento conservador e de oposição aos governos liberais dos anos 1990.

Enquanto Santos e Alves (2014) analisaram a atuação de grupos de pressão de militares da reserva e suas publicações em jornais, Soares (2005) buscou revisitar o pensamento político dos militares do Exército Brasileiro durante os anos iniciais da Nova República a partir da análise das monografias apresentadas no Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) e no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), ambos ministrados pela ECEME. Suas conclusões indicam que havia, entre os militares concluintes desses cursos, a percepção de que os governos conduzidos pela classe política civil levavam à fragmentação social, à debilidade política, à desordem e à insegurança. Com efeito, o intervencionismo das Forças Armadas no domínio político era

justificado pela construção de uma auto-imagem dos militares enquanto uma espécie de fiadores da ordem, de forma bastante parecida com a visão que líderes militares da primeira metade do século XX já possuíam de si.

A defesa do intervencionismo figurava como um dos temas mais frequentes nas monografias analisadas pelo autor. Os principais argumentos empregados nessa defesa consistem na existência de um suposto “chamado da nação” para o cumprimento de um “dever constitucional”, que incluía a “correção de desvios da sociedade”, o combate ao comunismo e a “ideologias espúrias” e contenção da desordem provocada pelos sindicatos e movimentos sociais. Argumentava-se que a intervenção militar garantiria a estabilidade, a modernização, a coesão nacional e a democracia (SOARES, pp. 56-65)

Há que se pontuar que o contexto do período em que esses grupos estiveram em atividade era fortemente marcado por uma tensão nas relações civis-militares, fruto de uma redemocratização ocorrida sem a conciliação entre a sociedade, as lideranças civis e as Forças Armadas. Esse contexto somava-se às diversas iniciativas de reformas legais e institucionais nos órgãos de segurança e defesa (extinção do SNI, criação de comissões legislativas para assuntos de defesa, edição da primeira PND, criação do Ministério da Defesa, etc), que incomodavam o setores militares que defendiam a manutenção do *status quo ante*. Assim, em fins da década de 1980 e início da década de 1990, a transição democrática e as mudanças dela decorrentes colocavam os militares no centro de uma “tensão ideológica” (SOARES, 2005, p. 52) - por um lado sentiam-se impelidos a adequar suas estruturas e sua doutrina aos novos tempos e, por outro, buscavam a preservação de prerrogativas e valores tradicionais que muitos oficiais compreendiam estarem ameaçados. Em âmbito internacional, o fim da Guerra Fria, a dissolução do bloco soviético e o afastamento da ameaça comunista (ao menos diretamente) colaboraram para essa tensão.

1.4 O Lugar do Internacional

Até aqui buscou-se atestar não só a existência de um expressivo pensamento político nas Forças Armadas, sobretudo no Exército, desde pelo menos as primeiras décadas da república, mas também logrou-se argumentar que esse pensamento político atravessou os muros dos quartéis e escolas militares, influenciando diretamente a condução política do Estado, em especial a partir dos anos 1930. Mesmo após a redemocratização ocorrida ao final dos anos 1980, o alto oficialato do Exército não deixou de refletir acerca da conjuntura política nacional e de seu papel enquanto instituição de Estado. Todavia,

como veremos a partir de agora, a literatura indica que o esforço de reflexão intelectual dos militares ao longo da república têm demonstrado preferência por temáticas relativas ao contexto interno, deixando os estudos acerca da política internacional em segundo plano, embora ainda existentes. A revisão da literatura de fato parece apontar para uma transferência de prioridades no pensamento militar, que no início do século XX preocupava-se mais com a dimensão externa e foi paulatinamente voltando seu foco para a dimensão doméstica.

Garcia (1997), em estudo pioneiro iniciado em 1991 no âmbito do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais (GPRI/UNICAMP), abordou o pensamento dos militares em política internacional e política externa entre os anos 1961 e 1989. Seu corte temporal abarcou desde os anos que antecederam o golpe militar de 1964 até o fim do referido regime, com a redemocratização. O autor apoiou-se no pressuposto do nexo intrínseco entre as políticas externa e de defesa, ao destacar o “vínculo necessário existente entre os militares e a política internacional” (GARCIA, 1997, pp. 20).

O levantamento bibliográfico feito pelo autor permitiu a identificação de uma “interpretação crítica tradicional” (GARCIA, 1997, pp. 21-25) que, em linhas gerais, propugnava que o pensamento militar à época - gestado na Escola Superior de Guerra (ESG) - correspondia a um amálgama entre a geopolítica, de autores como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira-Mattos, e a doutrina de *National Security* formulada nos bancos das escolas militares estadunidenses. A união entre essas duas linhas ideológicas teria resultado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que vigorou ao longo do regime militar. Ocorre, porém, que na visão de Garcia trata-se esta de uma interpretação demasiado simplista e generalista, pois superestima a influência estadunidense no pensamento militar, ao passo que subestima “as origens nacionais do pensamento dos militares, a diversidade das forças políticas existentes dentro das Forças Armadas, as diferenças de orientação de Governo a Governo [e] a autonomia das decisões brasileiras no que se refere a relações exteriores” (GARCIA, 1997, pp. 22).

Oliveira (2015) também compartilha da avaliação de que são superficiais as análises que descrevem o pensamento militar formulado na ESG como mera reprodução do ideário estadunidense. Afirma o autor:

No documento elaborado na fase de estudos, o tenente-coronel Idílio Sardenberg, em outubro de 1948, ao escrever o regulamento da Escola, atestava ser indispensável aos objetivos da instituição: elaborar um projeto de desenvolvimento acelerado conjugado aos

problemas **internos** que seriam a política nacional, o caráter da população, as questões geográficas e tantos outros temas que claramente demonstravam que a escola não havia se constituído apenas para servir de canal aos objetivos expansionistas norte-americanos, mas ao contrário, os militares estavam prontos para pensar e agir de modo autônomo. (OLIVEIRA, 2015, p.) [grifo nosso]

Desse modo, embora fosse incontestável a influência da política externa americana na criação da ESG, a literatura aponta que o pensamento ali produzido tinha por objetivo a busca pela autonomia e pela autenticidade. Com efeito, no intento de compreender as características e especificidades do Estado e da sociedade brasileiras, o pensamento militar voltou-se para a dimensão interna e afastou-se paulatinamente do domínio internacional. Também Garcia (1997) constatou que os estudos no campo da política internacional e das relações internacionais assumiram um papel secundário no pensamento militar, devido à excessiva preocupação com a segurança interna contra ameaças advindas de grupos insurrecionais e revolucionários. Assim, o autor nota que conceitos tradicionalmente utilizados para a compreensão do meio internacional - como as ideias de guerra, fronteiras, objetivos, inimigo, etc - eram empregados na dimensão doméstica, na luta interna contra essas ameaças (GARCIA, 1997, pp. 26).

Não obstante o lugar menor da dimensão externa no pensamento castrense, ainda foi possível identificar uma visão sobre o internacional. Garcia (1997) constatou que a visão sobre o internacional prevalecente entre os militares alinhava-se ao realismo político clássico, ao conceber os Estados como unidades políticas autônomas que buscam a consecução de seus objetivos no plano externo, cujas relações tornam-se conflituosas (dilema de segurança) na medida em que não há autoridade superior legitimamente constituída capaz de mediá-las (sistema anárquico). (GARCIA, 1997, pp. 26).

A pesquisa do autor revelou que entre os teóricos mais referenciados pelos militares nas produções acadêmicas estudadas estavam os realistas clássicos Hans Morgenthau e Raymond Aron; os teóricos da estratégia Basil Liddell Hart, André Beaufre, Sun Tzu e Karl Von Clausewitz; os geopolíticos Friederich Ratzel, Alfred Mahan, Halford Mackinder, Nicholas Spykman e Karl Haushofer e autores clássicos da Ciência Política como David Easton, Karl Deutsch e Harold Lasswell. Dentre as temáticas mais abordadas pelos militares figuravam as fronteiras, a Amazônia, o Atlântico Sul, o Cone Sul e a Antártida,

tendo o autor às resumido na compreensão do “entorno geográfico do país e seus pontos críticos de contato-atrito com o mundo exterior” (GARCIA, 1997, pp. 28).

Vieira (2015), por sua vez, apoiou-se no instrumental teórico da Economia Política Internacional para identificar, no pensamento político e econômico da elite militar dos anos 1910 e 1920 (os chamados “Jovens Turcos”), as sementes intelectuais da política desenvolvimentista e industrialista implementada no país a partir dos anos 1930. Sua análise das edições de 1913 a 1930 da Revista “A Defesa Nacional” (ADN) - principal meio de discussão e reprodução do pensamento dos militares à época - indicou que a dimensão internacional atuou como principal variável para a gestação desse pensamento. As disputas geopolíticas com a Argentina pela hegemonia regional e a ameaça da poderosa esquadra britânica levaram a intelectualidade militar do período a forjar um pensamento político que congregasse a preparação para tais possíveis hipóteses de guerra (ambiente externo), com a centralização política e a indução ao desenvolvimento através da industrialização (ambiente interno).

O resultado da implementação prática desse pensamento foram as políticas levadas a cabo durante o período desenvolvimentista iniciado após a revolução de 1930, conduzidas por lideranças políticas militares que governaram ombro a ombro com Vargas, notadamente os já mencionados generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. O esforço de pesquisa de Vieira (2015) colabora, embora não explicitamente, para a visão do nexos intrínseco entre política externa e política de defesa, ao concatenar as dinâmicas das relações interestatais de poder com o esforço doméstico de preparação para a guerra. Além disso, seus resultados vão ao encontro daqueles de Garcia (1997) ao evidenciar a larga influência dos intelectuais militares desenvolvimentistas da primeira metade do século XX no pensamento e na prática política das lideranças militares que assumiram o poder nas décadas subsequentes.

Todavia, como introduzido ao início da seção, uma aparente transformação apresenta-se quando comparados os trabalhos de ambos: enquanto Garcia (1997) percebe que temas ligados à política internacional assumiram papel secundário na produção acadêmica militar entre os anos de 1961 e 1989, Vieira (2015) identifica uma grande preocupação com a dimensão externa nos debates da Revista ADN entre os anos 1910 e 1920. Algumas hipóteses podem ser apresentadas para explicar esse movimento. Uma delas, de natureza institucional, refere-se à consolidação do controle, pelo Itamaraty, da formulação e da condução da política externa brasileira desde sua criação (LIMA, 2010). Esse insulamento burocrático, somado à tradição pacifista e conciliatória da política externa brasileira não favorece o emprego do poder militar como um instrumento de política

externa (ALSINA Jr, 2003). Contribuiu para tanto também o já mencionado foco na segurança interna, por parte das Forças Armadas, a partir da Guerra Fria - por conta da influência do guarda-chuva de poder estadunidense, dentre outros fatores. O próximo capítulo será dedicado inteiramente à discussão dessa notável desarticulação entre as políticas externas e de defesa, que parece atuar como variável explicativa do lugar secundário que o pensamento internacional assumiu no pensamento político militar.

1.5 Conclusão

Após essa breve revisitação a alguns dos aspectos principais do pensamento e do engajamento político militar durante a República, resta clara a confirmação das palavras de Trevisan (2005, p. 10), quando afirma que “desses quartéis não saem apenas fuzis, canhões, etc. Saem também ideias que têm inegável importância na vida de um país”. Desde o próprio ato da Proclamação da República, conduzido por militares, até as mais recentes décadas do século XXI, é notório que as Forças Armadas integram fração importante da elite nacional que propõe visões sobre a sociedade e sobre o Estado brasileiro.

Como visto, esse intenso engajamento político deriva em grande medida da formação conduzida nas Escolas militares de educação superior. Os oficiais militares que participaram ativamente das insurreições e revoltas que caracterizaram as primeiras duas décadas da República tiveram uma formação altamente politizada na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, que justamente por ter servido como nascedouro dessas lideranças políticas teve suas atividades encerradas após a Revolta da Vacina. Sua sucessora, a Escola Militar de Realengo, não logrou êxito em sua proposta de profissionalizar o ensino militar e formar cadetes de perfil técnico e apolítico. Ao contrário, os oficiais ali formados não só estiveram intensamente engajados no movimento tenentista dos anos 1920, como muitos dividiram suas trajetórias militares com carreiras políticas a partir dos anos 1930.

Algumas das lideranças egressas de Realengo, como Juarez Távora, foram responsáveis pela criação, em 1949, da Escola Superior de Guerra. A Escola teve o objetivo de instituir um espaço permanente de produção intelectual militar, na qual discutia-se as características da sociedade e do Estado brasileiros na busca por caminhos para o desenvolvimento. A Escola foi responsável por sistematizar o pensamento político militar em doutrinas e teve papel importante enquanto espaço de ressonância da ideologia ligada ao polo de poder ocidental durante a Guerra Fria, embora sua doutrina tenha ido além da mera reprodução dos conceitos estadunidenses.

Com o fim da Guerra Fria, a redemocratização e as reformas legais e institucionais dela decorrentes, sobretudo nas estruturas de segurança e defesa, a ESG - que outrora gozava do protagonismo na elaboração do pensamento militar - passou a dividir foro com outros espaços de discussão da política de defesa. Com o processo de reformulação da educação militar conduzido a partir dos anos 1990 no Exército - que será discutido em maior detalhe no terceiro capítulo - a ECEME se tornou uma instituição fundamental no tocante à formação do pensamento político militar, em especial após a inauguração de seu Programa de Pós-Graduação. Como veremos adiante, a contratação de docentes pesquisadores civis permitiu que fosse atribuído um caráter mais acadêmico aos estudos militares, colocando os oficiais alunos em contato direto com os temas e bibliografias estudados pela comunidade acadêmica civil da área. O impacto dessas transformações no perfil do pensamento político dos militares será uma das reflexões provocadas ao final deste trabalho, embora sem a pretensão de esgotamento do tema, haja vista se tratar de uma extensa agenda de pesquisa.

Alguns elementos característicos desse pensamento, entretanto, podem ser classificados enquanto recorrências marcantes. O positivismo, corrente filosófica que marcou a visão dos estudantes da Praia Vermelha e dos líderes da república da espada, pode ser identificado em maior ou menor grau em diversos períodos da trajetória do pensamento militar brasileiro. A síntese da evolução do conceito de desenvolvimento da ESG, apresentada no Quadro 1, permite identificar de forma clara a visão de progresso contida nessas concepções. Expressões como “prosperidade crescente”, “continuado aumento da capacidade do Poder Nacional”, “processo global de crescimento acelerado”, “processo permanente de aperfeiçoamento”, entre outras, denotam que a Escola via o desenvolvimento através de uma lente positivista, que o concebia como o resultado final do progresso e da evolução do Homem, da Terra, das Instituições, etc.

Outra recorrência do pensamento desses atores é a repulsa generalizada pelos políticos civis, vistos corriqueiramente como oligarcas corruptos que levariam à fragmentação e à desordem social. Deriva enquanto corolário dessa compreensão a autoimagem das Forças Armadas enquanto reserva moral da República, que por estarem afastadas das disputas político-partidárias institucionais e por serem regidas por princípios rígidos de hierarquia e disciplina, não só estariam aptas como teriam o dever moral de intervir no Estado sempre que se julgasse estar ameaçada a ordem social. Assim, a defesa do intervencionismo também figura entre as recorrências encontradas.

Não se pode deixar de destacar a visão econômica contida no pensamento político militar ao longo do período analisado. Embora, como visto, nos primeiros momentos do movimento tenentista seus representantes tenham demonstrado identificação com os ideais liberais, não tardou até que o desenvolvimentismo vigorasse enquanto paradigma marcante do pensamento econômico militar. A vinculação entre segurança e desenvolvimento, postulada pela Doutrina Góes Monteiro, influenciou fortemente as políticas econômicas conduzidas durante o período desenvolvimentista que esteve em curso a partir dos anos 1930, além de ter lançado as bases para o binômio Segurança e Desenvolvimento da ESG.

A centralização do poder do Estado, por sua vez, ocorre como decorrência lógica da visão econômica desses militares. Deveria o Estado dispor de todas as ferramentas (logística, infraestrutura, comunicações, defesa, etc) de forma sinérgica, de modo a alcançar o desenvolvimento tal como ele era compreendido. Assim, a centralização política se fazia condição *sine qua non*, visto que a fragmentação e a descoordenação entre as estruturas do Estado inviabilizaria o projeto de desenvolvimento desejado.

Desse modo, as interpretações da sociedade fundamentadas na tese marxista da luta de classes foram eleitas por parte relevante da elite intelectual militar como ideologias adversas e hostis ao propósito das Forças Armadas, fazendo com que o anticomunismo e o combate às demais correntes vinculadas ao espectro da esquerda (trabalhismo, socialismo, anarquismo, etc) figurasse enquanto uma das recorrências mais marcantes no pensamento político militar. A rejeição à fragmentação social e a valorização da coesão nacional, tão caras à doutrina militar, correspondem a uma visão de sociedade diametralmente oposta àquela promovida pelo marxismo. Soma-se a isso o longo período de Guerra Fria durante o qual o Brasil esteve alinhado ao bloco ocidental e, conseqüentemente, aos princípios políticos e econômicos desse polo de poder (capitalismo, liberalismo e democracia).

Em que pese o lugar secundário que os temas atinentes à política internacional e à política externa assumiram ao longo da trajetória do pensamento dos militares - por motivos já mencionados e que serão melhor discutidos no capítulo seguinte -, foi possível identificar uma influência relevante do realismo clássico e da geopolítica na visão internacional das Forças Armadas, cujos temas de discussão mais recorrentes associavam-se ao entorno geoestratégico brasileiro. Resta, portanto, analisar se nos dias atuais a dimensão externa segue sendo pauta secundária nos espaços de discussão acadêmica dos militares e se suas preferências temáticas e teóricas mantiveram-se constantes ou apresentaram mudanças - tarefa que será executada ao longo do terceiro capítulo.

2. POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA: UM HISTÓRICO DA (DES)ARTICULAÇÃO

O capítulo que se segue tem por objetivo propor uma reflexão retrospectiva acerca da desarticulação entre a política externa e a política de defesa desde o período pós-redemocratização no Brasil, do final dos anos 1980 até os dias de hoje. Reconhecemos aqui que a desarticulação na condução de ambas as políticas corresponde a uma constante na história republicana brasileira desde pelo menos a proclamação de república (LIMA, 2010). No entanto, o corte temporal escolhido justifica-se não só por motivos de concisão, mas pela redemocratização ter marcado o começo de um período no qual se iniciou um afastamento prolongado da influência do poder militar na direção superior do Estado brasileiro, levando ao fim da tutela militar sobre o poder político (OLIVEIRA, 2000)⁴. Assim, testemunhou-se a renúncia do país quanto ao uso do poder militar como instrumento de política externa (LAFER, 1993).

O argumento central aqui endossado é aquele proposto por Lima (2010), quando afirma que “legado histórico, fatores ideacionais e instituições” (LIMA, 2010, p. 404) levaram à condução apartada das políticas externa e de defesa, fazendo-se necessário uma definição política de Estado que venha a subordinar ambas a um comando coeso e que venha a orientá-las por objetivos consonantes. Sendo assim, destacamos os traços característicos e os acontecimentos relevantes das conjunturas internacional, regional e doméstica dos governos que se sucederam após a redemocratização, bem como as linhas gerais que guiaram suas políticas externas e de defesa, de modo a demonstrar a disjunção entre ambas as políticas. Ao fim, buscamos compreender como os referidos fatores colaboraram para tal e discutimos os entraves que ainda restam à articulação entre esse campos, bem como possíveis caminhos para sua superação.

Há que se mencionar que a articulação entre as políticas externa e de defesa favorece a integração entre suas burocracias, mormente o Serviço Exterior Brasileiro e as Forças Armadas, colaborando para que se produza um pensamento político internacional entre os militares, bem como um pensamento estratégico de defesa entre os diplomatas. Dialeticamente, por sua vez, o surgimento desses interesses cruzados favorece ainda mais a

⁴ Embora aqui adotamos o argumento de Oliveira (2000) como pressuposto, reconhecemos que a avaliação quanto ao fim, total ou parcial, da tutela militar sobre a política nacional não é um ponto pacífico na literatura acadêmica, correspondendo a um dos principais debates no campo das relações civis-militares. Para um panorama geral do debate ver Fuccille (2006), Passos (2014), Zeverucha (2003) e Migon (2013)

articulação entre ambas as políticas públicas. Com efeito, a desarticulação entre a diplomacia e a defesa colabora no sentido contrário, mantendo os militares distantes dos debates em torno da ação externa brasileira e os diplomatas dos assuntos de natureza militar.

2.1. Os Anos 1990 e a “síntese imperfeita”

A redemocratização marcou o início de um importante momento para a política de defesa, para a política externa e para as relações civis-militares no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidaram-se entre os princípios fundamentais da República alguns dos já consagrados princípios tradicionais da diplomacia brasileira, como o respeito à independência dos Estados, à autodeterminação dos povos e à não-intervenção em assuntos internos de outros países. Para Sanchez et al (2006), a positivação desses princípios fundamentais na Carta Política de 1988 consagrou “oportunidades de percepção sobre um adensamento da relação entre as políticas interna, externa e internacional” (SANCHEZ et al, 2006, p. 132).

Após um longo período de tensões regionais com a Argentina, envolvendo o desenvolvimento de tecnologia nuclear⁵, a Constituição determina, em seu Art. 21, inciso XXIII, alínea a., que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”. Dessa forma, o Brasil adequa seu arcabouço jurídico-constitucional ao novo momento político, no qual a transparência e a busca pela consolidação das instituições democráticas e pela pacificação da região eram necessárias à política externa. Embora a delimitação dos princípios regentes das relações internacionais do Brasil, constantes no art. 4^a, tenha sido uma inovação, estudos apontam que não houve modificação substancial na distribuição de competências entre os três poderes no processo de formulação, implementação e controle da política externa, mantendo-se a responsabilidade pela formulação da política majoritariamente concentrada no Executivo, enquanto o Legislativo atuaria *a posteriori* e o Judiciário enquanto participante *ad hoc* (SANCHEZ et al, 2006, p. 131).

Na dimensão da defesa, a Carta Magna de 1988 ilustrou o tom regente das relações civis-militares à época. Os breves três anos passados após o fim de uma ditadura militar que durou vinte e um anos não haviam sido suficientes para restabelecer o convívio harmônico

⁵ Cf. LAFER, 1997

entre civis e militares. Por parte dos civis, havia uma preocupação em ampliar o controle democrático sobre as estruturas de defesa, de modo que as novas instituições democráticas e seu arcabouço legal pudessem evitar novos episódios de irrupção militar contra o poder civil instituído. Por parte dos militares, havia a preocupação em adequar-se aos novos tempos, preservando a imagem das Forças Armadas enquanto instituição permanente de Estado, vital para a manutenção da coesão social e para o desenvolvimento dos Estados modernos. Havia, ainda, um temor quanto à movimentos de “revanchismo” por parte de frações da sociedade, em especial quanto à possibilidade desses movimentos figurarem na Constituição através de instrumentos jurídicos de penalização tardia da caserna. Juntava-se a esse temor a preocupação com a manutenção de prerrogativas, direitos e privilégios que a classe militar detinha, como os de natureza previdenciária.

A despeito dos receios dos generais, estudos sobre a influência militar na constituinte apontam que o “lobby” castrense foi bem sucedido (CASTRO; D’ARAÚJO, 2000, p. 18), tendo os militares apresentado razoável consenso na apresentação de seus interesses ao constituinte originário. Dentre os temas que unificaram o posicionamento das três Forças, constavam a manutenção da Justiça Militar e da possibilidade do emprego do poder militar em operações de manutenção da ordem pública, ulteriormente denominadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Do mesmo modo, havia consenso entre os militares em torno de pautas negativas, perante as quais havia severa resistência nas Forças Armadas, como a criação de um Ministério da Defesa naquele momento e a ampliação do *habeas data* para informações sensíveis do regime militar pretérito (CASTRO; D’ARAÚJO, 2000). Assim, a Constituição Federal de 1988 foi um importante marco histórico para os temas de política externa, de política de defesa e das relações entre civis e militares, refletindo o espírito do tempo e as tensões entre as diferentes frações das elites interessadas nessas políticas públicas.

Sendo a política externa uma política pública dotada da especificidade de ser executada no plano externo (LIMA, 2010, p. 130), o ambiente internacional influencia sobremaneira em sua execução. Os anos 1990 foram marcados, sobretudo, pelo fim da bipolaridade marcante da Guerra Fria (e a decorrente ascensão dos EUA como superpotência global), o aprofundamento da globalização, a integração dos mercados, a ampliação dos regimes internacionais e a crença na vitória do capitalismo, em especial em sua vertente liberal, enquanto modo de produção ideal para a produção e reprodução da riqueza mundial. Tais percepções eram propugnadas pelos principais centros de

pensamento e formulação intelectual, profundamente influenciados pela tese do “fim da história” (FUKUYAMA, 2015).

A supremacia política, econômica e militar dos EUA nesse novo tabuleiro geopolítico mundial acarretava algumas consequências para os demais Estados, sobretudo para os países em desenvolvimento sob sua esfera imediata de influência, como o Brasil. A corrida armamentista que ocorrera entre as duas superpotências mundiais ao longo da Guerra Fria levou a um profundo avanço tecnológico que garantiu uma superioridade militar incontestável para as potências nucleares do bloco ocidental, em especial para os EUA. Sendo assim, a ocorrência de um “congelamento de poder” (CASTRO, 1971) em torno desses países, com notável destaque aos EUA, desencorajou quaisquer ambições de busca por um incremento na capacidade bélica do Brasil. Tal desencorajamento se deveu não só à assimetria tecnológica, que fez remota a possibilidade de se atingir o poderio militar acumulado pelos EUA, mas também ao fato de que o Brasil encontrava-se sob o “guarda-chuva” de poder estadunidense, o qual abarcava todo o hemisfério.

O ambiente regional estava marcado pelos processos de integração e por uma liderança pacífica do Brasil, o qual buscava medidas de construção de confiança após as tensões ocorridas com a Argentina em torno da questão nuclear. A assinatura do Tratado de Assunção, com a decorrente criação do Mercosul, em 1991, merece especial atenção enquanto um marco desses esforços de integração e construção mútua de confiança. O cenário doméstico brasileiro, por sua vez, desencorajava que fosse dada considerável atenção às políticas externa e de defesa ao longo dos primeiros anos da década de 1990. No âmbito político, o objetivo precípua dos governos que sucederam a redemocratização foi o de forjar instituições democráticas sólidas para o novo período republicano (SOUZA, 2001). No âmbito econômico, o país ainda vivia a herança da crise fiscal dos anos 1980. O cenário econômico era de baixa atividade produtiva, sobretudo na indústria, de crescimento irregular do PIB e de uma espiral inflacionária demonstrada em taxas de 400% ao ano até 1993 (PINHEIRO; GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ, 1999, p. 14).

Os efeitos dos cenários acima expostos para a política de defesa brasileira foram a retração dos investimentos em tecnologia militar (PAGLIARI, 2009, pp. 112-115). Paralelamente, as Forças Armadas brasileiras passavam por um momento conturbado perante um duplo desafio: a busca pelo desfazimento de uma imagem autoritária frente a sociedade civil e pelo convencimento da necessidade de sua existência enquanto órgão de Estado (sobretudo na captação de recursos orçamentários), em um novo cenário no qual inexistiam pretensões brasileiras de projeção de poder internacionalmente. Tendo em vista

esse último desafio, compreendido por parte da literatura especializada como um momento de “crise de identidade” (FUCILLE, 2003) das Forças Armadas, havia uma pressão advinda sobretudo das agências de segurança e defesa estadunidenses para que o aparato militar brasileiro fosse empregado na segurança interna e no combate às chamadas “novas ameaças”, o que incluiria o combate aos crimes transnacionais, ao narcotráfico e ao terrorismo, bem como a fenômenos socioeconômicos que passaram ao patamar da securitização, como as migrações e a extrema pobreza⁶. A retórica da “multidimensionalidade” e das “novas ameaças” compunha o léxico da nova agenda de segurança internacional, amplamente difundida ao redor no mundo e bem aceita em meio ao pensamento acadêmico brasileiro, embora não sem resistências⁷.

Fuccille (2003) compreende a política de defesa do período como caracterizada por uma mudança na “missão militar”, em resposta à percebida crise de identidade por qual passava a instituição militar. Para o autor, tal crise teria tido como ápice o governo Collor, com o desmantelamento do Serviço Nacional de Informações (SNI) - pedra angular da espionagem interna do regime pretérito. Entre os fatores causais dessa crise estava o fim das três hipóteses de guerra ora consideradas pelas Forças Armadas: a guerra global, que se mostrava improvável ante a superioridade militar estadunidense; a guerra regional, remota diante das tendência de integração regional em curso; e a guerra subversiva, também pouco provável no contexto de desmantelamento dos grupos de resistência armada à ditadura militar.

A nova “missão militar” discutida por Fuccille (2003) consistiria no emprego cada vez mais frequente do poder militar em ações de polícia. Sendo assim, a função de “inimigo interno” antes atribuída aos guerrilheiros de esquerda, agora seria absorvida pelos agentes das “novas ameaças”: narcotraficantes e terroristas fundamentalistas. O autor argumenta que diversos casos ocorridos ao longo dos anos 1990 corroboram esta hipótese, sendo as Operações Rio o marco inicial dessa tendência. Iniciada em outubro de 1994, a Operação Rio I mobilizou cerca de dois mil militares das três forças armadas para atuarem na repressão ao crime organizado em favelas do Rio de Janeiro. Já à época, a operação recebeu pesadas críticas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) devido a supostas violações de direitos civis, como prisões sem flagrantes e sem mandatos⁸. Um ano depois, a Operação

⁶ cf. BUZAN; WAEVER; DE WILDE, 1997.

⁷ Para uma crítica à alegada assimilação sem critérios das categorias analíticas propagadas pelos teóricos da multidimensionalidade das ameaças, ver Saint-Pierre (2011).

⁸ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/relembre-algumas-acoes-das-forcas-armadas-no-rio-de-janeiro-4583428>> Acesso em 29 abr 2019.

Rio II contou com um efetivo de homens ainda maior para atuar nas ruas do Rio no combate ao narcotráfico e ao crime organizado. Além das Operações Rio, Fuccille (2003) ilustra seu argumento citando outras ocasiões similares, como o emprego de tropas militares na greve dos petroleiros, em 1995; a varredura feita pelo Exército após o massacre de integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) em Eldorado dos Carajás, em 1996; a atuação das Forças Armadas na repressão à greve dos policiais mineiros, em 1997 e as Operações Asa Branca, em 1995, e Mandacaru, em 1999, para reprimir a produção de entorpecentes na região conhecida como Polígono da Maconha.

Fuccille (2003) conclui que esse desvio da “missão militar”, da defesa externa para a segurança interna, produz efeitos nocivos à política de defesa e ao Estado de modo geral, dentre os quais podemos destacar o comprometimento do profissionalismo militar (HUNTINGTON, 1996; JANOWITZ, 1967) e o risco da ocorrência de violações de direitos humanos, civis e políticos nas incursões das Forças Armadas no domínio da segurança pública. De fato, duas décadas após a deflagração das Operações Rio, recentes ocorrências envolvendo esses tipos de violações em operações de GLO parecem confirmar os receios do autor⁹.

Com relação às linhas gerais da política externa ao longo dos anos 1990, pode-se dizer que se adequavam ao *zeitgeist* imperante no sistema internacional pós-Guerra Fria, fundado na confiança nos EUA como potência mantenedora da estabilidade mundial e, sobretudo, continental. Alternativamente, buscava-se uma liderança pacífica na região, sustentada pelas relações comerciais e diplomáticas com os vizinhos, pela adesão incontestada aos regimes internacionais - como o regime de não-proliferação nuclear - e pelas iniciativas de integração regional, como o Mercosul. Embora fosse uma política externa conciliatória e pouco assertiva, o país não deixou de buscar expandir sua participação nos principais foros internacionais. Foi durante esse período que o presidente FHC lançou mão de modo bastante recorrente da chamada “diplomacia presidencial”, ampliando o papel da presidência da república na política externa. Foi também nos anos 1990 que o país retomou seu pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), primeiro com Celso Lafer (1992) e depois com Luiz Felipe Lampreia (1995-2001) - embora, à época, a própria chancelaria brasileira tenha demonstrado ceticismo quanto à materialização desse pleito (LAMPREIA, 2000).

⁹ Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/relatorio-aponta-que-forcas-de-seguranca-violaram-30-tipos-direitos-durante-intervencao.ghtml>> Acesso em 07 jun 2019

Vizentini (2005) destaca que a política externa de FHC compreendeu dois períodos. O primeiro, correspondente aos anos de 1995 a 1998 e o segundo de 1998 ao fim de sua última gestão, em 2001. O primeiro período foi caracterizado pela busca por adesão aos regimes internacionais e ao comércio mundial. Uma das ações destacadas pelo autor foi a de retirar parcialmente as atividades de política externa comercial do Itamaraty - no qual havia lideranças fortemente ligadas ao pensamento nacional-desenvolvimentista - e vinculá-las ao Ministério da Economia, então liderado por Pedro Malan, economista ligado ao pensamento ortodoxo neoliberal. De fato, a equipe econômica gozava de grande credibilidade à época, devido à estabilização macroeconômica viabilizada pelo plano real, o que permitiu a elaboração de um projeto de inserção na economia internacional.

A já citada inserção nos regimes internacionais foi uma das grandes prioridades no período, sendo a assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) o ato mais representativo dessa tendência. À época de sua criação no final da década de 1960, a assinatura do TNP fora rejeitada pelo regime militar brasileiro por este perceber grande assimetria das condições entre as potências nucleares e não nucleares - o Tratado foi visto por muitos como um instrumento de congelamento de poder (CASTRO, 1971). Com o novo momento político internacional e doméstico dos anos 1990, o governo FHC avaliou que o isolacionismo que seria causado por uma eventual negativa na assinatura do Tratado incorreria em prejuízos diplomáticos mais danosos à imagem do país do que implicaria sua assinatura. Para Vizentini (2005), a assinatura do TNP não rendeu dividendos positivos ao Brasil do ponto de vista estratégico, político ou econômico¹⁰. Outros autores (SILVA, 2012) destacam que a assinatura do TNP foi apenas a ratificação de um compromisso com a não-proliferação nuclear que o Brasil já firmara na ocasião da promulgação da Carta Política de 1988, na qual tal princípio figura entre os fundamentos da república.

Outro exemplo da tendência brasileira de adesão aos regimes e tratados internacionais foi a sinalização positiva, por parte do Brasil, à adesão à Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA). Vizentini (2005) afirma que o Brasil colocou-se relutantemente favorável às movimentações para a viabilização do acordo, que durante a época foi alvo de pesadas críticas por parte de setores da sociedade ligados ao pensamento desenvolvimentista. Da mesma sorte, o argumento da diplomacia brasileira e da equipe

¹⁰ Em debate no Instituto FHC em 2018, o então Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen, associou a assinatura do TNP nos anos 1990 a uma “visão ideológica equivocada” da questão nuclear. Ver em <https://www.defesaareanaval.com.br/naval/etchegoyen-critica-tratado-global-contra-arma-nuclear>> Acesso em 30 abr 2019

econômica eram de que o isolacionismo em relação aos espaços de livre comércio acarretaria prejuízos maiores.

Ocorre, porém, que em fins do primeiro governo FHC a política externa começa paulatinamente a assumir um tom mais crítico ao paradigma neoliberal ora vigente, frente às crises financeiras de países emergentes que pululavam pelo mundo na virada do milênio, como na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998. Mesmo a tão cara estabilização monetária brasileira encontrava-se ameaçada, levando o presidente FHC à reeleger-se em um cenário menos favorável, dando início ao segundo período da política externa de FHC, de 1999 ao fim de seu mandato, em 2002.

Vizentini (2005) destaca que a segunda fase da política externa de FHC foi marcada pela crítica à “globalização assimétrica”, de tom menos conciliatório e mais cético quanto aos regimes internacionais e ao consenso neoliberal. Há uma sensível perda de fôlego do Mercosul, devido às crescentes assimetrias de condições entre Brasil e Argentina, bem como um aumento do ceticismo em relação à ALCA. Todavia, como alternativa ao alinhamento comercial aos EUA, a política externa brasileira voltou-se à integração sul-americana. O autor aponta que a primeira e a segunda Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos, ocorridas em Brasília e Guayaquil, respectivamente, são representativas desse momento.

Houve nos anos 1990, porém, duas iniciativas marcantes para a política de defesa e para a política externa. Em 1996, após uma série de reuniões e formulações conjuntas entre militares, diplomatas e acadêmicos, aprovou-se a primeira versão da Política de Defesa nacional (PDN). Embora tivesse sido um documento ainda bastante incipiente, tratou-se do primeiro esforço de debate e formulação conjunta entre o meio acadêmico, o parlamento e as burocracias envolvidas na implementação de ambas as políticas. Já em 1999, após anos de pressões e resistências internas e externas às Forças Armadas, aprovou-se a criação do Ministério da Defesa (MD), pasta que finalmente unificou o comando superior das três Forças, subordinando-o a uma autoridade civil democraticamente instituída¹¹. O debate em torno da efetividade da estruturação do MD na promoção do controle civil sobre as Forças Armadas e na redução da tutela militar sobre a política nacional é vasto e inconcluso. Embora seja uma unanimidade o reconhecimento da criação do Ministério como um marco no avanço do controle civil sobre os militares, parte da literatura identificou a permanência de um amplo grau de autonomia militar sobre a autoridade civil nos processos decisórios do

¹¹ Prática interrompida em 26 de fevereiro de 2018, quando da nomeação do General Joaquim Silva e Luna para a pasta, pelo então presidente Michel Temer.

MD após sua criação (ZAVERRUCHA, 2005). Em contrapartida, outra parte da literatura atribui uma interpretação mais otimista ao grau de sucesso obtido pela criação do MD no controle civil (FUCCILLE, 2018). O resultado positivo, porém insuficiente, da aprovação da PDN e da criação do MD para a coordenação entre as políticas externa e de defesa levaram Alsina Jr. (2003) a considerá-lo como uma “síntese imperfeita”.

2.2. O governo Lula e a “política externa ativa e altiva”

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva se deu em meio a um contexto político, econômico doméstico, e internacional sensivelmente divergente daquele em tela quando da eleição de FHC. Na década de 2000 transcorreram acontecimentos altamente relevantes no cenário geopolítico mundial, tendo o governo Lula se iniciado pouco mais de um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001, que marcaram sobremaneira a agenda de segurança estadunidense e, por conseguinte, a de seus aliados. O discurso sobre o Estado da União de George W. Bush, em 2002, representou o início da campanha militar dos EUA contra o terrorismo internacional, conhecida como “guerra ao terror”. No mesmo discurso, o presidente estadunidense citou nominalmente o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte como o chamado “eixo do mal” - grupo de países que supostamente estariam apoiando o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa. No ano que se iniciou o governo Lula, foi deflagrada a “Operação Liberdade do Iraque” - uma invasão estadunidense ao Iraque, à revelia do Conselho de Segurança da ONU, em resposta a alegadas acusações de que o país estaria envolvido com os atentados de 11 de setembro e estaria armazenando um arsenal de armas de destruição em massa.

Outro fato relevante do cenário geopolítico internacional à época foi a descoberta por parte da comunidade internacional, em 2002, do programa de enriquecimento de urânio que o Irã estaria secretamente conduzindo para a obtenção de armas nucleares. A denúncia, feita à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), teria partido de serviços de inteligência de países ocidentais. Desde então iniciou-se uma crise nuclear que estendeu-se por muitos anos, tendo como partícipes os países da OTAN e a AIEA enquanto denunciadores e o próprio Irã e seus aliados, especialmente a Rússia, como defensores do programa. Durante o período, juntamente com a Turquia, o Brasil teve um importante papel de mediador na crise, propondo a assinatura de um acordo tripartite em 2010 como forma de apaziguar as tensões (AMORIM, 2018).

No plano econômico, a década iniciou-se com os efeitos da crise financeira que atingiu os países em desenvolvimento na virada do milênio, encerrando-se com a crise do *subprime* iniciada no mercado imobiliário americano em 2008, que posteriormente atingiu toda a economia global - não obstante a resiliência inicial demonstrada pela economia de alguns países emergentes, como foi o caso do Brasil. Esses países emergentes, durante o período, demonstraram especial destaque na política mundial ao promoverem a integração e a cooperação política e econômica em diferentes frentes (BRICs, IBAS, UNASUL, etc). Cabe distinta menção ao estelar desempenho econômico chinês, cujo indistinto crescimento no período alçou o país ao status de potência global, ensejando debates e estudos acerca de uma possível futura transição de hegemonia com os EUA (ARRIGHI, 2008).

Regionalmente, ocorreu uma sequência de eleições de líderes progressistas na América Latina. Na Argentina, presenciamos as eleições de Nestor (2003) e Cristina Kirchner (2007); na Bolívia, Morales chegou ao poder em 2006; na Venezuela, Hugo Chávez foi eleito presidente em 2002 e, após ter sido deposto por um golpe, retornou ao poder em 2006. A chamada “virada à esquerda” no subcontinente favoreceu a execução dos projetos de integração regional contidos na agenda de política externa dos governos Lula, sendo a maior representação desses projetos a criação, em 2008, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e as subestruturas e acordos desenvolvidos em seu bojo.

No tocante ao cenário doméstico, o governo Lula transcorreu em meio à estabilização econômica e política do país, a despeito das altas taxas de inflação deixadas pelo governo FHC em seu último ano de mandato. Após um histórico de sucessivas perdas eleitorais (1989, 1994 e 1998), o novo presidente assumiu com um discurso crítico às políticas liberais de FHC, sobretudo no que concerne às privatizações levadas a cabo no seu governo e aos acordos com o FMI, que eram avaliados pelo novo governo como instrumentos de ampliação da subjugação financeira do país aos grandes centros capitalistas. Durante o período eleitoral, conforme o desempenho de Lula crescia nas pesquisas, ocorreu uma forte pressão sobre o câmbio, com uma grande alta do dólar, devido ao temor do mercado quanto a um possível governo hostil ao setor financeiro e empresarial. Em resposta, Lula adotou um tom mais brando em seu discurso político, mormente após sua eleição. Com a divulgação da mensagem conhecida como Carta aos Brasileiros, foi

possível afastar os receios do mercado e construir uma base de apoio junto ao empresariado e ao setor financeiro que favoreceu sua governabilidade¹².

O balanço do desempenho econômico dos governos Lula aponta para um saldo positivo, tendo havido melhora nos principais indicadores - crescimento do PIB, endividamento externo, saldo da balança comercial, controle da inflação e acúmulo de reservas internacionais¹³. O bom desempenho da economia no período deveu-se, sobretudo, à expressiva alta no valor das *commodities* exportadas pelo país, induzida principalmente pela expansão da demanda provocada pela pujança do crescimento chinês.

Os indicadores sociais também apresentaram melhora durante o período, com alta constante no valor médio do salário mínimo, queda acentuada nas taxas de desemprego, redução do quantitativo de pessoas vivendo em situação de pobreza e queda do coeficiente de GINI¹⁴. O maior símbolo das políticas sociais executadas no governo Lula foram certamente os programas de distribuição de renda, com especial destaque ao Bolsa Família - amadurecimento do programa Bolsa-Escola, implementado no ano de 2001 por FHC - que consagrou-se como uma experiência reconhecidamente bem sucedida até pelas forças políticas de oposição¹⁵, em que pese as críticas à implementação do programa¹⁶.

Ocorre, entretanto, que a partir de meados de 2005, o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram a imagem profundamente abalada após as denúncias do então deputado federal Roberto Jefferson, de que havia um esquema, liderado pelo PT, de pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio às iniciativas do governo federal. O escândalo conhecido como “mensalão” foi o primeiro grande escândalo de corrupção de grandes proporções eclodido durante os governos petistas, cuja cobertura midiática e a decorrente repercussão nacional renderam dividendos negativos à imagem do governo e do partido.

Todavia, em que pese os efeitos políticos desses escândalos, a política externa foi um dos domínios do governo Lula que decerto rendeu reputação positiva para sua gestão,

¹² Ver em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>> Acesso em 08 out 2019

¹³ Ver em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm>> Acesso em 08 out 2019

¹⁴ Ver em <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>> Acesso em 21 mai 2019

¹⁵ Ver em <<http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/em-debate-presidencial-alckmin-afirma-que-ira-ampliar-bolsa-familia/>> Acesso em 21 mai 2019

¹⁶ Ver em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/10/interna_politica,979310/meirelles-relembra-critica-do-psdb-sobre-bolsa-familia.shtml> Acesso em 21 mai 2019

em especial perante a governantes de outros países e aos organismos internacionais. Dentre os traços marcantes da chamada “política externa ativa e altiva” (AMORIM, 2018) está o aprofundamento da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), máxime a cooperação sul-sul (CSS), através do estabelecimento de parcerias estratégicas principalmente com países da América Latina, da África lusófona (os chamados PALOPs) e outras potências médias, com a Índia e a China. Dados tanto de fontes oficiais (IPEA, 2011; IPEA, 2014) como de fontes alternativas (ARTICULAÇÃO SUL, 2018) apontam para um crescimento expressivo da CID e da CSS brasileira entre os anos de 2005 a 2011, em especial nas modalidades de cooperação técnica, científica e tecnológica, humanitária, em educação e em operações de paz. As práticas de CSS de potências médias como o Brasil, entretanto, devem ser (e tem sido) escrutinadas no sentido de se analisar a natureza das relações estabelecidas e de que modo tais relações replicam ou superam o tradicional modelo de cooperação norte-sul (CNS), de modo a observarem-se “os riscos de reprodução de um modelo de cooperação que eles próprios criticaram no passado recente” (MILANI, 2012).

Uma característica desses modelos de cooperação é que vão além da mera parceria retórica, envolvendo em suas ações diferentes atores institucionais e não-institucionais, tais como agências governamentais, ministérios e o setor empresarial. Apesar disso, a política externa do período Lula também foi marcada por um forte caráter personalista. Tanto o presidente quanto seu chanceler, Celso Amorim, retomaram em maior grau a prática da diplomacia presencial conduzida por FHC, tendo ambos - Lula e Amorim - promovido visitas e encontros oficiais em diversos países, além de terem discursado em diferentes foros internacionais. Além da relevância alcançada pelas figuras de Lula e Amorim na caracterização da política externa do período, destacaram-se também a influência do então assessor presidencial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, e do em tão Secretário-Geral das Relações Exteriores do MRE e então Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Houve, ainda, a influência tácita da visão de política externa e de relações internacionais gestada na base do Partido dos Trabalhadores, haja vista que muito do conteúdo retórico da política externa de Lula lastreou-se nas visões tradicionais do partido (ALMEIDA, 2004)

No domínio das relações econômicas internacionais, a política externa do governo Lula foi marcada pela crítica à arquitetura do sistema financeiro internacional e suas hierarquias assimétricas, à globalização e à dependência de capitais estrangeiros. Tal crítica

era visível na postura frente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos acordos firmados com o Brasil no período FHC eram tolerados “apenas e tão somente quanto fosse absolutamente indispensável para o equilíbrio das contas externas” (ALMEIDA, 2004, p. 90). Diante disso, a diplomacia brasileira atuou nos foros econômicos internacionais, como na OMC e no G-20 financeiro, em busca da redução de tais assimetrias, especialmente no que se refere às barreiras comerciais impostas por países como os EUA aos produtos agrícolas brasileiros.

Outro traço marcante da política econômica externa do governo Lula foi o apoio à exportação de produtos e serviços brasileiros, através do suporte dado pelo BNDES à internacionalização de empresas nacionais - em especial do setor de minério, de petróleo, do agronegócio e da construção civil. Em que pese a avaliação positiva feita pelo BNDES de suas políticas de apoio à exportação¹⁷, tais operações foram alvo de investigações por suspeitas de ilicitude¹⁸, além de terem sofrido críticas de grupos da sociedade civil organizada e do meio acadêmico devido aos impactos socioeconômicos que teriam acarretado, particularmente no continente africano¹⁹.

Na dimensão política e estratégica, a busca pelo aumento do protagonismo brasileiro no cenário geopolítico mundial marcou a gestão de Lula e Amorim. Tal esforço foi caracterizado por iniciativas como a liderança, junto à Turquia, da mediação da crise nuclear iraniana ocorrida em 2010²⁰. Também foi caracterizado pela retomada, com mais vigor do que nos anos 1990, do pleito pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e pela reivindicação de uma cadeira permanente para o Brasil. Essa busca pelo exercício da liderança internacional e pela superação dos entraves diplomáticos inerentes à condição de país periférico teve no multilateralismo seu principal instrumento, ilustrado pelo foco na integração regional - haja vista a atenção dada ao Mercosul e à UNASUL enquanto espaços de integração econômica e política, respectivamente.

O movimento de ampliação da relevância das questões externas também foi acompanhado pelo crescimento da ênfase às questões de defesa. Marques e Fuccille (2015)

¹⁷ Ver em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/contratos-exportacao-bens-servicos-engenharia>> Acesso em 23 mai 2019

¹⁸ Ver em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/pf-indicia-mantega-palocci-e-coutinho-por-suspeita-de-corrupcao-no-bndes.shtml>> Acesso em 23 mai 2019

¹⁹ Ver em <<http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>> Acesso em 23 mai 2019

²⁰ Ver em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu> Acesso em 23 mai 2019

apontam o início do século XXI como o período decisivo para o ganho de relevância de tais questões, tanto nacional quanto regionalmente, a partir de iniciativas como a estruturação do MD; a revisão da PND; os lançamentos da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da UNASUL (MARQUES; FUCILLE, 2015, pp. 61-62).

Durante esse período também ocorreu o início de um maior diálogo entre as Forças Armadas e a comunidade acadêmica. Entre as iniciativas que marcaram essa aproximação destacam-se o lançamento, por parte do MD, de programas de fomento aos estudos de defesa, como o Pró-Defesa; a promoção dos Congressos Acadêmicos sobre Defesa Nacional (CADN), dos Cursos de Extensão em Defesa Nacional (CEDN), dos Concursos de Monografias (CMDN) e de Dissertações e Teses (CDTDN) sobre Defesa Nacional e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa “Pandiá Calógeras” (IBED). Ressalta-se também a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* desenvolvidos no âmbito das três Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra (ESG), que tornaram-se espaços de convivência e compartilhamento de saberes entre pesquisadores acadêmicos militares e civis.

A intensificação da cooperação internacional ora mencionada também abarcou uma intensa cooperação em defesa. Dentre as iniciativas nesse âmbito podemos citar o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME) e o Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD), ambos promovidos pela Marinha do Brasil (MB) para oficiais de Marinha Mercante e Aquaviários, respectivamente, de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordos. Cumpre ainda mencionar os acordos bilaterais com diferentes países para a execução de projetos de defesa - com a Alemanha, na área de foguetes de sondagem; com a Argentina e com a China, ambos na área de desenvolvimento de satélites (Sabia-MAR e CBERS, respectivamente); e com a França, para desenvolvimento de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear (PROSUB). No âmbito multilateral, o Brasil buscou ampliar a cooperação em defesa no seu entorno estratégico (América do Sul e África), explorando espaços de diálogo e deliberação como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A liderança em operações de paz também foi uma marca da cooperação brasileira no período. Embora o país participe de operações de paz desde fins dos anos 1940, durante o governo Lula esta se mostrou uma face bastante expressiva da política externa brasileira.

De 2005 a 2009, as Forças Armadas brasileiras engajaram-se em treze operações de paz, tendo movimentado um efetivo de 2.247 militares e policiais para o Chipre (UNFICYP), Costa do Marfim (Unoci), Etiópia e Eritreia (UNMEE), Haiti (MINUSTAH), Kosovo (UNMIK), Libéria (Unmil), Nepal (Unmin), República Centro-Africana e Chade (MINURCAT), República Democrática do Congo (Monusco), Sudão (Unmis) e três no Timor Leste (UNMISSET/Unotil/UNMIT) (IPEA, 2010). Em 2010, o governo brasileiro inaugurou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), com vistas a melhor preparar as forças de segurança brasileiras e de nações amigas para o emprego em operações dessa natureza.

Pode-se concluir, portanto, que o governo Lula chegou ao seu fim gozando de grande credibilidade no que toca à condução das políticas externas e de defesa. O cenário político e econômico do ambiente internacional na primeira década do século XXI apresentou condições favoráveis à projeção dos países emergentes e à ascensão de lideranças regionais na América do Sul, cujas plataformas de governo alinhadas favoreceram a integração regional. O acerto das contas públicas e a melhora nos indicadores econômicos colaboraram para a estabilização interna do país e viabilizaram a execução de projetos. Entretanto, como veremos, ao longo do governo Dilma ocorreu uma brusca transformação nessas variáveis, que acarretaram no ostracismo das questões internacionais frente às pautas de natureza doméstica que ascendiam ao patamar de prioridade na agenda política nacional.

2.3. O governo Dilma Rousseff e o Brasil no “atoleiro”²¹

Convém pontuar, de início, que há um volume consideravelmente inferior de produção acadêmica acerca da política externa e da política de defesa de Dilma Rousseff, comparativamente à quantidade de trabalhos acadêmicos atinentes à era Lula. Tal fato, quando visto isoladamente, não é suficiente para se chegar a conclusões quanto ao lugar dessas políticas públicas nos governos Dilma, mas ao menos demonstra que o domínio dessas políticas não despertou, na comunidade científica, a atenção despertada durante a era

²¹ Expressão que causou grande repercussão quando esteve presente na capa da revista *The Economist*, edição de 28 de fevereiro a 6 de março de 2015, em alusão à crise pela qual o país passava no período.

Lula. De fato, desde a redemocratização, não se assistiu a tamanho crescimento do interesse público por tais temáticas como o que ocorreu nos governos Lula. Ante o exposto, entretanto, é possível traçar um panorama do período em tela na forma proposta neste capítulo, que assim será feito apoiando-se sobretudo nos trabalhos de Saraiva (2014).

O ambiente internacional à época marcava-se pelo início de turbulências de natureza política e econômica que viriam a prejudicar em larga medida a economia brasileira, interferindo em suas relações internacionais e, por conseguinte, em suas políticas externa e de defesa. Esse cenário conjugou-se com um contexto regional também turbulento, devido à escalada da crise venezuelana, e com um ambiente doméstico também desfavorável, diante da piora crescente dos indicadores econômicos e de uma ampla cobertura midiática nunca antes vista de sucessivos escândalos de corrupção. O resultado desse alinhamento de condições desfavoráveis foi uma das mais profundas crises políticas já vividas pelo país, que levou à abreviação do segundo mandato da presidente com o impeachment ocorrido em 2016.

Saraiva (2014) destaca três fatores de natureza internacional que influenciaram a política externa de Rousseff, sendo os dois primeiros de natureza econômica e o segundo de natureza política. Em primeiro lugar, iniciava-se a recuperação, nos EUA e na Europa, da crise mundial iniciada em 2008 e que afetara sobremaneira os países centrais. Com o início dessa superação, ocorreu um reforço na atuação dos foros internacionais protagonizados por esses atores, como o G7, juntamente com a consequente perda de espaço de foros nos quais o Brasil possuía maior atuação, como o G20 financeiro.

Em segundo lugar, não se poderia deixar de mencionar a queda expressiva no valor das *commodities* exportadas pelo Brasil que, em grande medida, foram responsáveis, durante seu período de alta, pelo crescimento econômico ocorrido a partir de 2002. Analistas apontam que essa depreciação devia-se ao enfraquecimento da demanda por tais produtos, sobretudo em consequência da desaceleração do crescimento chinês, que outrora havia alavancado a demanda por bens primários com sua inserção pujante nas cadeias globais de valor.

Por fim, o início do governo Dilma coincidiu com o início da série de protestos políticos que varreram o Oriente Médio e que caracterizaram a chamada Primavera Árabe. O estopim desse movimento, ocorrido no início de 2011, foi a queda do presidente Zine El Abidine, da Tunísia, que fugiu para a Arábia Saudita após uma série de levantes populares.

Poucos meses depois, o mundo assistiu à renúncia de Hosni Mubarak, no Egito, que saía do comando do país no qual permaneceu por trinta anos, após protestos violentos que levaram a centenas de mortos. A onda de levantes havia então chegado à Líbia, palco da mais sangrenta disputa pelo poder da Primavera Árabe – talvez atrás somente do conflito sírio, que até os dias de hoje encontra-se inconcluso. Uma coalizão de forças internacionais, lideradas pela OTAN, interveio no conflito em março daquele ano, à revelia do Conselho de Segurança da ONU.

Posteriormente, em 2013, iniciou-se a crise política ucraniana, que teve como protagonistas forças políticas ucranianas favoráveis e contrárias ao alinhamento com a Rússia. A crise resultou, um ano depois, na queda do então presidente Vítor Yanukovich, aliado da Rússia na região. Em resposta, ainda em 2014, o Kremlin determinou a anexação das regiões autônomas da Crimeia e de Sebastopol. A ação unilateral das potências do Norte na Líbia e a anexação, também unilateral, da Crimeia e de Sebastopol pela Rússia colocaram novamente em cheque a eficácia dos mecanismos de segurança coletiva e dos foros multilaterais de discussão e criação de consensos, oito anos após a invasão estadunidense ao Iraque – também à revelia da ONU.

Este era, portanto, o quadro geral da política internacional durante os governos Dilma: a conjuntura econômica desfavorável aos países exportadores de matéria prima e o deslocamento do epicentro das disputas geopolíticas internacionais para o Oriente Médio e para o leste europeu aumentavam o protagonismo das potências tradicionais do Norte, em detrimento das potências emergentes – conjuntura sensivelmente divergente daquela em tela ao longo dos governos Lula.

O ambiente regional sul-americano durante o governo Dilma teve como principal característica o período de escalada da crise política venezuelana, que instava reações e posicionamentos de seus vizinhos, sobretudo do Brasil – uma importante liderança histórica na região. Após a morte do líder Hugo Chavez, em 2013, seu sucessor, Nicolás Maduro, que já assumia interinamente a presidência do país, venceu as eleições com uma minúscula margem de 50,62% dos votos. A oposição, no entanto, não considerou legítimo o pleito que levou Maduro ao poder e convocou a população às ruas em reivindicação pela saída de Maduro. Em 2014, Maduro ordenou a prisão de Leopoldo Lopez, principal liderança da oposição. No ano seguinte, Antonio Ledezma, outro líder opositor, também foi preso e a Venezuela recebeu as primeiras sanções do governo estadunidense por conta de alegadas violações de direitos humanos que estariam ocorrendo. No fim de 2015, a oposição

conseguiu conquistar a maior parte das cadeiras do parlamento nas eleições legislativas nacionais, abalando ainda mais a coesão interna do país. Durante o período, a Venezuela imergiu em uma severa crise de desabastecimento, por conta da queda nas receitas associada à desvalorização do petróleo – seu principal ativo comercial. Saraiva (2004) afirma que a política externa de Dilma Rousseff não foi capaz de assumir o papel de liderança na mediação da crise, papel esse que era esperado do Brasil. O governo brasileiro, contudo, também passava por uma fase turbulenta na política doméstica do país, o que em parte pode explicar a ausência de protagonismo no cenário política regional.

Em termos econômicos, o governo Rousseff foi marcado pelo mau desempenho dos principais indicadores: sucessivos prejuízos na balança comercial devido à queda nas receitas das exportações; descontrole fiscal; alta da inflação e, por conseguinte, da taxa básica de juros e crescimento médio do PIB menor do que o dos demais países emergentes - cenário que levou o periódico *The Economist* a estampar em sua capa, em 2015, que o Brasil estaria passando por um “atoleiro”. Em termos políticos, a deflagração e posterior avanço da chamada Operação Lava-Jato levou a uma exposição nunca antes vista de sofisticados esquemas de corrupção constituídos no interior das esferas de poder do Estado que, com a ajuda de uma ampla cobertura midiática, lançou o país a uma de suas maiores crises morais. Embora visto como um acontecimento do ambiente político doméstico, as diversas fases da Operação Lava-Jato interferiram largamente nas relações internacionais e na política externa do Brasil. Por ter envolvido grandes transnacionais brasileiras, que no período Lula viabilizaram sua internacionalização, a operação provocou ecos para além das fronteiras brasileiras e incentivou a deflagração de operações correlatas em países vizinhos. As investigações atingiram empresários e altas autoridades públicas de mais de quarenta países, sendo a esmagadora maioria da América Latina e da África. Ainda, os trabalhos da força-tarefa policial responsável pela operação contaram com a cooperação internacional de diversas agências de outros Estados, com destaque ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. No entanto, não há consenso em torno dos dividendos rendidos para o Brasil, em termos de política externa, pelas investigações e prisões levadas a cabo pelas autoridades. Enquanto uns percebem resultados positivos, como o estreitamento da cooperação jurídica internacional e melhorias no ambiente internacional de negócios²², outros entendem a operação como um movimento de sabotagem - executada pelo Poder Judiciário e patrocinada pelos grupos políticos e econômicos internos de oposição, em conluio com

²² Cf. < https://www.huffpostbrasil.com/anpr/lava-jato-e-a-politica-externa_a_21876483/ >

frações da elite internacional - ao projeto político e econômico conduzido nos anos anteriores pela coalizão liderada pelo ex-presidente Lula²³.

Relativamente à política externa do período Dilma Rousseff, Saraiva (2004) afirma que foram mantidas as linhas gerais de Lula, como o revisionismo das instituições internacionais; a defesa do multilateralismo, juntamente com a atuação ativa em fóruns multilaterais; a busca pela liderança entre os países do Sul Global e uma orientação pró-ativa para a dimensão sul-americana. Essa manutenção ocorreu em paralelo à manutenção das principais lideranças diplomáticas da era Lula na estrutura do MRE, embora tenha ocorrido uma flagrante perda de prestígio do Itamaraty junto ao governo, sobretudo em termos orçamentários. A autora percebe, entretanto, que apesar da manutenção das linhas gerais da política externa de Lula, houve uma sensível redução da proatividade na política externa do governo Dilma. Dentre as causas para essa redução estiveram a conturbada conjuntura interna e o abandono da diplomacia presidencial, tão característica dos governos Lula e FHC.

Pautas de curto prazo, sobretudo econômicas e comerciais, passaram a assumir prioridade na agenda da política externa em detrimento das ações estratégicas de projeção de poder internacionalmente, resultando na perda de força de pleitos como o de entrada do Brasil enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Alguns dos princípios basilares da política externa brasileira, como o de não-intervenção em assuntos internos dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, foram colocados à prova por ocasião do posicionamento brasileiro nos conflitos na Líbia, na Síria e na Ucrânia. Como forma de contornar o dilema entre a proteção dos direitos humanos e o respeito a esses princípios, a chancelaria brasileira propôs a revisão do conceito de “Responsabilidade de Proteger”, propondo a “Responsabilidade ao Proteger”. Ocorre, contudo, que por falta de adesão internacional a proposta se mostrou fracassada.

Pode-se observar que a acentuada transformação no *status quo* da política doméstica e do ambiente internacional desprivilegiou as questões de natureza externa (como a diplomacia e a defesa) em detrimento das pautas imediatas de ordem doméstica, que atraíram a atenção da sociedade, da mídia e das instituições.

²³ Cf. <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/lava-jato-e-do-psdb-diz-ex-embaixador-samuel-pinheiro-guimaraes/>>

2.4. Michel Temer e a proposta de “desideologização” da política externa

Assim como durante o período Dilma, o governo Temer não foi objeto de muitos estudos acadêmicos no campo da política externa e das relações internacionais. Por tratar-se de um governo interino, que durou apenas cerca de dois anos, de fato não ocorreram grandes eventos que caracterizassem um novo paradigma ou a inauguração clara de novos princípios de política externa. Entretanto, as conjunturas internacional, regional e doméstica ensejaram algumas continuidades e mudanças que serão aqui objeto de breve discussão.

Em linhas gerais, algumas tendências que começaram a se desenhar durante o governo Dilma no tabuleiro geopolítico mundial se intensificaram, como a crise do multilateralismo e a ineficácia dos mecanismos de segurança coletiva em promover a solução pacífica das controvérsias internacionais e a estabilização das regiões de conflito. O aprofundamento dessas tendências se mostrou claro com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, a partir de uma plataforma de campanha profundamente protecionista e crítica aos processos de globalização e integração dos mercados internacionais, aos mecanismos multilaterais de solução de controvérsias e aos regimes internacionais, sobretudo os de combate às mudanças climáticas. As tendências sinalizadas pelo novo momento de recrudescimento do unilateralismo e pela não cooperação, que se avizinhavam com a eleição do presidente estadunidense, ganharam materialidade quando do anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris, ainda no início de seu mandato.

Outro acontecimento marcante do declínio do multilateralismo e da integração regional foi o resultado do referendo ocorrido em junho de 2016 no Reino Unido, convocando os britânicos a manifestarem-se pelo apoio ou não à retirada do Estado da União Europeia. O resultado do pleito foi apertado e apontou que 52% do votantes apoiavam a saída, enquanto que 48% eram favoráveis à permanência. O movimento, que ficou conhecido como *Brexit*, repercutiu sobremaneira no Reino Unido, na Europa e em todo o mundo, acarretando inclusive a demissão voluntária de David Cameron - então primeiro-ministro inglês, que havia convocado o referendo e liderado a campanha para a permanência britânica no bloco.

O período também foi marcado pela escalada sem precedentes do conflito interno na Síria, iniciado com protestos populares ocorridos na esteira dos movimentos da Primavera Árabe, mas que assumiu maior complexidade devido à conjunção de atores envolvidos direta e indiretamente no conflito. De um lado, grupos insurgentes atacavam o regime de Bashar Al Assad, em campanha por sua saída do poder, no qual encontra-se desde 2000,

contando com o apoio velado das grandes potências ocidentais, destacadamente as integrantes da OTAN. Do outro lado, forças leais a Assad resistiam às incursões, contando com o apoio russo e iraniano, também velado. A ascensão do Estado Islâmico e seu rápido ganho de posições na região de fronteira entre o Iraque e a Síria apresentava-se como um fator complicador de extrema relevância. Em 2018, o triste episódio de emprego de armas químicas contra alvos indefesos na região de Damasco foi atribuído pelos EUA às forças de Assad, que teriam agido sob seu comando. Em resposta às alegadas acusações, os EUA promoveram um pesado bombardeio, apoiados pela França e pelo Reino Unido, a instalações sírias que supostamente estariam sendo empregadas para a produção e o estoque de armas químicas. Como os ataques da coalizão liderada pela OTAN na Líbia e a anexação da região da Crimeia pela Rússia, tais bombardeios não foram autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU. Novamente, os mecanismos de segurança coletiva e os organismos internacionais de solução de controvérsias mostraram inócuos, reforçando a crise por que passam.

O clima político na América do Sul também encontrava-se sob grande tensão. A crise venezuelana alastrava-se ainda mais com a crescente pressão sobre o governo de Nicolás Maduro, cada vez mais isolado politicamente na região - que tornava-se palco da eclosão de uma “virada à direita” em seus governos nacionais. Essa virada iniciou-se com o impeachment da presidente Dilma e a consequente posse interina de Michel Temer (2016) e com a eleição de Mauricio Macri na Argentina (2017), completando-se com as eleições de Martín Vizcarra, no Peru, de Iván Duque, na Colômbia e de Jair Bolsonaro, no Brasil - todas já em 2018. O isolamento da Venezuela na região durante o período do governo interino de Temer ficou patente com sua suspensão do Mercosul, anunciada no fim de 2016, perante acusações de que o país não havia cumprido satisfatoriamente a uma quantidade significativa de normas constantes do Protocolo de Adesão ao bloco. A suspensão anunciada em 2016 foi seguida de um novo conjunto de sanções, em 2017. Diferentemente da decisão anterior, fundamentada em critérios técnicos, a nova suspensão ocorreu fundamentada em motivações políticas: os países membros do bloco decidiram, por unanimidade, suspender os direitos políticos do país ante a alegações de “ruptura da ordem democrática”.

O quadro em tela demonstra, portanto, o novo momento da política internacional e regional durante aquele período: um quadro de severa degradação das iniciativas de integração regional, tanto na América Latina quanto na Europa, uma profunda crise no multilateralismo e um crescente ceticismo na capacidade dos organismos internacionais de

solucionar as contendas em curso. Este cenário atuou em conjunto com um ambiente doméstico brasileiro em momento delicado e conturbado pós-impeachment.

Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República com pesadas críticas à política implementada pelo governo anterior, do qual fez parte. Tão logo assumiu a presidência, Temer posicionou importantes representantes da oposição em cargos-chave do governo, como no MRE, para o qual designou José Serra e, posteriormente, Aloysio Nunes, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O foco da crítica do governo interino esteve na política econômica, particularmente na política fiscal, tendo como principal proposta a de reorganizar as contas públicas e retomar a “confiança” do mercado através de um programa econômico liberal. De fato, a transição marcou a melhora em alguns indicadores econômicos, como a queda da inflação, a redução da taxa de juros e o início de uma tendência de alta no mercado de capitais. Os indicadores de crescimento econômico e de desemprego, entretanto, continuavam aquém do esperado. Apesar da tímida melhora na economia, o governo Temer gozou de uma baixa credibilidade perante a sociedade, haja vista o fato de lideranças-chave do governo - e até o próprio presidente - estarem sendo denunciadas e investigadas por crimes de corrupção, na esteira dos desdobramentos da Operação Lava Jato que seguiam em curso.

Na esfera da política externa, esteve claro o interesse do governo em buscar alterar significativamente os eixos que direcionavam as políticas de Lula e de Dilma. Casarões (2016) argumenta que as mudanças promovidas por Temer e seus chanceleres tiveram como objetivo precípuo a destruição do legado petista na política externa brasileira. Com a proposta de “desideologizar” a política externa, o governo iniciou uma sistemática revisão das parcerias estratégicas adotadas pelos governos pretéritos, em especial junto a países governados por forças políticas de esquerda, como Venezuela e Cuba. O MRE passou a manifestar-se ativamente, nas redes sociais e através de notas técnicas, em tom crítico a essas parcerias, algo até então incomum para a chancelaria brasileira.

Na política de defesa, pela primeira vez desde a redemocratização um general foi posicionado à frente da pasta do MD. Após breve gestão do Ministro Raul Jungmann, retirado da pasta em função de sua nomeação para o então recém criado Ministério da Segurança Pública, Temer nomeou o general Silva e Luna para o comando superior da Defesa. A decisão repercutiu de forma polêmica, sobretudo no meio acadêmico dedicado

aos estudos de defesa e das relações civis-militares, uma vez que poderia representar uma ameaça à instauração do controle civil sobre a caserna²⁴.

Também durante o governo Temer foi determinada oficialmente a desmobilização das tropas brasileiras da MINUSTAH, que após mais de uma década já se encontrava em vias de se encerrar. O fim da missão marcou o encerramento *de facto* do maior engajamento já assumido pelo Brasil em termos de operações de paz, mas também marcou o fim simbólico da era Lula na política externa e na política de defesa, que teve na MINUSTAH uma de suas maiores e mais representativas iniciativas para a articulação de ambas esferas. O balanço dos treze anos de atividade da missão não é consensual: enquanto a esfera militar entende que a operação deixou um legado positivo para a reconstrução e estabilização do Estado e da sociedade haitiana²⁵, frações da comunidade acadêmica e dos movimentos sociais denunciaram a ocorrência de violações de direitos humanos e sociais por parte das tropas brasileiras²⁶. Alguns argumentam ainda que o esforço brasileiro colaborou mais para a subjugação do país à dominação política e econômica das potências centrais do que para a estabilização e pacificação do Haiti (SÁ; SAID; WANSETTO, 2014).

Durante esse período foi marcante a intensificação do emprego das Forças Armadas na segurança pública, como ocorrera ao longo dos anos 1990. Logo após Temer assumir a presidência, iniciou-se uma escalada de ações violentas, sobretudo no Rio de Janeiro, estado no qual cresciam os números de vítimas da violência urbana, em especial de policiais. Em 2017, foi autorizada pelo presidente a Operação Rio de Janeiro (de mesmo nome daquela ocorrida nos anos 1990), uma operação de GLO na qual as Forças Armadas estariam autorizadas a intervir na segurança pública com vistas à “preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Estado do Rio de Janeiro, com foco na Região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública”²⁷. Frente à permanente sensação de insegurança que pairava sobre o Rio de Janeiro mesmo sob a vigilância das FA, em 16 de fevereiro de 2018 o presidente Michel Temer assinou um decreto de Intervenção Federal na segurança pública do Rio de Janeiro, retirando a autonomia do estado para gerir essa política pública e concedendo-a aos

²⁴ Ver em <<https://old01.cartacapital.com.br/politica/general-na-defesa-enfraquece-controle-civil-e-cria-desequilibrio-entre-as-forcas>> Acesso em 07 jun 2019

²⁵ Ver em <<http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias/1304-general-ajax-faz-um-balan%C3%A7o-da-minustah-durante-encontro-no-pal%C3%A1cio-itamaraty.-no-rio-de-janeiro.html>> Acesso em 07 jun 2019

²⁶ Ver em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/>> Acesso em 07 jun 2019

²⁷ Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2018/02/levantamento-operacoes-GLO.pdf>> Acesso em 08 mai 2019

militares, sob comando de um General de Exército. Foi a primeira vez que se implementou o disposto no Capítulo VI, art. 34^a, inciso III da Constituição Federal de 1988, abrindo-se um precedente para que a ação volte a ocorrer futuramente, no Rio de Janeiro ou em outro estado da Federação.

Alguns acontecimentos do governo Temer, contudo, mostraram-se positivos para a política de defesa e para sua articulação com a política externa. Em novembro de 2017, uma portaria do Ministério da Defesa anunciava a criação do Conselho Acadêmico de Defesa (CAD), no âmbito do Instituto “Pandiá Calógeras”. O Conselho é composto por representantes do MD (Ministro, Diretor do IBED e Secretário de Produtos de Defesa), das Forças Armadas (comandantes da ESG, da ECEME, da EGN, da ECEMAR e o Diretor do ITA), do setor empresarial (Presidente da ABIMDE e da EMBRAER) e do meio acadêmico (Presidente da ABED e os professores Eurico Figueiredo e Antônio Ramalho da Rocha, cânones dos Estudos de Defesa no Brasil). Seus objetivos são, em linhas gerais, os de assessorar o MD em temas de interesse da defesa; propor políticas públicas na área de Defesa e envolver a comunidade acadêmica na formulação de políticas na área. Embora ainda incipiente, dada a pluralidade de seus representantes e a natureza de seus objetivos o referido Conselho pode servir futuramente como um importante espaço de interlocução entre as instituições e atores interessados nos temas de Defesa e Segurança - em que pese a ausência injustificada de representantes do MRE (notadamente do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança), decerto interessados no tema.

Outro fato positivo foram as aprovações da Política Nacional de Inteligência (PNI) e da Estratégia Nacional de Inteligência (ESNI), em 2016 e 2017, respectivamente. Sendo a atividade de inteligência de Estado imprescindível tanto para a política de defesa quanto para a política externa, a aprovação de ambos os documentos favorece a harmonização das três dimensões do Estado - defesa, política externa e inteligência. Favorece, ainda, o controle democrático dessa atividade, tão caro ao Estado e à sociedade brasileira, haja vista o uso dos órgãos de informações para a vigilância e repressão durante regimes autoritários pretéritos.

Especificamente no que toca a ação externa, a PNI traz em seu texto uma avaliação do cenário internacional contemporâneo à luz do lugar nele ocupado pelo Brasil. Nessa avaliação, o documento deixa clara a importância da articulação entre as políticas externa, de defesa e de inteligência, ao postular que

afigura-se, assim, imprescindível o delineamento de uma Política capaz de orientar e balizar a atividade de Inteligência do País, visando ao adequado assessoramento ao processo decisório nacional de forma singular, oportuna e eficaz. Esse instrumento de gestão pública deve guardar perfeita sintonia com os preceitos da Política Externa Brasileira e com os interesses estratégicos definidos pelo Estado, como aqueles consignados na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa. (POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA, 2016)

Já a ESNI traz em seu texto orientações para a execução, no escalão estratégico, dos objetivos fixados pela PNI. O documento fundamenta-se em quatro eixos estruturantes, para os quais estipula desafios e objetivos estratégicos para sua superação. Um dos eixos estruturantes refere-se à Projeção Internacional, que possui como desafios a ampliação da internacionalização da atividade de inteligência brasileira e o fortalecimento da inserção do país no exterior. Dentre os objetivos estratégicos estipulados para a superação desses desafios estão o aumento da atuação da Inteligência brasileira no exterior, a participação em eventos internacionais e a cooperação internacional com outros órgãos.

Sendo assim, apesar da ocorrência de ações específicas positivas para a política externa e para a defesa em sua atuação combinada, o breve governo Temer foi marcado pela retomada do foco do emprego do poder militar na esfera da segurança interna e pelo esforço deliberado de romper com as linhas de política externa dos governos anteriores, privilegiando as relações comerciais em detrimento de uma inserção estratégica competitiva do país no cenário internacional.

2.5. Governo Bolsonaro, disrupção ideológica e a “tutela militar” no Itamaraty

Finalmente, trataremos de discutir sobre a questão internacional e de defesa no governo Bolsonaro. Compete pontuar que, mais ainda do que em relação ao governo Temer, a literatura acadêmica carece de análises aprofundadas a respeito da política externa e da política de defesa da atual gestão. Tal carência ocorre tanto pelo início ainda recente do governo, quanto por sua aparente imprecisão acerca dos rumos a serem dados para ambas as políticas, como veremos a frente.

A gestão Bolsonaro se iniciou em meio a continuidade já discutida da crise do multilateralismo e das instituições internacionais, que começou a desenhar-se no final do governo Dilma e avançou durante o governo Temer. Na América Latina, com às eleições

de Bolsonaro, Vizcarra e Duque, completou-se o processo de “virada à direita” que isolou ainda mais Nicolás Maduro e Evo Morales - os últimos representantes dos governos progressistas de esquerda que fizeram maioria na região nos anos 2000. Alterou-se, portanto, a natureza das parcerias estratégicas brasileiras na região. Os acontecimentos que ilustram de maneira mais precisa essa mudança de ciclo foram o fim da UNASUL e sua substituição pelo Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL) - modelo de integração alternativo proposto pelas novas lideranças, cujas bases políticas alinham-se à concepções economicamente liberais.

No âmbito doméstico, embora Bolsonaro tenha vencido o pleito de 2018 com razoável apoio popular, o governo tem apresentado os piores índices de popularidade de um governo em início de mandato desde os anos 2000²⁸. As razões para essa aparente impopularidade têm sido atribuídas pela mídia e por especialistas à política econômica liderada pelo ministro Paulo Guedes e pela flagrante descoordenação entre os núcleos integrantes de seu governo, entre si e frente ao Congresso Nacional. Na dimensão econômica, o governo deu prosseguimento à agenda liberal de austeridade iniciada no final do governo Dilma e aprofundada ao longo do governo Temer - tendo como maior símbolo dessa agenda até o momento a articulação pela reforma de previdência, assim como os diversos cortes e contingenciamentos de despesas já anunciados. Estão ainda em pauta propostas como a privatização de empresas públicas, quebra de monopólios estatais e a concessão de autonomia ao Banco Central. Apesar da inflação e dos juros que seguem controlados, os índices de desemprego ainda preocupam.

Na dimensão política, apesar da prisão do ex-presidente Michel Temer e do ex-ministro Moreira Franco, as prisões de políticos influentes e a exposição de casos de corrupção que outrora preencheram os noticiários se arrefeceram. No entanto, o que mais tem abalado politicamente o governo em exercício é a desarticulação entre seus núcleos de influência. Percebe-se uma clara divisão entre um núcleo duro composto por oficiais gerais em pastas estratégicas, com os mais influentes posicionados na Vice-Presidência, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e na Secretaria de Governo (SEGOV); um chamado núcleo “ideológico”, composto por ministros ligados ao espectro ideológico da extrema direita, sobretudo no tocante aos costumes; e um núcleo tecnocrático, composto pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Justiça, Sérgio Moro. Há, ainda, a demonstração de um grande protagonismo de dois dos filhos do presidente nas decisões

²⁸ Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987680-governo-bolsonaro-e-aprovado-por-32.shtml>> Acesso em 07 de jun de 2019

políticas da atual gestão - Eduardo Bolsonaro, deputado federal; e Carlos Bolsonaro, vereador pelo Rio de Janeiro. Tais núcleos têm demonstrado frequentemente convicções e visões de mundo divergentes entre si, o que tem levado o governo a sensíveis tensões internas.

Na política externa, o atual momento apresenta-se ao mesmo tempo como disruptivo e imprevisível. Oliver Stuenkel²⁹ destacou, ainda antes das eleições, que Bolsonaro assumiria o governo com um discurso de mudança radical, sem um compromisso com os princípios tradicionais da diplomacia brasileira e tampouco com uma linha político-partidária definida para a política externa, a qual seu partido não possui. Daí decorre, portanto, um forte vetor de imprevisibilidade caracterizando a atual gestão. A tendência disruptiva se mostra, por sua vez, na difusa proposta de “desideologização” da política externa, que para a atual gestão caracterizou os governos Lula e Dilma, bem como na rejeição ao multilateralismo e aos regimes de direitos humanos, de proteção aos refugiados e de proteção ao clima. Para a atual chancelaria, tais pautas foram cooptadas por uma agenda “globalista”, de orientação ideológica marxista. O governo anunciou a retirada do país do Pacto Mundial para a Migração e, durante sua campanha, Bolsonaro chegou a afirmar que retiraria o Brasil do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Mudanças na estrutura institucional e curricular do MRE também marcam a natureza disruptiva da atual gestão. A própria nomeação de Ernesto Araújo para a chancelaria caracteriza uma descontinuidade no padrão de nomeações para o cargo, haja vista que se costumava nomear diplomatas com mais tempo de carreira e que tivessem chefiado ao menos uma embaixada no exterior - o que não era o caso de Araújo no momento de sua nomeação, quando exercia uma função de terceiro escalão como chefe de departamento. Em ato contínuo, o governo exonerou uma série de diplomatas em funções comissionadas atribuídas pelas gestões anteriores e seguiu flexibilizando as nomeações para cargos de confiança e de chefia no Itamaraty, ao aprovar uma medida provisória que permitiu a nomeação de servidores de fora do serviço exterior brasileiro para tais posições - ato que repercutiu negativamente no MRE. Outra mudança interna relevante foi feita na matriz curricular do Instituto Rio Branco, com a supressão da cadeira de América Latina e a ampliação da cadeira de Filosofia Clássica. Para Matias Spektor³⁰, essas mudanças indicam

²⁹ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/10/opinion/1536578069_430072.html> Acesso em 07 jun 2019

³⁰ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/matiasspektor/2019/04/itamaraty-enfraquecido-e-estrategia-de-bolsonaro.shtml>> Acesso em 17 mai 2019

uma tentativa de enfraquecimento do Itamaraty enquanto burocracia de Estado, frente a ausência de uma doutrina diplomática nesse governo.

De fato, o que tem se observado é uma redução do protagonismo do Itamaraty em situações que, a rigor, seriam da esfera da diplomacia. Destacam-se, nesse ponto, o protagonismo do vice-presidente, General Mourão e do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro. O primeiro, até o final de março, se reuniu com o triplo de embaixadores comparativamente ao chanceler Araújo³¹. O segundo, por sua vez, após acompanhar o pai na primeira visita presidencial aos EUA, foi considerado pela mídia e por analistas como um “chanceler informal”³². Parte da mídia e de diplomatas, como o embaixador Paulo Roberto de Almeida, afirmam que estaria ocorrendo uma espécie de “tutela militar” no Itamaraty, devido ao posicionamento controverso do chanceler frente a assunto sensíveis para a caserna³³. Na ocasião da reunião do Grupo de Lima, em janeiro deste ano, cuja pauta era a crise venezuelana, o anúncio da suspensão da cooperação militar com o regime de Nicolás Maduro teria preocupado parte das lideranças militares e provocado essa tutela³⁴.

Por fim, outra marca do atual governo na política externa é o afastamento, ao menos no âmbito político-diplomático, de antigos parceiros estratégicos como Venezuela, Bolívia e China e a aproximação de países que até então não possuíam laços diplomáticos tão profundos com o Brasil, como Israel. Um das primeiras visitas presidenciais teve Israel como destino, após o governo ter sinalizado a intenção de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Para analistas, a aproximação ideológica do governo com o regime israelense, em especial quando sob comando de Benjamin Netanyahu, tem potencial para prejudicar sobremaneira as relações comerciais brasileiras com os países árabes da região. Já o alinhamento ideológico com Trump representaria uma proposta arriscada e contraditória, sobretudo do ponto de vista econômico, uma vez que o governo brasileiro implementa uma agenda econômica liberalizante, enquanto Trump advoga pelo oposto.

Em suma, as recentes declarações e ações da atual gestão do Itamaraty, liderada pelo ministro Ernesto Araújo, sugerem ao mesmo tempo uma ausência de clareza quanto aos vetores que orientam a condução da política externa e uma brusca mudança de

³¹ Ver em <<https://www.poder360.com.br/governo/mourao-conversou-com-mais-que-o-triplo-de-embaixadores-do-que-o-chanceler/>> Acesso em 17 mai 2019

³² Ver em <<https://oglobo.globo.com/mundo/eduardo-bolsonaro-um-chanceler-informal-na-visita-aos-eua-23526458>> Acesso em 17 mai 2019

³³ Ver em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/blog-do-fucs/itamaraty/>> Acesso em 17 mai 2019

³⁴ Ver em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/apos-crise-itamaraty-esta-sob-tutela-de-militares-do-governo.shtml>> Acesso em 17 mai 2019

paradigma relativamente às linhas que outrora tradicionalmente a orientaram. Sugerem, ainda, um profundo reordenamento interno do Itamaraty para adequar-se ao novo momento - em termos de estrutura institucional, nomeações para funções e formação do corpo diplomático - juntamente com uma ampla revisão de parcerias estratégicas, motivada por um forte vetor ideológico.

Parte das tendências observadas na política externa replicam-se na política de defesa, com a diferença de que esta é conduzida por um núcleo mais coeso e menos imprevisível do governo, que é o núcleo militar. Um dos assuntos relativos ao tema e que voltaram à tona no atual cenário político é a possibilidade de exploração econômica internacional da Amazônia. Em entrevista dada no mês de março, Bolsonaro afirmou que propôs a Trump uma parceria para a exploração da Amazônia³⁵. No mês seguinte, o General Augusto Heleno - Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - rechaçou a ideia de que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, ressaltando a soberania brasileira no território³⁶. Assim, a postura das lideranças militares do atual governo frente ao assunto mostra-se dúbia: há uma forte crítica ao intervencionismo internacional na região quando toca à atuação de ONGs indigenistas e ambientalistas estrangeiras, enquanto a exploração econômica das riquezas naturais ali presentes por potências internacionais, como os EUA, parece um cenário bem aceito.

Outro tópico da agenda de defesa que voltou ao debate público, após vinte anos de sua proposição, foi o acordo com os EUA para o usufruto do centro de lançamentos de foguetes da Força Aérea Brasileira (FAB) localizado no Maranhão, conhecido como Base de Alcântara. Devido ao seu posicionamento geográfico privilegiado, do ponto de vista latitudinal e longitudinal, a base permite o lançamento de foguetes para o espaço sideral com um consumo de combustível consideravelmente menor. Assim, há vinte anos os EUA buscam um acordo com o Brasil para o uso dessa base, que até então não havia ocorrido devido à relutância dos governos anteriores quanto ao potencial de ameaça da soberania brasileira que estaria envolvido. Em março deste ano, entretanto, Brasil e EUA assinaram o Acordo de Salvaguarda Tecnológica (AST), permitindo o uso da base pelos estadunidenses. Embora o acordo não preveja a cessão do controle da base, que continua sendo feito exclusivamente pelo Brasil, ele traz em suas cláusulas instrumentos de proteção da tecnologia estadunidense ali empregada, não prevendo seu compartilhamento com a FAB.

³⁵ Ver em <<https://www.dw.com/cda/pt-br/bolsonaro-quer-explorar-amaz%C3%B4nia-com-os-estados-unidos/a-48257906>> Acesso em 17 mai 2019

³⁶ Ver em <<https://exame.abril.com.br/brasil/amazonia-e-do-brasil-e-nao-da-humanidade-diz-general-heleno/>> Acesso em 17 mai 2019

Não obstante as críticas de especialistas e de grupos políticos ligados aos governos anteriores, que denunciavam o acordo como um instrumento de ameaça a soberania brasileira³⁷, as lideranças militares no planalto negam que exista qualquer ameaça dessa natureza³⁸.

2.6. Conclusão

O breve esforço de reflexão retrospectiva aqui promovido leva-nos ao encontro do argumento ora exposto no início do presente capítulo, de que as políticas externa e de defesa têm sido conduzidas de maneira sensivelmente desarticulada desde a redemocratização do país, a despeito da ocorrência de fatos pontuais que colaboraram para a aproximação de ambas as esferas. Lima (2010) justifica a necessidade de articulação entre tais políticas com base no pressuposto realista de que a capacidade militar de um país (domínio da defesa) deve acompanhar sua ambição no plano internacional (domínio da política externa). Para que ocorra essa articulação, por sua vez, se fariam necessárias duas condições: uma definição política do Estado e a subordinação das burocracias responsáveis por ambas as dimensões (externa e de defesa) a um poder civil legalmente constituído. Para a autora, a renúncia a um projeto de poder regional e a autoimagem da diplomacia brasileira calcada na prudência gerou a baixa articulação entre a diplomacia e a defesa, que somou-se à excessiva autonomia das burocracias envolvidas e à falta de agência do poder político estabelecido no sentido de alterar esse *status quo*.

Como podemos derivar da explanação anterior, identificou-se na Constituinte a ausência de uma direção política superior que buscasse criar, no texto constitucional, instrumentos de coordenação entre as políticas externa e de defesa. O produto final representou mais os interesses (muitas vezes descoordenados) dos atores institucionais interessados do que um esforço consciente de elaboração e vinculação entre ambas as esferas.

Ao longo dos anos 1990, a conjunção de fatores de natureza doméstica, regional e internacional colaborou para que houvesse uma parca, senão inexistente, coordenação entre política externa e política de defesa na primeira década da Nova República. A supremacia militar estadunidense no plano internacional, juntamente com a “vitória” do modo de

³⁷ Ver em <<http://www.institutolula.org/alcantara-acordo-e-copia-e-cola-de-contrato-rejeitado-na-era-fhc>> Acesso em 17 mai 2019

³⁸ Ver em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/28/acordo-com-eua-sobre-base-de-alcantara-nao-ameaca-soberania-nacional-diz-ministro.ghtml>> Acesso em 17 mai 2019

produção capitalista e a expansão da globalização desencorajaram uma política de defesa fundamentada no “hard power” (NYE Jr; KEOHANE, 1977), enquanto que a ascensão da nova agenda de segurança internacional incentivou o emprego das forças militares latino-americanas na segurança doméstica. Esse duplo movimento fez com que a política de defesa brasileira se afastasse de sua natureza externa, voltando-se ao plano interno. A política externa, por sua vez, na busca por legitimidade internacional, priorizou uma agenda conciliatória, em especial no plano regional, bem como a adesão irrestrita aos regimes internacionais em ascensão. Esse cenário, acrescido da baixa prioridade dada pelos governos nacionais a ambas as políticas públicas aqui discutidas, colaborou para a descoordenação entre defesa e diplomacia durante o período, embora a aprovação da Política de Defesa Nacional (1996) e a criação do Ministério da Defesa (1999) tenham se mostrado iniciativas pontuais nesse sentido (ALSINA Jr., 2003).

Já nos governos Lula, entretanto, elementos da conjuntura doméstica e internacional favoreceram que ações positivas fossem tomadas no sentido da aproximação das esferas da defesa e da política externa, com especial destaque às revisões da PDN, às publicações da END e do LBDN, ao engajamento brasileiro na MINUSTAH e à cooperação em defesa conduzida no âmbito multilateral, em iniciativas como o CDS. No plano internacional, a ascensão dos países emergentes e sua atuação combinada em foros multilaterais, bem como sua organização em instituições e blocos políticos e econômicos (UNASUL, BRICS, IBAS, , etc), favoreceram a cooperação internacional em diversas frentes, incluindo a frente da defesa. No âmbito doméstico, a valorização das exportações nacionais permitiu a elevação das receitas e o acúmulo de reservas, viabilizando o início de projetos de interesse da defesa. Ocorre, contudo, que a transformação das condições políticas e econômicas ocorrida nos ambientes externo e interno durante o governo Dilma comprometeu a continuidade da condução combinada das políticas externa e de defesa, condição que uniu-se à ausência de mecanismos permanentes de articulação entre os campos.

O ambiente internacional trouxe de volta o foco para o Norte Geopolítico e para o Oriente Médio, em detrimento do hemisfério sul, prejudicando a estratégia de inserção brasileira calcada na busca por maior espaço de influência nas agendas internacionais. No plano regional, a crise na Venezuela apresentou uma crítica escalada, comprometendo a estabilidade política regional. Esse cenário poderia, juntamente com a eclosão dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio, oferecer uma oportunidade ao Brasil de exercer papel de liderança e mediação, através de uma ação coordenada da diplomacia e da defesa. No entanto, o ambiente doméstico marcado por maus indicadores econômicos e pela crise

política provocada pela Operação Lava-Jato levaram o foco do governo para a estabilização política e econômica interna, deixando a dimensão internacional em segundo plano. No governo Temer, o aprofundamento das crises políticas internacionais e nacionais já iniciadas somou-se a um momento de rompimento deliberado com as linhas tradicionais de direcionamento da política externa brasileira, prejudicando ainda mais a articulação entre diplomacia e defesa.

O recrudescimento do protecionismo e do isolacionismo por parte das potências do Norte, que teve na eleição de Trump e no movimento do *Brexit* seus maiores representantes, prejudicou a estratégia de inserção internacional de potências emergentes como o Brasil, fundamentada sobretudo nas negociações multilaterais. Na América do Sul, a chamada “virada à direita” que se iniciava paralisou os esforços de integração e cooperação regional que outrora haviam caracterizado as plataformas políticas dos governos progressistas da região. Na conjuntura interna, a despeito da melhora no desempenho dos indicadores econômicos, a profunda crise política institucional - que envolveu lideranças chave do governo em inquéritos de corrupção - manteve o foco dos governantes e da sociedade nas pautas domésticas, atribuindo baixa prioridade à questão internacional. Na esfera da defesa, em que pese as iniciativas pontuais, porém positivas, para a articulação com a política externa - mormente a aprovação da PNI e da ESNI e a criação do CAD - o fim da MINUSTAH e intensificação do emprego do poder militar na esfera da segurança pública, em especial com a intervenção federal no Rio de Janeiro, concorreu para afastar os militares da dimensão externa.

Embora recém iniciado no momento em que se elabora o presente trabalho, o governo Bolsonaro não dá sinais de que promoverá uma atuação combinada da defesa e da diplomacia. Ao contrário, como em outros momentos, as conjunturas externa e interna colaboram para a continuação da condução apartada dessas políticas. A crise do multilateralismo no plano internacional se intensifica cada vez mais e soma-se à continuação do desmonte dos projetos políticos de integração promovidos anteriormente pelos governos progressistas da região - cujo ato mais significativo em termos práticos e simbólicos foi o estancamento da UNASUL e a criação do PROSUL.

Na dimensão doméstica, a descoordenação demonstrada entre os núcleos de influência do governo replica-se no tocante à articulação entre as políticas externa e de defesa. Embora pouco tempo tenha se passado desde o início do atual mandato presidencial, algumas das principais decisões das pastas já indicaram a desarticulação entre tais políticas, ilustrada nas declarações e decisões divergentes propagadas pelo núcleo

militar do governo - protagonista na definição dos rumos da política de defesa - e pelo chanceler Araújo, sendo tal divergência tamanha que tem levado analistas a afirmar que estaria ocorrendo uma “tutela militar” no Itamaraty³⁹.

Conclui-se, portanto, que a histórica desarticulação entre as políticas externa e de defesa apontada pela literatura encontra lastro na história recente. Embora tenham eclodido iniciativas pontuais com potencial de favorecer essa combinação, as conjunturas políticas e econômicas externas e internas, juntamente com as decisões adotadas pelo poder público e com os desenhos institucionais das burocracias competentes têm colaborado conjuntamente no sentido da disjunção. Do mesmo modo, os esforços para a projeção internacional do Brasil encontram resistência nas transformações e turbulências ocorridas no ambiente internacional e doméstico. A dependência econômica da exportações de bens primários coloca o país ao sabor de flutuações do mercado internacional, impedindo um crescimento estável e sustentável, enquanto questões urgentes e conturbadas do ambiente político e social doméstico (como a corrupção e a criminalidade) atraem constantemente a atenção dos governantes e da sociedade, preterindo as questões externas e de defesa.

Considerando que a definição política do Estado configura uma das condições necessárias à superação desse quadro, carece o poder político nacional de uma direção superior capaz de objetivamente criar condições para a condução combinada e permanente das duas políticas públicas. Convém que a condução associada de ambas as políticas públicas seja (1) prioritária na agenda política de governo, não sendo a dimensão internacional relegada a segundo plano frente às agendas domésticas, (2) capaz de estipular objetivos de inserção internacional que congreguem as esferas da defesa e da diplomacia, (3) efetiva em articular a atuação combinada das burocracias envolvidas e (4) resiliente às pressões e turbulências advindas do exterior.

³⁹ Ver em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/blog-do-fucs/itamaraty/>> Acesso em 17 mai 2019.

3. EM BUSCA DO INTERNACIONAL NO PENSAMENTO DOS MILITARES NO SÉCULO XXI

O presente capítulo tem por objetivo traçar o perfil do pensamento político dos militares, com vistas a identificar se e de que modo são abordados os temas e as teorias pertencentes à dimensão da política internacional e da política externa. Em outras palavras, espera-se identificar o lugar do internacional no pensamento desses atores. Como já ponderado na introdução deste trabalho, não há o intuito de esgotar o tema, nem tampouco sugerir que a totalidade do pensamento dos militares esteja representada no apanhado limitado de evidências aqui reunidas. Contudo, embora não exaustiva, a pesquisa que aqui se apresenta foi capaz de oferecer uma visão sólida e consistente das preferências temáticas e teóricas de uma parcela relevante da elite intelectual militar do período examinado. O capítulo se inicia com um breve retrospecto do processo de transformação no ensino militar do Exército Brasileiro, iniciado em meados dos anos 1990, que culminou na criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) - principal objeto de investigação deste estudo. Em seguida, são apresentadas sua finalidade, os objetivos que regem o Programa, sua estrutura curricular, suas linhas de pesquisa, seus temas prioritários e seus assuntos de interesse. Adiante, um breve perfil do corpo docente é traçado, enfatizando seus principais interesses de pesquisa e sua trajetória de formação. A partir da análise dos trabalhos finais dos alunos, foi possível identificar as principais ênfases temáticas e teóricas da produção acadêmica discente do Programa. Por fim, a partir desse apanhado de informações, buscou-se identificar o espaço dedicado aos temas e às teorias ligadas aos estudos internacionais, de modo a avaliar o quanto e de que forma a dimensão internacional está presente no pensamento desses atores. As conclusões do capítulo apresentam não só as impressões acerca do lugar do internacional no pensamento dos militares, mas também oferece reflexões a respeito dos impactos do recente processo de reestruturação do ensino militar na trajetória de seu pensamento político.

3.1 O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

O fim da Guerra Fria marcou diversas mudanças de paradigma nas mais variadas áreas da pesquisa científica e do processo decisório governamental. Assim, as transformações que estavam em curso na arquitetura do sistema internacional e nas relações entre Estados e atores transnacionais impactaram a forma como as Forças Armadas de diferentes nações compreendiam seu papel naquele novo cenário. Dentre as influências teóricas e filosóficas que ganhavam espaço entre os militares nesse período, destaca-se a relevância das teses do Pós-Modernismo Militar (PMM). Essa corrente - consolidada pelos trabalhos de Moskos (1977 e 1986) e Moskos, Williams e Segal (2000) - pregava que as Forças Armadas dos países ocidentais estariam migrando de um modelo institucional, baseado tipicamente em normas e valores, para um modelo ocupacional, associado a características mais próximas às do mercado de trabalho. Em meio às principais características dessa nova forma pós-moderna de Forças Armadas, destaca-se o incremento da interpenetrabilidade entre o meio civil e o meio militar e a aproximação das Forças Armadas com os sistemas educacionais civis, implicando no aumento da quantidade de militares possuidores de titulação acadêmica em instituições civis de ensino e no surgimento da figura do “militar acadêmico”.

Nesse contexto, em consonância com o que já ocorria em outros países, as Forças Armadas brasileiras ao longo dos anos 1990 buscaram conduzir reformas estruturais no ensino militar, acreditando que este precisava adequar-se aos novos tempos. Esta adequação passava pela promoção de um maior diálogo entre as esferas militar e civil, sobretudo no tocante à aproximação entre ambos os sistemas de ensino. Havia a percepção de que a Lei de Ensino⁴⁰ do Exército deveria ser aprimorada de modo a promover esse intercâmbio, posto que o sistema de ensino militar se encontrava profundamente insulado. Ainda, como consubstanciado posteriormente na Estratégia Nacional de Defesa (END), já era da percepção dos militares que a carência de civis especialistas em defesa era uma fragilidade brasileira, comparativamente ao que se via nos países centrais (CASTRO, 2019). Nesse contexto, foi levado a cabo um profundo processo de transformação no ensino militar que culminou na criação, em 2001, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

O início desse processo se deu no ano de 1995 com a criação do Grupo de Trabalho para Estudo e Modernização do Ensino (GTEME). Os trabalhos do grupo culminaram na

⁴⁰ Lei Nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999

apresentação de um relatório que balizou a aprovação das Diretrizes para a Modernização do Ensino⁴¹, que propunham a estratégia para a modernização do ensino militar. A estratégia postulou quatro grandes questões a serem respondidas, quais fossem: o que ensinar? Como ensinar? Como avaliar? Como aumentar o intercâmbio do sistema de ensino militar com o sistema de ensino civil? (CASTRO, 2019)

No ano 2000, por diretriz do Estado-Maior do Exército (EME), foi criado o Centro de Estudos Estratégicos (CEE). No cerne de seu propósito estava dotar o Exército, de forma geral, e a ECEME, de forma particular, de pensadores capazes de produzir análises acuradas acerca da conjuntura e prospectar cenários relacionados à Defesa, Segurança e às Ciências Militares (NUNES, 2012, p. 2). Um ano depois, em 2001, vinculada à então Divisão de Doutrina da ECEME, criou-se a Seção de Pós-Graduação (SPG) que passou a conduzir Programa de Pós-Graduação da ECEME (PPG), em nível de Mestrado. Com efeito, aos oficiais alunos concluintes do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM)⁴² passou a ser facultado produzir um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou uma Dissertação (NUNES, 2012, p. 3). Entre os desafios percebidos pelos responsáveis pela implementação das reformas educacionais em curso estava a inserção de disciplinas de cunho mais acadêmico, como as metodologias de pesquisa científica, com as quais os oficiais alunos até então não haviam tido contato nos cursos militares pretéritos (MAIA NETO, 2019). Assim, viu-se a necessidade de contratar professores doutores civis com larga experiência acadêmica, cujo conhecimento e bagagem pudesse atribuir o referido rigor científico ao PPG. Em 2005, quatro anos depois do lançamento do PPG em nível Mestrado, criou-se o Doutorado, sendo do mesmo modo facultado aos formandos do CCEM concluintes do Mestrado que continuassem vinculados à Escola por mais um ano a fim de que produzissem suas teses.

Outro desafio posto era o de escolher a área do conhecimento no qual o PPG estaria inserido. Não havia o interesse em criar um programa em áreas já tradicionalmente ministradas nos cursos de pós-graduação civis, como a Ciência Política e as Relações Internacionais. Entendia-se que era necessária a construção de uma área que refletisse com mais autenticidade a natureza do fazer militar - em outras palavras, era necessário que o

⁴¹ Portaria Nº 25, de 28 de julho de 1996

⁴² Etapa obrigatória na progressão de carreira de oficiais superiores (Majores e Tenentes-Coronéis), o curso tem por objetivo preparar os militares para o exercício de funções de Estado-Maior.

curso possuísse o “cheiro militar” (AZEVEDO, 2019). Assim, após cotejos feitos junto a cursos de pós-graduação semelhantes já existentes em outros países ao redor do mundo, concluiu-se pela maior adequação do termo Ciências Militares, surgindo então o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM).

A despeito do consensual sucesso do PPGCM entre os militares do Exército, se fazia necessária a chancela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para que o Programa também pudesse gozar de reconhecimento perante a sociedade. Tendo em conta que o propósito inicial do movimento de reforma educacional militar era a aproximação com o sistema de ensino civil e sendo a CAPES o único órgão credenciado do Ministério da Educação (MEC) com competência para avaliar e recomendar programas de pós-graduação nacionais, sua chancela tornava-se de grande importância. Do mesmo modo, havia o entendimento de que o aluno civil matriculado no PPGCM deveria possuir a garantia de que o curso render-lhe-ia frutos acadêmicos para além dos muros da instituição militar, em sua trajetória acadêmica civil, de modo que a recomendação da CAPES também colaboraria nesse sentido (NUNES, 2019).

Sendo assim, no ano de 2009 foi criada a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino Superior Militar (CADESM), com objetivo de atuar como um “espelho” da CAPES no âmbito do Exército. Tratava-se de uma instituição dotada da legitimidade acadêmica necessária para, replicando os requisitos acadêmicos da CAPES, preparar o PPGCM para ser por ela reconhecido. Essa preparação foi possível por meio de uma análise minuciosa dos critérios estabelecidos pela CAPES para o credenciamento de programas de mestrado e doutorado, bem como por meio do envio de oficiais militares para cursar programas de pós-graduação em instituições civis. Nesse ponto, também havia o entendimento de que era necessário “apresentar” os estudantes de pós-graduação militares à comunidade científica civil, de modo a consolidar a imagem do militar acadêmico frente a sociedade (ECHEGOYEN, 2019).

No ano de 2011, em meio aos esforços pela chancela do programa, foi criado o Instituto Meira-Mattos (IMM) da ECEME, que passou a abarcar em seu organograma o CEE e o PPGCM, com a proposta de se tornar o “IME das Ciências Humanas e Sociais” (MAIA NETO, 2019)⁴³. Seu nome se deu em homenagem ao General Carlos de Meira-

⁴³ A comparação feita pela Coronel Maia Neto refere-se ao grau de prestígio e reconhecimento nacional e internacional que goza o Instituto Militar de Engenharia.

Mattos (1913-2007), cuja trajetória no Exército mesclou o viés combatente e o viés intelectual (MAIA NETO, 2019; NUNES, 2019). A criação do IMM surgiu da necessidade de se inserir na estrutura organizacional da ECEME uma unidade que fosse adaptável ao formato de instituto acadêmico para passar a conduzir o PPGCM, estabelecer diálogo permanente com as demais instituições acadêmicas e de fomento à pesquisa, como a CAPES, além de viabilizar a incorporação de docentes e discentes civis (NUNES, 2012, p. 6).

Em 2012, a ECEME submeteu o PPGCM a nível Mestrado ao escrutínio da CAPES, que, no mesmo ano, concedeu chancela ao programa. Quatro anos depois, em 2016, a Escola submeteu o curso de Doutorado, sendo este também reconhecido pela CAPES. Desde então, o PPGCM integra o *hall* de programas de pós-graduação recomendados pela instituição, vinculando-se à área de avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais e possuindo, no momento em que se redige este trabalho, o grau de avaliação 4, em uma escala de 3 a 7. Convém notar que desde sua chancela pela CAPES, o PPGCM tem recebido também uma parcela minoritária de estudantes civis a cada ano, bem como de oficiais militares de nações amigas. Para efeitos do presente trabalho, não houve a distinção entre os trabalhos finais produzidos por estudantes militares e civis, porquanto se entende que o conhecimento produzido por civis no âmbito da ECEME possui a devida validação acadêmica do Exército.

O balanço feito pelos militares da trajetória de implementação do PPGCM é positivo, a despeito das dificuldades enfrentadas ao longo do percurso. Percebem-se dividendos positivos no tocante ao incremento do relacionamento externo com a esfera civil, ao rompimento do insulamento do sistema de ensino militar e à consolidação das Ciências Militares em meio ao conjunto das ciências humanas e sociais (CASTRO, 2019). As dificuldades apontadas, por sua vez, incluem resistências internas apresentadas por militares, que compreendem a atividade acadêmica como uma espécie de desvio de finalidade da atividade-fim das Forças Armadas (CASTRO, 2019), e resistências externas apresentadas por integrantes do mundo acadêmico civil (ECHEGOYEN, 2019), em função das históricas tensões que perpassam as relações civis-militares brasileiras.

3.2 Finalidade, Objetivos e Estrutura Curricular

O PPGCM possui a finalidade de formar profissionais de alta qualificação, com amplo domínio de um campo do conhecimento, capazes de desenvolver pesquisa científica e, valendo-se de consciência crítica e de atividade criadora, para gerar conhecimentos filosófico, científico, doutrinário e tecnológico, com caráter científico” (DECEX, 2012).

O curso de Doutorado (PPGCM-Dout) estrutura-se em 60 créditos (900 horas de atividades acadêmicas), dos quais 38 créditos são reservados à disciplinas teóricas, 12 créditos a Seminários de Pesquisa e 10 créditos a elaboração da Tese. O curso de Mestrado (PPGCM-MA), por sua vez, estrutura-se em 30 créditos (450 horas de atividades acadêmicas), sendo 27 créditos correspondentes a disciplinas e três créditos a elaboração da dissertação. Para obter o título de Mestre ou Doutor, além da aprovação nas disciplinas, o estudante deverá submeter seu projeto de pesquisa à uma qualificação e, terminada a Dissertação ou Tese, submetê-la à defesa perante uma banca de professores doutores. Adicionalmente, deverá o estudante publicar dois artigos científicos em periódicos na área de Ciência Política e Relações Internacionais, de estrato B2 ou superior na qualificação Qualis Periódicos (2017), além de participar de pelo menos dois seminários de pesquisa nacionais ou internacionais. Os cursos são direcionados por objetivos gerais e específicos, possuem somente uma área de concentração (Defesa Nacional) com duas linhas de pesquisa e um conjunto de assuntos de interesse do programa - dentre os quais existem temas prioritários cujos trabalhos a eles alinhados são priorizados na ocasião da seleção, em detrimento dos demais. O Quadro 2 apresenta os objetivos, gerais e específicos, e o Quadro 3 apresenta as linhas de pesquisa, os assuntos de interesse e os temas prioritários do programa.

Quadro 2 - Objetivos do PPGCM

GERAIS	Estimular, por meio de pesquisas de alta qualidade e impacto, a produção de conhecimento de vanguarda no âmbito das Ciências Militares
	Formar quadros, tanto civis quanto militares, aptos a cooperarem na formulação das políticas de Estado nos diversos aspectos que envolvem as questões de Defesa Nacional
	Desenvolver habilidades associadas a transmissão de conhecimentos, na publicação de artigos científicos e na prática de atividades docentes

ESPECÍFICOS	COMUNS	- Compreender a evolução teórica e a realidade contemporânea dos Estudos da Guerra e da Paz - Compreender, analisar, assessorar e apreciar os processos associados à Gestão da Defesa, com ênfase para a realidade brasileira; - Compreender, analisar, assessorar e apreciar o processo de formulação de políticas públicas, com ênfase nas questões associadas à Defesa Nacional; - Compreender e assessorar o processo decisório nos níveis político e estratégico, com ênfase nos assuntos associados a Segurança e Defesa; - Analisar a evolução da Teoria da Guerra e da Estratégia, com ênfase na conflitualidade contemporânea; - Analisar os conflitos em todas as suas variadas dimensões; e - Conhecer e aplicar, com rigor e pertinência, métodos e técnicas de pesquisa.
	PPGCM-Dout	- Formar pesquisadores capazes de conduzir pesquisas autônomas no campo das Ciências Militares; - Contribuir, de forma integrada, com outras perspectivas teóricas, com a produção de conhecimento no âmbito dos Estudos de Defesa - Estudar a evolução teórica e a realidade contemporânea da guerra e dos conflitos; - Analisar os processos associados ao preparo e ao emprego do estamento militar e da estrutura de Defesa; - Analisar o processo de formulação de políticas públicas, em especial o associado a Política setorial de Defesa e a interface desta com outras políticas nacionais; - Analisar o processo decisório associado ao uso da força; - Analisar a evolução da Arte da Guerra e da Doutrina Militar; - Analisar os conflitos em suas variadas dimensões; e - Compreender a epistemologia das Ciências Militares.

	PPGCM-MA	- Compreender, analisar e avaliar a evolução de temas associados as linhas de pesquisa de Estudos da Paz e da Guerra e de Gestão de Defesa, com ênfase para a realidade nacional; - Compreender, analisar, assessorar e criticar os processos associados às políticas públicas voltadas a Defesa Nacional; - Compreender, analisar e criticar os processos sociais, culturais e políticos, nacionais e internacionais, com impacto na construção, consolidação, transformação e emprego das Forças Militares; - Compreender, analisar, assessorar e criticar os processos associados a Logística de Defesa, com ênfase para a realidade brasileira; - Analisar a evolução da Economia de Defesa, com ênfase para a realidade brasileira; - Analisar a lógica do pensamento estratégico voltada para questões de Defesa Nacional.
--	-----------------	---

Fonte: Edital de Seleção para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, nível *stricto sensu* - Ingresso 2019.

Quadro 3 - Linhas de Pesquisa, Assuntos de Interesse e Temas Prioritários do PPGCM

	LINHAS DE PESQUISA	ASSUNTOS DE INTERESSE DA LINHA DE PESQUISA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEFESA NACIONAL	GESTÃO DE DEFESA	- Gestão de Organizações Militares, de Recursos Humanos, de Instalações, de Orçamento e Finanças, de Saúde, etc - Gestão Pública - Liderança Estratégica e Militar - Gestão de Processos - Gestão de Projetos - Economia de Defesa - Indústria de Defesa - Logística e Mobilização - Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa

		- Educação Militar
	ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA	- Estudos da Defesa - Política e Estratégia de Defesa - Política e Estratégia Militar - Segurança e Defesa - Geopolítica - Estudos Prospectivos - Relações Internacionais - História Organizacional e Militar - Doutrina (Doutrina Comparada, Eficiência e Efetividade, Preparo e Emprego, Funções de Combate e Sistemas Operacionais, etc) - Operações Militares (Combinadas, Conjuntas, de Pacificação, de Paz, de GLO, etc)
TEMAS PRIORITÁRIOS	Segurança Pública e Crime Organizado Transnacional	
	Terrorismo	
	Sistemas de Armas	
	Defesa Cibernética	
	Conflitos Bélicos	
	Movimentos Populacionais	
	História Militar	
	Missões de Paz	

	Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
	Simulações e Cenários
	Grande Estratégia
	Geopolítica

Fonte: Edital de Seleção para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, nível *stricto sensu* - Ingresso 2019.

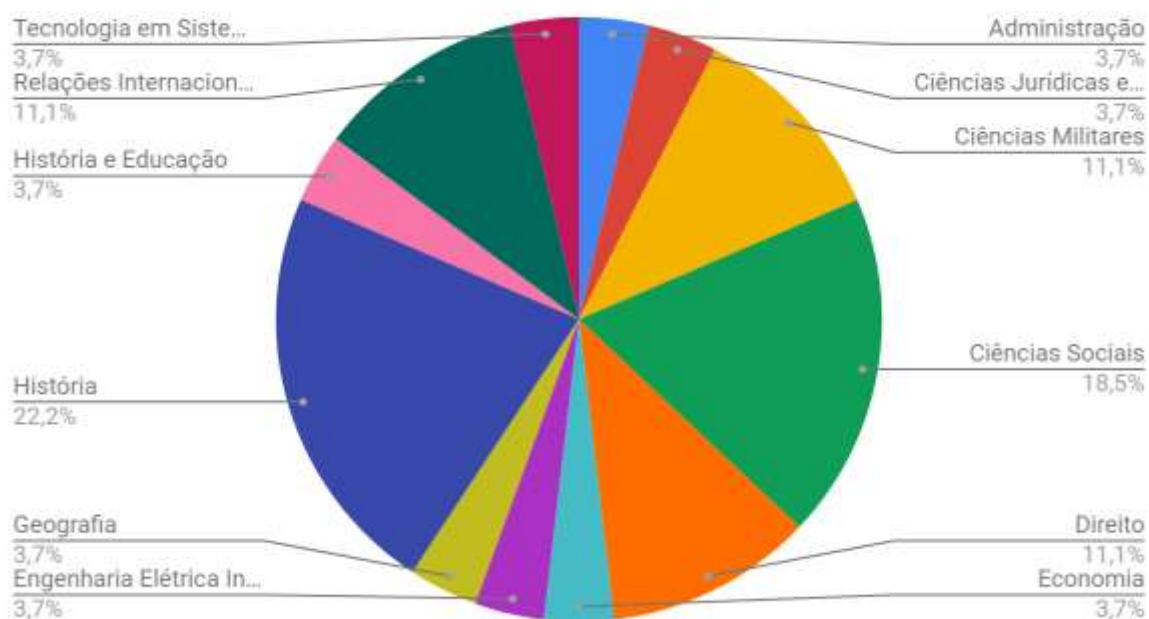
3.3 Perfil Docente

Embora tratar-se de um programa de pós-graduação militar, o PPGCM caracteriza-se por ter a maior parte dos docentes civis: dentre os vinte e três professores do programa, somente três deles são militares. As áreas de formação desses professores, entretanto, são bastante diversificadas. Em nível de graduação, a maior parte é proveniente das áreas de História e de Ciências Sociais - aproximadamente 40% do corpo docente possui graduação em uma dessas duas áreas. Há também forte presença das áreas de Relações Internacionais, Direito e Ciências Militares, esta última sendo uma formação tipicamente militar, pois trata-se do bacharelado adquirido pelos militares de carreira concluintes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Nos níveis de mestrado e doutorado, a principal área de formação dos docentes do programa é a Ciência Política, tendo 28% dos professores concluído mestrado nessa área e 20,8% concluído o doutorado. Administração e Operações Militares também aparecem como áreas com grande ênfase - esta última trata-se igualmente de uma formação tipicamente militar, adquirida pelos oficiais concluintes da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Os gráficos 1, 2 e 3 apresentam a distribuição das áreas de formação entre os docentes do PPGCM. Suas áreas de interesse, por sua vez, são bastante variadas e encontram-se em consonância com as linhas de pesquisa do programa. Em termos gerais, podem ser reunidas nos grupos apresentados no Quadro 3.

Gráfico 1 - Áreas de Formação dos Docentes do PPGCM em nível Graduação

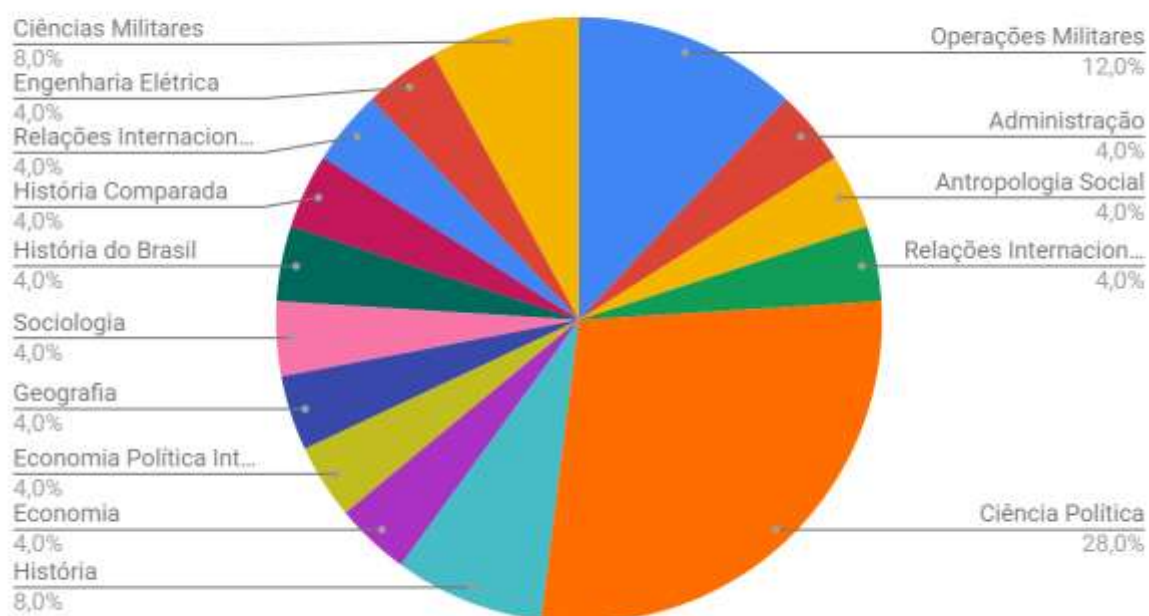
GRADUAÇÃO



Fonte: Dados obtidos da Plataforma Lattes, 2019.

Gráfico 2 - Áreas de Formação dos Docentes do PPGCM em nível Mestrado

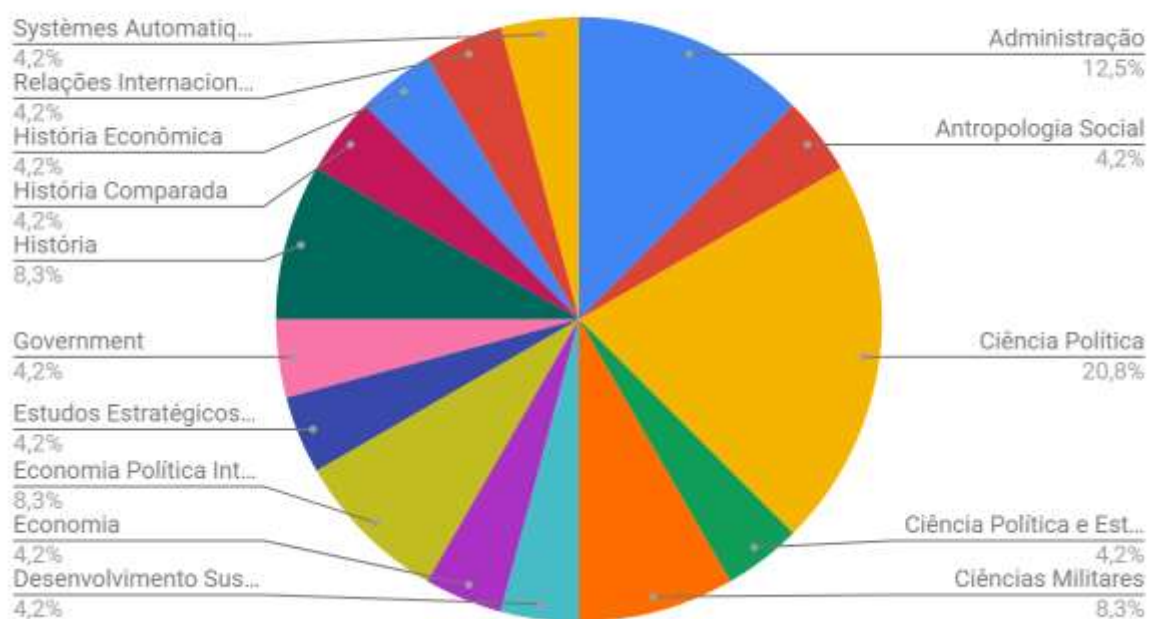
MESTRADO



Fonte: Dados obtidos da Plataforma Lattes, 2019.

Gráfico 3 - Áreas de Formação dos Docentes do PPGCM em nível Doutorado

DOUTORADO



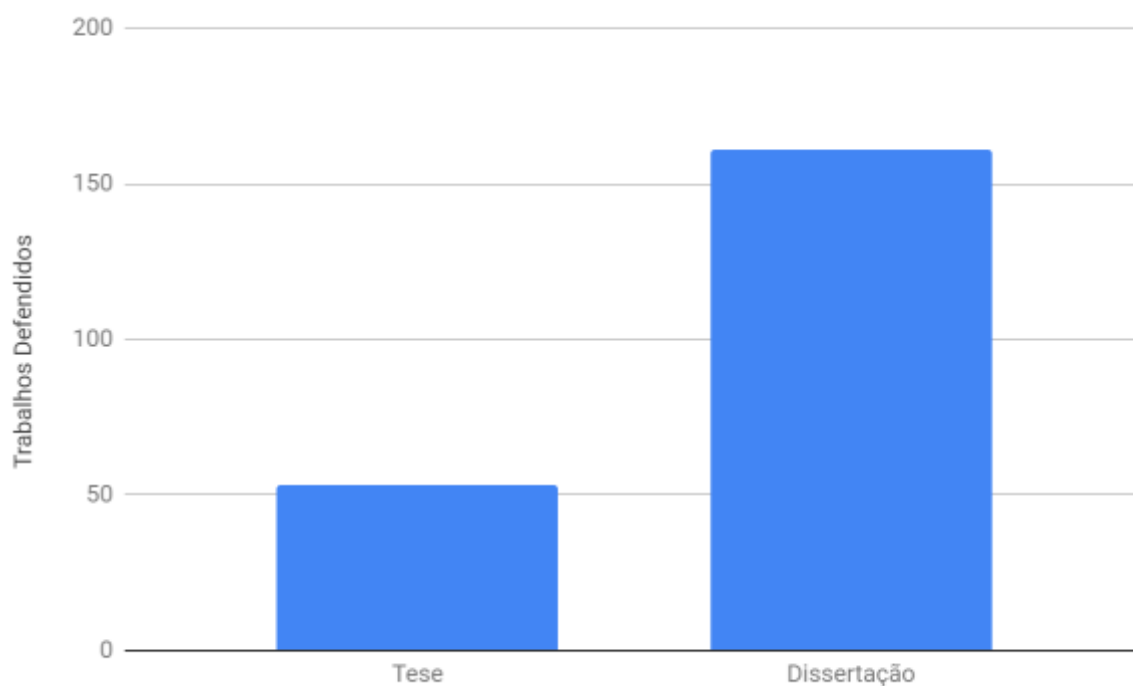
Fonte: Dados obtidos da Plataforma Lattes, 2019.

Quadro 4 - Áreas de Interesse dos Professores do PPGCM

POLÍTICA INTERNACIONAL	POLÍTICA
Articulação entre Política Externa e Política de Defesa	Análise do Processo Decisório
Cooperação Internacional em Defesa e Segurança	Cooperação entre Agências
Geoestratégia	Estado e Sociedade
Geoestratégia e Desenvolvimento no Brasil	Fortalecimento do Potencial Estratégico
Geopolítica	Instituições Políticas Comparadas
Geopolítica e Segurança Internacional	Política Brasileira
Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento	Política Comparada
Grande Estratégia em Perspectiva Comparada	Política de Defesa

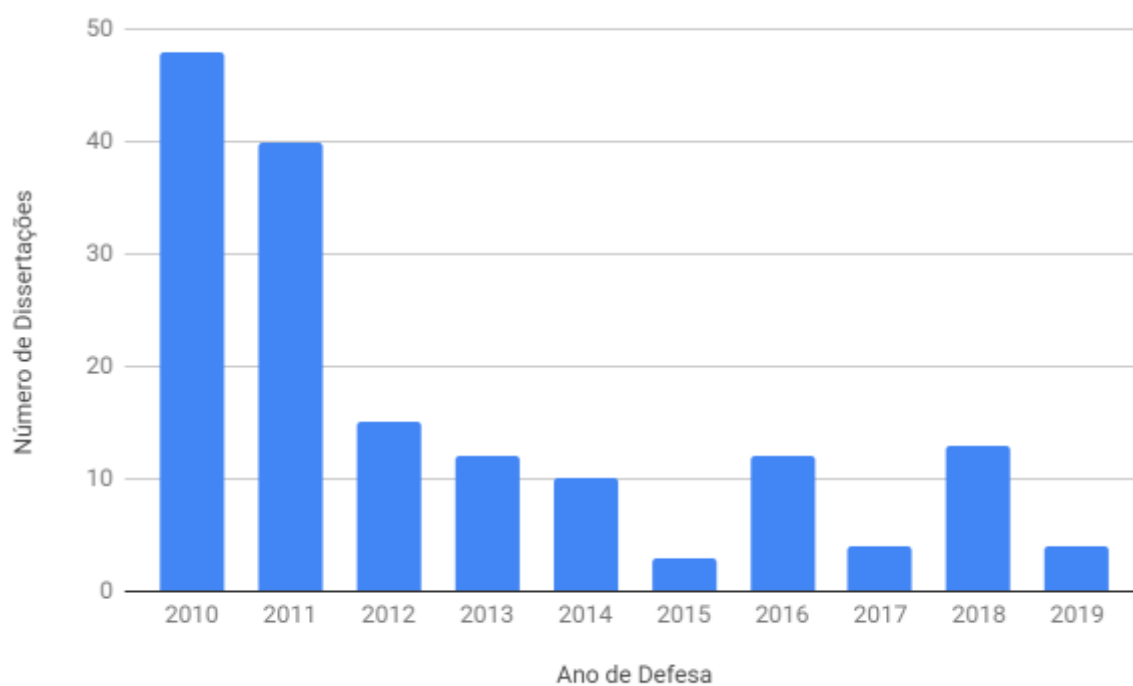
Intervenção Humanitária	Políticas Públicas
Migração Internacional	Políticas Públicas de Defesa
Operações de Paz	Processo Decisório em Defesa
Organizações Internacionais	Relações Civis-Militares
Política Africanista	
Política Brasileira, Latino-Americana e Portuguesa	
Política Externa Brasileira	ECONOMIA
Política Externa dos EUA	Agroindústria Sucro-Alcooleira do Nordeste
Processo Decisório de Política Externa	Arranjos Produtivos Locais
Realismo Político nas Relações Internacionais	Cultura de Inovação na Defesa
Relações Internacionais	Desenvolvimento Regional
Relações Internacionais Contemporâneas	Economia de Defesa
Securitização da Cooperação Internacionais para o Desenvolvimento	Estratégias e Experiências Nacionais de Desenvolvimento
Segurança e Política Internacional	Estudos de Cultura e Mundo Rural
Segurança Internacional	Gestão de Defesa
Sistema Interestatal Capitalista e Cooperação Sul-Sul	Gestão do Ciclo de Vida de Produtos de Defesa
	Indústria de Defesa
DISCIPLINAS E TEORIAS	Indústria e Inovação de Defesa
Ciência Política	Inovação
História	Inovação e Gestão de Mudança Organizacional
História Mundial	Logística de Defesa
Método Qualitativo	
Metodologia	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Gráfico 4 - Distribuição de Dissertações e Teses defendidas no PPGCM



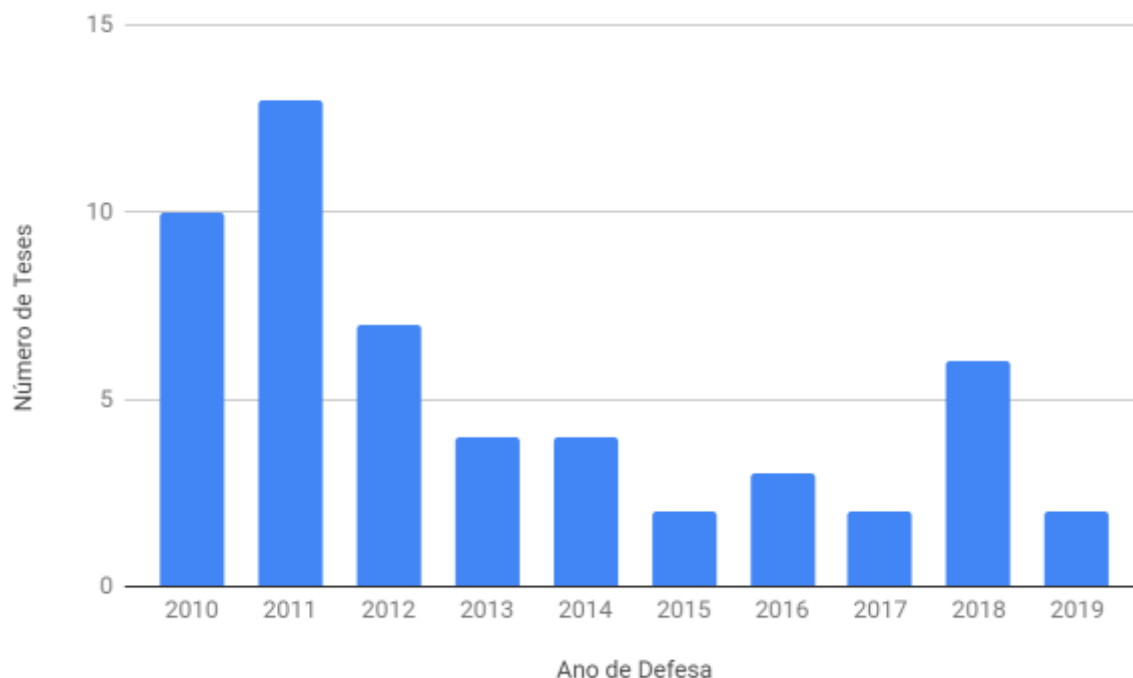
Fonte: Dados obtidos no endereço eletrônico do PGCM. Disponível em <http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes> Acesso em 26 ago 2019.

Gráfico 5 - Anos de defesa de Dissertações no PPGCM



Fonte: Dados obtidos no endereço eletrônico do PGCM. Disponível em <http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes> Acesso em 26 ago 2019.

Gráfico 6 - Anos de defesa de Teses no PPGCM



Fonte: Dados obtidos no endereço eletrônico do PPGCM. Disponível em
 <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

Após visitas periódicas ao Programa para coleta e análise dos referidos trabalhos, foi possível obter somente 156 deles, que serviram de corpus documental para o presente estudo⁴⁴. O método de mapeamento e identificação dos principais temas abordados nas dissertações e teses analisadas se deu pela coleta das palavras-chaves neles contidas, visto que por definição as palavras-chaves de um trabalho acadêmico têm por objetivo sintetizar os temas abordados naquele estudo, sendo assim possível a identificação das temáticas mais frequentes nos 156 trabalhos obtidos. Identificou-se, assim, a existência de 561 palavras-chaves, cuja frequência de cada uma delas encontra-se sistematizada no Anexo 1. A Tabela 1 e o Gráfico 7 abaixo dispostos apresentam as vinte principais palavras-chaves utilizadas nas dissertações e teses analisadas:

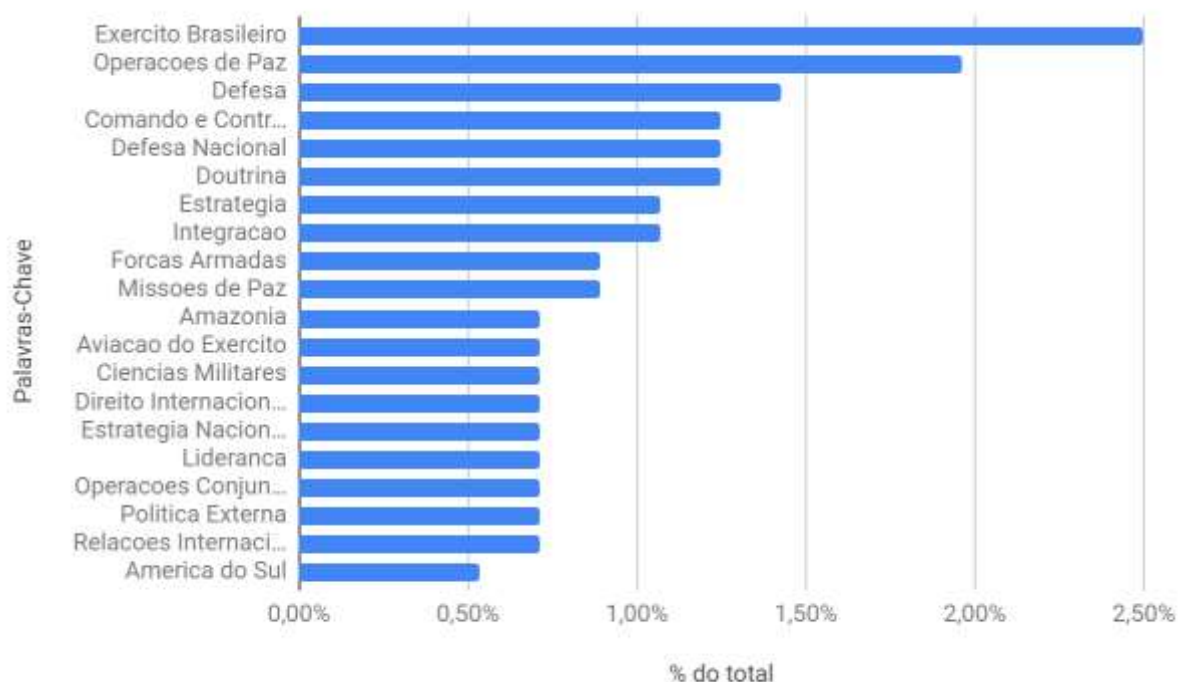
⁴⁴ A diferença entre o tamanho da amostra e o universo de trabalhos existentes no programa se deveu à impossibilidade de obter a totalidade das dissertações e teses defendidas.

Tabela 1 - Principais temas abordados pelos trabalhos finais do PPGCM

Tema	Frequência	% do total
Exército Brasileiro	14	2,50%
Operações de Paz	11	1,96%
Defesa	8	1,43%
Comando e Controle	7	1,25%
Defesa Nacional	7	1,25%
Doutrina	7	1,25%
Estratégia	6	1,07%
Integração	6	1,07%
Forças Armadas	5	0,89%
Missões de Paz	5	0,89%
Amazônia	4	0,71%
Aviação do Exército	4	0,71%
Ciências Militares	4	0,71%
Direito Internacional dos Conflitos Armados	4	0,71%
Estratégia Nacional de Defesa	4	0,71%
Liderança	4	0,71%
Operações Conjuntas	4	0,71%
Política Externa	4	0,71%
Relações Internacionais	4	0,71%
América do Sul	3	0,53%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PGCM.
Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em
26 ago 2019.

Gráfico 7 - Principais temas abordados pelos trabalhos finais do PPGCM



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PGCM. Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

3.5 O lugar do Internacional e suas ênfases temáticas e teóricas

O primeiro aspecto digno de nota para a compreensão do lugar que a dimensão internacional ocupa no atual pensamento acadêmico militar - a partir das fontes aqui analisadas - é o fato do PPGCM ter sido enquadrado na área de avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais na CAPES. Tal fato, embora não seja determinante, denota uma visão por parte da elite intelectual militar que formulou o programa, de que o campo das Ciências Militares encontra maior afinidade epistêmica com a área dos estudos políticos e internacionais. Esse lugar epistêmico, embora não garanta necessariamente a existência de um pensamento sobre política externa e política internacional nas produções acadêmicas militares, sem dúvida cria condições para sua germinação.

Outro aspecto relevante compete aos pressupostos contidos nas motivações para a própria criação do PPGCM. Como já discutido, em meados dos anos 1990 amadureceu-se a compreensão, entre os militares brasileiros, em consonância com a reflexão já em curso nas Forças Armadas de países do Norte, de que o sistema internacional do pós-Guerra Fria

estaria passando por profundas modificações em sua arquitetura, de tal sorte que tais modificações produziram efeitos na própria essência do fazer militar e ensejaram que fossem conduzidas adaptações e reformas, sobretudo em seus sistemas de ensino, de modo a adequar a instituição aos novos tempos. A criação do PPGCM e as demais modificações levadas a cabo nas estruturas de doutrina e ensino das FA desde esse período, portanto, já surgiram de um pensamento dos militares a respeito da dimensão internacional.

Entre os objetivos do programa, comuns e específicos aos cursos de mestrado e doutorado, há somente uma menção direta aos estudos internacionais, no objetivo de “compreender, analisar e criticar os processos sociais, culturais e políticos, nacionais e internacionais, com impacto na construção, consolidação transformação e emprego das Forças Militares”. Esse objetivo, tal como expressado, não se trata de uma aspiração à compreensão das dinâmicas do sistema internacional *per se stante*, mas postula que o entendimento e a análise dos processos internacionais interessam ao pesquisador à medida que seus efeitos impactam no emprego do poder militar.

Ainda que vinculado ao emprego do poder militar, o estudo da Política Internacional, de forma geral, e das Relações Internacionais, de forma específica, ocupa uma parcela relevante do currículo do programa, bem como das áreas de interesse dos docentes e dos discentes. Na linha de pesquisa em Estudos da Paz e da Guerra, as Relações Internacionais aparecem como um dos assuntos de interesse, além de constarem tópicos diretamente relacionados aos estudos internacionais entre os temas prioritários do programa, a exemplo das missões de paz, do crime transnacional, da grande estratégia e da geopolítica.

Na formação docente, três professores possuem graduação em Relações Internacionais, dois possuem mestrado na área e um possui doutorado. Há ainda aqueles formados em programas que não são de RI, mas que se encontram no espectro dos estudos internacionais, como o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ) e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PEEI-UFRGS), além de programas de Ciência Política com ênfase em Política Internacional ou Política Externa. Entre as áreas de interesse de pesquisa dos professores, o campo da Política Internacional engloba a maior parte dos tópicos, como pode ser observado no Quadro 3 ora apresentado.

Em que pese o relevante espaço que os estudos internacionais possuem na estrutura curricular do programa, a dimensão internacional não é o principal foco dos trabalhos finais dos mestres e doutores formados pelo PPGCM. Uma avaliação qualitativa permitiu elaborar quatro categorias temáticas presentes nos trabalhos analisados, correspondentes a quatro “domínios”. O domínio Técnico engloba trabalhos que versam sobre temáticas relacionadas a aspectos técnicos do poder militar, como questões organizacionais do Exército, operações militares, tecnologia militar, sistemas logísticos e de armamentos, modelos de gestão, projetos estratégicos, guerra cibernética, etc. O domínio Internacional aborda temas relacionadas à Política Internacional, como operações de paz, políticas externas (do Brasil e de outros países), entorno estratégico, relações bilaterais, direito internacional, etc. O domínio Doméstico inclui questões atinentes à política nacional, como segurança pública, operações de GLO, narcotráfico nacional, política interministerial, partidos políticos, relações civis-militares, relacionamento do Exército com a sociedade e demais instituições, etc. O domínio Histórico engloba trabalhos com ênfase historiográfica, centrados em personagens ou acontecimentos históricos relevantes para o Exército. Por fim, ao domínio Teórico pertencem trabalhos com foco na discussão de teorias e autores específicos. A Tabela 2 e o Gráfico 8 abaixo apresentam a distribuição quantitativa dos trabalhos analisados nesses cinco domínios:

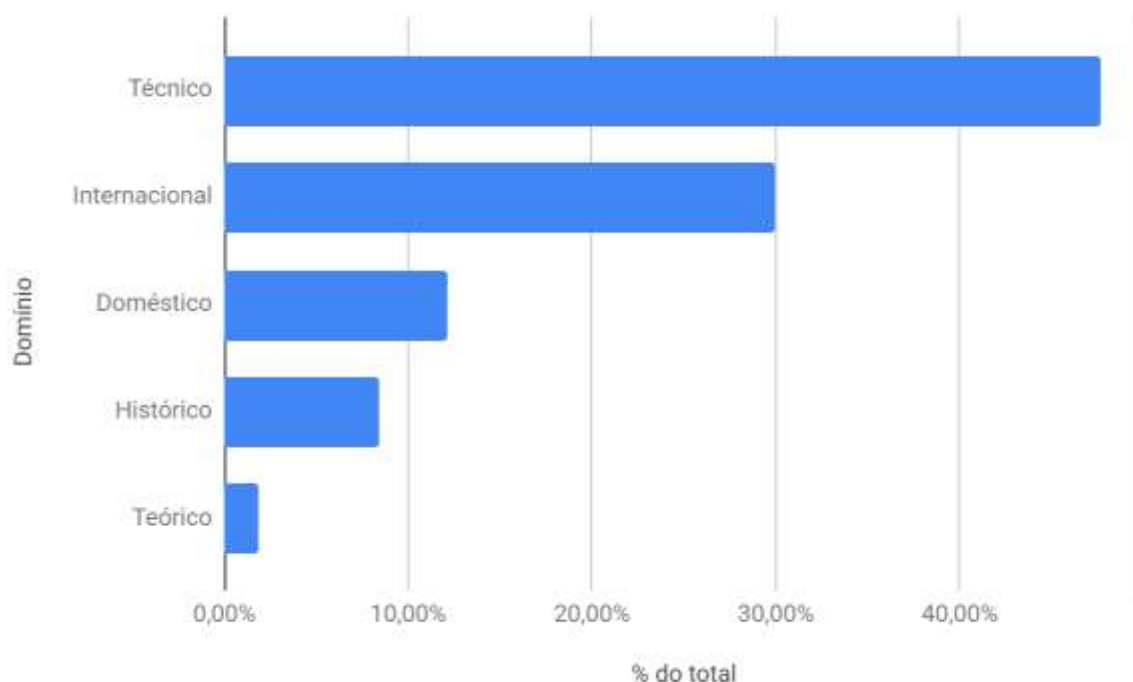
Tabela 2 - Ênfases Temáticas das Dissertações e Teses do PPGCM

Domínio	Frequência	% do total
Técnico	102	47,66%
Internacional	64	29,91%
Doméstico	26	12,15%
Histórico	18	8,41%
Teórico	4	1,87%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PGCM.

Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

Gráfico 8 - Ênfases Temáticas das Dissertações e Teses do PPGCM



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PPGCM.
Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

Como é possível constatar, a dimensão internacional não é o principal foco de análise da produção acadêmica discente do PPGCM, haja vista que quase metade dos trabalhos analisados pertencem ao domínio Técnico (47,66%). O domínio Internacional, porém, aparece como o segundo mais estudado, refletindo-se em 29,91% dos trabalhos, entre dissertações e teses. São trabalhos que abordam questões estratégicas, de interesse das Forças Armadas, cuja natureza do fenômeno analisado pertence à dimensão internacional ou nela produz efeitos. Uma nova análise quantitativa baseada em palavras-chave foi feita, com foco exclusivo nos trabalhos que versam sobre o domínio Internacional, o que levou à confecção da Tabela 3 e do Gráfico 9, que apresentam os vinte principais temas internacionais presentes nesses trabalhos. O Anexo 2 contém a integralidade dos temas internacionais explorados pelos alunos. Como é possível perceber, os trabalhos que tocam diretamente a dimensão internacional referem-se em sua maior parte às missões de paz, estando também presentes com relevância os temas relativos ao Direito Internacional dos

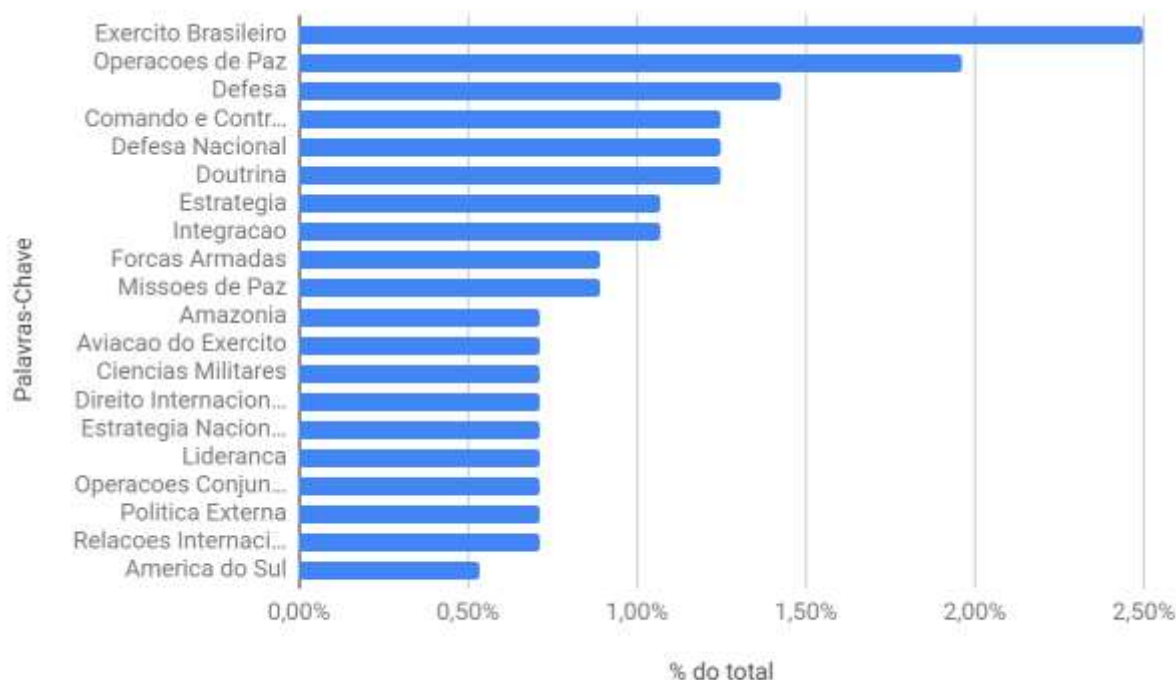
Conflitos Armados (DICA), à Política Externa Brasileira (PEB) e ao entorno estratégico, como a região da América do Sul, a Amazônia e a faixa de fronteira.

Tabela 3 - Principais Temas Internacionais nas Dissertações e Teses do PPGCM

Tema	Frequência	% do total
Operações de Paz	8	4,55%
Relações Internacionais	4	2,27%
América do Sul	3	1,70%
Direito Internacional dos Conflitos Armados	3	1,70%
Exército Brasileiro	3	1,70%
Minustah	3	1,70%
Missões de Paz	3	1,70%
Política de Defesa	3	1,70%
Política Externa	3	1,70%
Base Industrial de Defesa	2	1,14%
Brasil	2	1,14%
Ciências Militares	2	1,14%
Defesa	2	1,14%
Defesa Nacional	2	1,14%
Direito Internacional	2	1,14%
Doutrina	2	1,14%
Estratégia	2	1,14%
Integração	2	1,14%
Organização das Nações Unidas	2	1,14%
Política Externa Brasileira	2	1,14%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PPGCM. Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

Gráfico 9 - Principais Temas Internacionais nas Dissertações e Teses do PPGCM



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos no endereço eletrônico do PPGCM. Disponível em <<http://www.ppgcm.eceme.eb.mil.br/pt/pesquisa/teses-e-dissertacoes>> Acesso em 26 ago 2019.

No tocante às ênfases teóricas presentes nas amostras de trabalhos finais dos concluintes do PPGCM, foi possível constatar que os principais autores e obras pertencem aos chamados grandes debates das Relações Internacionais. Autores e obras clássicas associadas a correntes como o realismo político (Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz), o liberalismo (Norman Angell, Robert Keohane, Joseph Nye), a escola inglesa (Hedley Bull, Martin Wight) e os estudos críticos de segurança (Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Weaver) figuram como as principais referências citadas. Outros clássicos como Carl Von Clausewitz, Thomas Hobbes e Manuel Castells também ganharam destaque. Entre as referências nacionais, nota-se forte presença de pesquisadores das áreas de política externa (Celso Amorim, Celso Lafer, Amado Cervo, Paulo Roberto de Almeida) e dos estudos de segurança e defesa (João Paulo Alsina Jr., Marco Cepik, Delano Menezes, Eliezer Rizzo de Oliveira). Os Anexos 3 e 4 apresentam a frequência das referências de

autores e obras na amostra analisada, enquanto que as tabelas abaixo apresentam os 30 principais autores e obras mais citados:

Tabela 4 - Autores mais Citados nas Dissertações e Teses do PPGCM

Autor	Frequência	% do Total
BUZAN, B.; WAEVER, O.	11	2,16%
ALSINA JR, João Paulo Soares.	9	1,77%
BUZAN, B.; HANSEN, L.	9	1,77%
NYE JR, Joseph S.	9	1,77%
BULL, Hedley.	8	1,57%
KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S.	7	1,38%
ARON, Raymond.	6	1,18%
BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. DE.	6	1,18%
CLAUSEWITZ, C. V.	6	1,18%
KEOHANE, Robert O.	6	1,18%
MORGENTHAU, Hans. J.	6	1,18%
AMORIM, Celso Luiz Nunes.	5	0,98%
BOBBIO, Norberto.	5	0,98%
CEPIK, M.	5	0,98%
MENEZES, Delano Teixeira.	5	0,98%
OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de.	5	0,98%
SWINARSKI, Christophe.	5	0,98%
WIGHT, Martin.	5	0,98%
ALMEIDA, Paulo Roberto de.	4	0,79%
BEAUFRE, Andre.	4	0,79%

CARDOSO, A. J. S.	4	0,79%
CASTELLS, Manuel.	4	0,79%
CASTRO, Thales.	4	0,79%
CERVO A. L.	4	0,79%
HOBBS, Thomas.	4	0,79%
HUNTINGTON, Samuel P.	4	0,79%
LAFER, Celso.	4	0,79%
MELLO, Celso D. A.	4	0,79%
ACCIOLY, Hildebrando.	3	0,59%
ANGELL, Norman.	3	0,59%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos trabalhos finais do PPGCM obtidos em pesquisa de campo.

Tabela 5 - Obras mais Citadas nas Dissertações e Teses do PPGCM

Obra	Frequência	% do Total
Regions And Powers: The Structure Of International Security.	10	1,96%
Teoria Das Relações Internacionais: Correntes E Debates.	9	1,77%
A Evolução Dos Estudos De Segurança Internacional.	8	1,57%
A Sociedade Anárquica: Um Estudo Da Ordem Na Política Mundial.	8	1,57%
A Política Entre As Nações: A Luta Pelo Poder E Pela Paz.	6	1,18%
Paz E Guerra Entre As Nações.	6	1,18%
Política Externa E Poder Militar No Brasil: Universos Paralelos.	6	1,18%
Security: A New Framework For Analysis.	6	1,18%
Leviatã	5	0,98%
O Militar E O Diplomata.	5	0,98%

Power And Interdependence	5	0,98%
A Identidade Internacional Do Brasil E A Política Externa Brasileira.	4	0,79%
Introdução A Estratégia.	4	0,79%
Introdução As Relações Internacionais: Teorias E Abordagens.	4	0,79%
Manual De Direito Internacional Público.	4	0,79%
O Brasil Nas Operações De Paz Das Nações Unidas.	4	0,79%
A Arte Da Guerra.	3	0,59%
A Grande Ilusão.	3	0,59%
A Norma E A Guerra.	3	0,59%
A Política Externa Do Brasil Em Dois Tempos.	3	0,59%
After Hegemony: Cooperation And Discord In The World Political Economy.	3	0,59%
Democracia E Defesa Nacional: A Criação Do Ministério Da Defesa Na Presidência De Fhc.	3	0,59%
Direitos Humanos E Conflitos Armados.	3	0,59%
História Da Política Exterior Do Brasil.	3	0,59%
História Das Guerras.	3	0,59%
O Brasil E As Operações De Manutenção Da Paz Das Nações Unidas.	3	0,59%
O Brasil Nas Nações Unidas (1946-2006).	3	0,59%
O Choque Das Civilizações E A Recomposição Da Ordem Mundial.	3	0,59%
O Direito De Guerra.	3	0,59%
O Futuro Do Poder.	3	0,59%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos trabalhos finais do PPGCM obtidos em pesquisa de campo.

3.6 Conclusão

Expostos os dados quantitativos, sua análise nos conduz a algumas conclusões quanto ao estado do pensamento político militar auferido a partir desses trabalhos. O PPGCM surgiu a partir de um esforço deliberado de modernização da educação militar, iniciado nos anos 1990, com vistas a adequar o sistema de ensino do Exército brasileiro ao que se compreendia ser o novo paradigma. Estava também entre os objetivos desse processo de reforma a aproximação do sistema de ensino militar e dos sistemas de ensino civis. A posterior abertura do Programa para o ingresso de estudantes civis e a contratação de docentes pesquisadores também civis de fato viabilizou essa inter-relação entre ambas as esferas, que estiveram bastante apartadas ao longo do processo de redemocratização.

É notório o esforço para a atribuição de um caráter científico à produção intelectual militar, demonstrado na frequência das disciplinas metodológicas entre as áreas de interesse dos docentes do Programa e na forte ênfase dada à formação metodológica em meio aos objetivos dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Os objetivos do programa demonstram que suas pretensões vão além do ensino de conhecimentos teóricos aos estudantes, mas expõem objetivamente a intenção de formar quadros dotados do conhecimento técnico necessário ao exercício de cargos e funções na administração pública. Além da formação de analistas e pesquisadores, vislumbra-se a formação de gestores em políticas públicas com ênfase nos assuntos de segurança e defesa.

Embora também se estudem temáticas mais abstratas, como a epistemologia das Ciências Militares, há uma clara preferência por temas técnicos em detrimento de questões filosóficas de natureza abstrata - dentre principais temas abordados pelos trabalhos finais, constantes na Tabela 1, a maioria refere-se a aspectos práticos do poder militar. A preferência por temas técnicos, contudo, contrasta com o perfil geral da formação docente, majoritariamente concentrado em áreas das Ciências Humanas, como a História, as Ciências Sociais e a Ciência Política.

Os temas tidos como prioritários do Programa refletem em larga medida as prioridades estabelecidas pelos documentos declaratórios da política de defesa do País. Estão contemplados dois dos três setores estratégicos da END (nuclear e cibernético), estando de fora somente o setor aeroespacial, que por sua vez figuram entre as prioridades de pesquisa da FAB (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017).

Embora, como já afirmado, em meio às prioridades da agenda de pesquisa dos militares do Exército o estudo da Política Internacional e das Relações Internacionais esteja vinculado à sua aplicabilidade para o estudo e para o emprego do poder militar, há um considerável espaço para os temas internacionais. Sustenta essa afirmação a relevância de questões como a política externa, as missões de paz, a geopolítica e a cooperação internacional nas agendas de pesquisa dos docentes, nos trabalhos finais dos discentes e nas linhas de pesquisa do Programa. Esse espaço, entretanto, não é majoritário, haja vista que - como demonstrado na Tabela 2 - os temas técnicos correspondem à quase metade do total de trabalhos analisados, tendo sido considerados afeitos à área internacional somente cerca de 30% deles.

Naqueles trabalhos cujo objeto de estudo vincula-se ao campo dos estudos internacionais, foi possível perceber que há uma priorização de referências bibliográficas que figuram entre os grandes clássicos do campo, além de autores brasileiros das áreas de política externa, segurança e defesa, cujos trabalhos tornaram-se referência para a comunidade acadêmica nacional. Os estudos de política externa privilegiam, além da política externa brasileira, a análise das políticas externas dos países do entorno estratégico brasileiro (América Latina e África) e da política externa estadunidense. Embora têm-se discutido ao longo deste trabalho a histórica desarticulação entre as políticas externa e de defesa no Brasil, a preferência pela análise da política externa desses países por parte de nossos militares é um fator positivo para a superação desse quadro.

Enfim, podemos concluir que a análise do material coletado, estruturado e apresentado sugere que os elementos que informam o pensamento dos militares em temas de política internacional durante o período estudado tem: (1) se aproximado significativamente do ambiente intelectual e acadêmico civil; (2) atribuído grande importância ao caráter científico da produção intelectual, valorizando os aspectos metodológicos da pesquisa; (3) demonstrado a pretensão de preparar os oficiais alunos para se tornarem mais do que intelectuais, mas que também estejam aptos ao exercício de cargos e funções na administração pública; (4) privilegiado temas técnicos relativos ao estudo e ao emprego do poder militar, em detrimento da investigação de fenômenos de natureza mais teórica e abstrata; (5) demonstrado estar em consonância com as prioridades estipuladas nos documentos declaratórios da política de defesa nacional; (6) conferido um lugar relevante, porém minoritário, aos estudos dos fenômenos afeitos à Política Internacional, comparativamente aos estudos de temas técnicos da alçada da defesa; (7) privilegiado a

literatura clássica do campo das relações internacionais, da política externa brasileira, da segurança e da defesa.

CONCLUSÃO

O presente estudo chega ao seu fim, com a ciência de que aqui se discute uma extensa e inesgotável agenda de pesquisa, sob a qual muitos já se debruçaram e muitos ainda investigarão. Ocorre, porém, que o *insight* que fez gerar os questionamentos aqui expostos e discutidos surgiu da percepção de uma lacuna presente tanto nos estudos sobre pensamento militar, quanto nos estudos no campo da política internacional. Como já apontado no início desta dissertação, embora a variada literatura acadêmica já produzida dê conta de descrever, analisar e interpretar a amplitude e a vastidão do pensamento dos militares em suas dimensões política, econômica e social, ela carece de estudos específicos acerca do pensamento desses atores sobre a dimensão internacional⁴⁵. Ciente de que esta lacuna se encontra ainda distante de ser preenchida em sua totalidade, compreende-se que o esforço aqui despendido pode oferecer uma singela contribuição para tal.

O primeiro capítulo demonstrou a existência de um vigoroso pensamento político no seio das Forças Armadas desde, pelo menos, o início da República. Esse pensamento foi responsável por impulsionar o engajamento político desses militares ao longo de todo o século XX, sendo a convivência dos jovens oficiais em formação nas escolas de ensino superior do Exército um dos principais fatores para esse engajamento. Ao passo que sua atividade política era movida por suas convicções intelectuais, as experiências acumuladas pelos militares no decorrer de sua ação política foram moldando e adaptando essas convicções. Em que pesem as nuances e as transformações ocorridas nesse pensamento político com o passar das décadas, alguns traços característicos de suas visões de mundo persistiram enquanto recorrências que passaram a caracterizar o perfil do pensamento político militar brasileiro.

Ao fim do capítulo pudemos notar que algumas dessas recorrências referiam-se: à tendência para uma visão positivista do Estado e do progresso da nação; à posição central da temática do desenvolvimento e dos caminhos para sua realização; à autoimagem das Forças Armadas enquanto reserva moral da República e fiadora da ordem social, que combinava-se com um certo desdém aos políticos civis tradicionais; à repulsa às ideologias

⁴⁵ Convém pontuar aqui a gratidão pelas professoras Letícia Pinheiro e Maria Regina Soares de Lima, que em meu primeiro semestre do curso de mestrado ministraram a disciplina “A Visão Internacional das Elites Brasileiras nos Séculos XX e XXI”. As discussões geradas em aula foram o estopim para as formulações iniciais deste objeto de pesquisa. Estendo a gratidão aos companheiros do mestrado e do doutorado do IESP/UERJ, que com suas contribuições em sala de aula também auxiliaram na elaboração deste trabalho.

ligadas ao marxismo e, por fim, à necessidade de uma gestão centralizada do Estado e de seus recursos. Identificou-se, ainda, que a despeito da ativa e consistente atividade intelectual dos militares, em seu pensamento político a dimensão internacional assumiu um lugar secundário. Mediante o exposto, levantou-se a hipótese de que tal condição seria fruto da histórica desarticulação entre os domínios da política de defesa e da política externa na trajetória de consolidação da República, a despeito do protagonismo militar em sua proclamação.

Assim, o segundo capítulo foi dedicado à fundamentar essa hipótese, a partir de uma breve análise retrospectiva da condução das políticas externa e de defesa desde o período da redemocratização, ao fim dos anos 1980. Os fatos históricos revisitados, em conjunto com a literatura levantada, colaboraram para confirmar essa desarticulação, a despeito da ocorrência de fatos pontuais que contribuíram para uma fugaz aproximação de ambas as esferas durante o período em questão. Como exposto, ainda na Constituinte identificou-se a ausência de uma direção política superior que buscasse criar, no texto constitucional, instrumentos de coordenação entre as políticas externa e de defesa. O produto final representou mais os interesses, por vezes descoordenados, dos atores institucionais envolvidos do que um esforço consciente de vinculação entre ambas as esferas.

A conjugação dos fatores associados às conjunturas internacional e doméstica que se seguiram após a redemocratização tampouco colaborou para essa aproximação. A conjuntura internacional levou as Forças Armadas a abandonarem quaisquer aspirações de projeção de poder a nível internacional que porventura subsistissem, voltando-se para a segurança interna, ao passo que a conjuntura interna fez com que os desafios de estabilização macroeconômica do país e de consolidação das instituições democráticas tivessem emergido à prioridade da agenda política, relegando os assuntos de política externa e de defesa à segundo plano.

Já a partir da virada para o século XXI e com o início das gestões Lula da Silva, os contextos nacional e internacional mudaram de figura e, associados às iniciativas adotadas pelo governo (com papel ativo de lideranças-chave posicionadas nas pastas de Relações Exteriores e Defesa), foi possível conduzir ações que favoreceram a articulação entre ambas as esferas. A ascensão dos países emergentes e sua atuação em bloco nos domínios político e econômico internacionais favoreceu uma diplomacia mais ativa e a cooperação internacional em variados setores - inclusive o militar. Na dimensão interna, a herança

deixada pelos governos anteriores no âmbito da estabilização macroeconômica somou-se à um período de grande valorização das exportações brasileiras, o que colaborou para a ampliação de receitas e para a execução de projetos estratégicos militares.

No entanto, as condições políticas e econômicas nacionais juntamente com a configuração da conjuntura internacional novamente passaram por transformações a partir dos governos Dilma, tornando a prejudicar a condução prioritária das políticas externa e de defesa, bem como sua atuação combinada. A desaceleração do crescimento dos países emergentes e as turbulências ocorridas no cenário geopolítico da Europa e do Oriente Médio voltaram as atenções da diplomacia mundial para o Norte Geopolítico. Mudanças de governo na América Latina impactaram na descontinuidade de políticas de integração regional que outrora serviram como meios para atuação combinada da diplomacia e da defesa. Em âmbito doméstico, a crise econômica impulsionada pela desvalorização das exportações somou-se à crise política gerada pelos sucessivos casos de corrupção que receberam espetacular cobertura midiática, fazendo com que a prioridade da agenda política decisória se voltasse para a estabilização política e econômica, desprivilegiando a ação externa. Atualmente os temas que figuram como prioritários na ordem do dia do governo ainda referem-se majoritariamente à agenda econômica. Como exposto ao fim do segundo capítulo, a crise do multilateralismo no plano internacional se intensifica cada vez mais, associando-se à continuação do desmonte dos projetos de integração promovidos pelos governos anteriores, ao passo que o governo demonstra notória descoordenação entre seus núcleos de influência.

Ante o exposto, o capítulo terceiro teve como objetivo adentrar propriamente no objeto de pesquisa do presente estudo. Buscou-se traçar o perfil do pensamento político dos militares, com vistas a identificar se e de que modo são abordados os temas e as teorias pertencentes à dimensão da política internacional e da política externa. Em outras palavras, o capítulo teve o intuito de mapear os temas e teorias do campo da Política Internacional que aparecem nos dados do PPGCM, de modo a reunir os elementos que informam a visão internacional contida no pensamento dos militares na atualidade. Para consecução do objetivo fixado, foram escolhidos como fontes os dados acerca da estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME), bem como os trabalhos finais dos alunos concluintes dos cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* do Programa. Foi feita uma breve explanação acerca do histórico de criação do PPGCM, abordado enquanto parte integrante

de um projeto maior de reestruturação do ensino militar do Exército. Em seguida, analisou-se a estrutura acadêmica do programa, sua finalidade, seus objetivos, suas linhas de pesquisa e seus temas prioritários; bem como o perfil acadêmico do corpo docente. Por fim, foram analisados os trabalhos finais dos concluintes do mestrado e do doutorado, identificando-se os principais temas abordados e as principais referências teóricas utilizadas, sendo possível assim avaliar o lugar que a dimensão internacional ocupou na agenda de pesquisa desses acadêmicos.

As conclusões indicaram que o advento do PPGCM levou a uma maior aproximação do meio militar e do meio civil e atribuiu maior rigor científico à produção intelectual militar. Demonstrou-se, ainda, que as pretensões envolvidas na criação do Programa envolveram mais do que a qualificação acadêmica dos quadros do Exército, mas vislumbrou-se a preparação de quadros capazes de exercer a função de gestores no setor público, em especial nas pastas vinculadas à defesa e à segurança. Quanto à produção intelectual dos egressos, verificou-se que os trabalhos privilegiaram em maior grau os temas técnicos relativos ao estudo e ao emprego do poder militar, em detrimento da investigação de fenômenos de natureza mais teórica e abstrata. Do mesmo modo, verificou-se que embora os estudos internacionais integrem parte importante da agenda de pesquisa dos militares, ainda se encontram em segundo plano nas escolhas temáticas dos trabalhos finais, em detrimento dos temas técnicos relativos à atividade-fim das Forças Armadas. A análise dos trabalhos afetos à dimensão da política internacional indicou a preferência dos alunos por autores e obras clássicas do campo das relações internacionais, da política externa brasileira, da segurança e da defesa. No tocante às escolhas temáticas, identificou-se que foram privilegiadas questões relativas ao entorno geoestratégico brasileiro (Amazônia, Amazônia Azul, fronteiras, etc), em claro alinhamento com as áreas prioritárias estipuladas pelos documentos declaratórios da política de defesa brasileira.

As análises conduzidas ao longo dos três capítulos supramencionados permitem o levantamento de algumas reflexões que, sem qualquer pretensão de esgotar os temas, darão por encerrado este trabalho e - assim espera o autor - poderão servir como ponto de partida para investigações futuras de colegas. A pretensão de se formar quadros que não sejam somente capazes de elaborar um pensamento intelectual nas áreas de interesse da Força, mas que também estejam aptos a assumir funções de gestão pública nessas áreas, demonstra que ainda há a compreensão de que os militares devem ser agentes atuantes e ativos na condução política do Estado. Nos materiais analisados não se identifica

de maneira expressa um desdém com relação às lideranças políticas civis, como constatado no pensamento militar em tempos de outrora, mas está clara a visão de que o Exército ainda compreende ser capaz de prover recursos humanos capazes de exercer funções típicas de Estado, para além do emprego tático/operacional do poder militar.

O processo de reforma educacional que levou à criação do PPGCM foi bem sucedido em atribuir um caráter mais científico ao pensamento político militar, que tradicionalmente em tempos passados esteve muito vinculado à visão de mundo de certas lideranças. Como visto, a atividade intelectual dos militares ao longo da primeira metade do século XX era capitaneada pelo engajamento de lideranças-chaves formadas nas escolas de ensino superior do Exército. Com a criação da ESG, em 1949, houve um esforço para a sistematização do pensamento político militar em suas Doutrinas. O recente processo de reformulação do ensino militar, que culminou na criação do PPGCM, levou essa proposta a um novo patamar, atribuindo-lhe maior rigor acadêmico e científico. A entrada de docentes civis com larga experiência em pesquisa acadêmica e o esforço deliberado dos militares que conceberam a CADESM parecem ter sido fatores em parte responsáveis por esse amadurecimento. A entrada desses docentes também parece ter sido responsável por ampliar o escopo das referências teóricas, pois é possível identificar uma correlação entre a formação acadêmica dos docentes e as linhas de pesquisa do programa, bem como com as escolhas temáticas e teóricas dos alunos.

No tocante às teorias estudadas pelos militares, os trabalhos recentes aqui analisados demonstram que hoje há uma pluralidade e uma diversidade sensivelmente maior de referências teóricas comparativamente aos resultados encontrados por Garcia (1997). Contudo, o realismo político não deixou de assumir importância no pensamento militar. Pelo contrário, trata-se da única corrente teórica das Relações Internacionais que figura expressamente entre as áreas de interesse dos professores do PPGCM.

Cabe encerrar a discussão aqui proposta levantando algumas reflexões acerca do quadro geral das relações civis-militares nos dias de hoje, tendo em conta os impactos dos esforços recentes de aproximação entre as comunidades acadêmicas da esfera militar e civil. O estudo mais aprofundado e minucioso do processo de criação do PPGCM, analisado enquanto parte de um processo mais amplo de reforma das estruturas de ensino do Exército Brasileiro, permite reconhecer que de fato houve uma iniciativa deliberada das Forças Armadas - ou ao menos das lideranças responsáveis pelo ensino militar - para promover uma aproximação com o meio acadêmico civil. Independentemente das hipóteses

que porventura possam ser levantadas quanto às motivações para esse movimento, o fato é que foi dado um primeiro passo inédito nas relações civis-militares. Iniciativas de mesmo ânimo foram tomadas por gestões recentes do Governo Federal, através sobretudo do MD, da extinta SAE e de órgãos como a CAPES e o CNPQ. De igual modo, a comunidade acadêmica civil também avançou em direção à busca por maior diálogo com os militares, haja vista a proliferação dos programas de pós-graduação nas áreas de defesa e segurança, bem como de disciplinas dessas áreas em programas já existentes no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais (MARQUES; FUCCILE, 2015). Convém, agora, refletir a respeito dos frutos que essas iniciativas estão gerando para a harmonização das relações civis-militares.

Convém citar algumas medidas positivas que foram tomadas ao longo dessas quase duas primeiras décadas dos anos 2000, no sentido da abertura de um espaço de diálogo entre a comunidade científica e as Forças Armadas. A Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pela primeira vez em 2008, trouxe o “pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e escassez de especialistas civis nesses temas” como uma das “principais vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do País” (BRASIL, 2008, p. 42). De modo a sanar este problema, definiu como interesse estratégico do Estado brasileiro “a formação de especialistas civis em assuntos de defesa”, devendo, para isso, conceder apoio à criação de “um amplo espectro de programas e de cursos que versem sobre a defesa” (BRASIL, 2008, p. 39), considerando que estas iniciativas “permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes no Ministério da Defesa.” (BRASIL, 2008, p. 13). O documento é ainda mais claro adiante, quando ao versar sobre “Recursos Humanos” afirma que

O Ministério da Defesa realizará estudos sobre a criação de quadro de especialistas civis em Defesa, em complementação às carreiras existentes na administração civil e militar, de forma a constituir-se numa força de trabalho capaz de atuar na gestão de políticas públicas de defesa, em programas e projetos da área de defesa, bem como na interação com órgãos governamentais e a sociedade, integrando os pontos de vista político e técnico. (BRASIL, 2008, p. 58)

Na mesma linha, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), aprovado em 2012, dedicou seu quarto capítulo ao tema “Defesa e Sociedade”. Logo no início do capítulo, o

documento ressaltou a importância da interação entre o Estado e a sociedade civil no setor de Defesa, afirmando que

A interação harmônica entre os órgãos da defesa e a sociedade dá maior dinâmica à ação estatal no provimento da segurança e da defesa do País. Essa interação contribui para o constante aperfeiçoamento da capacidade de identificação e análise de demandas de segurança e defesa nacionais. (BRASIL, 2012b, p. 167)

Mais à frente, o documento dedicou uma seção especial à interação entre os órgãos de Defesa e o meio acadêmico civil, enfatizando o ganho de espaço do tema da Defesa nas agendas de pesquisa acadêmica ao longo dos últimos anos e apresentando algumas das iniciativas do Ministério da Defesa para impulsionar a articulação da esfera pública com a academia. Em parecer homologado no dia 11 de maio de 2017, o Ministério da Educação oficializou a inclusão do Estudo da Defesa na grade curricular das Universidades. O ocorrido foi descrito pelo General Schons, então comandante da ESG, como “um dos fatos mais importantes dos últimos anos nessa área”.

Outras iniciativas, no âmbito do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento no campo da defesa, foram levadas a cabo. Entre estas iniciativas é digno de nota o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), criado em 2005 a partir da assinatura de convênio entre o MD e a CAPES. Seu objetivo principal consistiu em

estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou outras instituições, possibilitando a produção de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

O MD também tem sido responsável pela promoção do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN) e dos Cursos de Extensão em Defesa Nacional (CEDN). O CADN é realizado anualmente em parceria com uma das três instituições de formação de oficiais das Forças Armadas: A Escola Naval (EN), a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) ou a Academia da Força Aérea (AFA). Tem por objetivo a apresentação e a discussão de trabalhos acadêmicos tocantes ao tema da Defesa Nacional. Os CEDN, por sua vez, são promovidos em parceria com universidades por todo o Brasil, e contam com

aulas ministradas por especialistas indicados pelo MD e pelas universidades parceiras, oferecidas gratuitamente a estudantes de graduação e pós-graduação.

Entre as parcerias do MD para o incentivo à produção acadêmica e ao diálogo com a sociedade civil está o Programa “Álvaro Alberto” de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional, estabelecido em convênio entre o Instituto Pandiá Calógeras e o Comitê Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O programa concedeu recursos para grupos de pesquisadores que desenvolvam estudos relativos a uma das três linhas de pesquisa do Instituto: Entorno Estratégico Brasileiro, Operações de Paz das Nações Unidas e Economia de Defesa.

Uma das iniciativas mais recentes do MD nesse âmbito trata-se do Conselho Acadêmico de Defesa Nacional. Criado através de uma portaria ministerial publicada no dia 13 de dezembro de 2017, sua composição é ampla e inclui representantes do meio acadêmico, do governo, das forças armadas e da indústria. O Conselho tem por objetivo

assessorar o ministro da Defesa em relação a planos, programas, projetos, e atividades de interesse da Defesa, principalmente ligadas à tecnologia e inovação; propor políticas públicas na área de Defesa Nacional; e promover a participação da comunidade acadêmica na formulação de propostas de políticas de Defesa.

Sem dúvidas as medidas supracitadas representam um importante passo em direção a uma maior abertura de diálogo entre a comunidade civil e os militares. Todavia, ainda restam óbices ao avanço desse processo de abertura. Essas barreiras são visíveis em algumas tensões que subsistem nas relações civis-militares e nas restrições de ordem orçamentária à execução de necessárias diligências.

Urge a necessidade de medidas mútuas de conciliação entre Forças Armadas e sociedade civil, sobretudo em referência aos limites legais de atuação política das primeiras. O período autoritário que vigorou no país de 1964 a 1985 deixou profundas marcas na memória coletiva social, que a despeito de esforços pontuais não estão ainda superadas. Não raro, tal superação esbarra na indisposição de ambos os lados para o diálogo.

Da parte das Forças Armadas, persiste a resistência de setores militares no tocante à autocrítica a ser feita em relação ao período ditatorial. As duras críticas proferidas por

alguns militares aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade ilustram essa resistência⁴⁶. De forma ainda mais temerosa, a alternativa autoritária, rechaçada enfaticamente pela Constituição de 1988, ainda figura no imaginário de altas autoridades militares como uma possibilidade frente à retumbante crise política, institucional e moral a qual o país atravessa⁴⁷.

Da parte da sociedade, em especial de setores da elite intelectual acadêmica, ainda é comum encontrar indisposições à discussão de temas atinentes à defesa, à segurança e às Forças Armadas, que corriqueiramente se colocam previamente a qualquer debate inicial, dificultando o estabelecimento de um diálogo entre as partes dispostas. A escolha, por parte de acadêmicos, pelo estudo desses temas em programas de graduação e pós-graduação tradicionais da grande área das Ciências Humanas não rara é encarada com desconfiança por uma parte dessa comunidade. Deve se considerar que, apesar do longo histórico de truculência e ingerência dos órgãos de defesa e segurança na vida política nacional, tais órgãos são fundamentais para a garantia da soberania nacional e para a consecução dos objetivos nacionais a nível doméstico e externo. Em um mundo no qual a distribuição desigual de poder faz com que Estados periféricos encontrem sucessivas resistências ao exercício de sua soberania e à promoção do seu desenvolvimento, tais órgãos possuem papel precípua, de modo que não há como a comunidade acadêmica prescindir de uma postura intelectualmente madura a respeito da História, da natureza do Estado e da importância de suas instituições.

No que tange às orçamentárias, o período de austeridade e contenção de gasto público no qual o país mergulhou nos últimos anos dificulta a execução de novos projetos para a aproximação das esferas civil e militar, além dos já previstos pela legislação em vigor, como a criação de um quadro de especialistas civis em defesa, determinada pela END. Há o projeto de criação de uma carreira civil de Estado para a contratação, através de concurso público, de trezentos Analistas de Defesa Nacional para o MD, que devido às restrições orçamentárias aguarda “momento oportuno” para ser proposto⁴⁸. A situação financeira e orçamentária do país prejudica, inclusive, aqueles projetos já em execução. As

⁴⁶ Ver em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/general-diz-cnv-que-investigacao-de-atentado-do-riocentro-e-absurda.html>> Acesso em 29 ago 2019

⁴⁷ Em setembro de 2017, o general da reserva Hamilton Mourão, atual vice-presidente do Brasil, na ocasião de uma fala proferida em uma loja maçônica de Brasília, sugeriu a possibilidade de uma solução “imposta” ao problema político por qual o país passava. Disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/5712903/mourao-defendeu-intervencao-militar-para-resolver-crise-politica>> Acesso em 29 ago 2019

⁴⁸ Ver em <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/26078/MD-18-anos---Defesa--desenvolvimento-e-sociedade/>> Acesso em 29 ago 2019

dificuldades pelas quais passou o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), que só no final de 2018 entregou seu primeiro submarino convencional⁴⁹, ilustram bem esse cenário.

Por fim, há que se reconhecer que, para a continuidade do processo de aproximação entre as Forças Armadas e a sociedade, embora sejam fundamentais as iniciativas supramencionadas, é elementar que haja maior interesse e engajamento espontâneos por parte do conjunto da sociedade civil nos assuntos ligados ao universo da defesa.

⁴⁹ Ver em <<https://www.naval.com.br/blog/2018/12/14/lancamento-do-submarino-riachuelo-s40/>> Acesso em 29 ago 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JR, J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.46, n. 2, p. 53-86, 2003.

ALMEIRA, P. R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.47, n. 1, p. 162-184, 2004.

AMORIM, C. Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva. Brasília: Benvirá, 2018.

ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARRUDA, A. Escola Superior de Guerra: uma história de sua doutrina. São Paulo: Edições GRD, 1980.

ARTICULAÇÃO SUL. À Procura da Cooperação Sul-Sul no Orçamento Federal. São Paulo: Articulação Sul, 2018.

AZEVEDO. *O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares*. Rio de Janeiro: FGV, 08 de jan de 2019. Vídeo Curta Metragem. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bgCz1ZF5KEA&t=62s> > Acesso em 12 nov 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco de Defesa Nacional*, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco de Defesa Nacional*, 2012.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (João Augusto de Araújo Castro 1963-1964). Discurso por ocasião de sua posse. Brasília, 22 ago 1963.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (Luiz Felipe Lampreia 1995-2001). Discurso por ocasião da abertura da 55ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU. Nova Iorque, 2000.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Política Nacional de Inteligência*, 2016.

CASARÕES, G. S. P. A política externa interina e os riscos à integração nacional. *Conjuntura Austral*, v. 7, n. 37, p. 81-93, 2016.

CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, C; D'ARAÚJO, M. C. Democracia e forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DANTAS, J.A.M. A problemática do desenvolvimento no pensamento militar brasileiro (1922-1937). *A Economia em Revista*, v.21, n, 01, p. 22-36, 2013.

ETCHEGOYEN, S. W. *O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares*. Rio de Janeiro: FGV, 08 de jan de 2019. Vídeo Curta Metragem.

Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bgCz1ZF5KEA&t=62s>> Acesso em 12 nov 2019.

FUCCILLE, A. As forças armadas e a missão militar no governo FHC. *Tomo*, n. 6, 2003.

FUCCILLE, A. Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. Campinas, 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FUKUYAMA, F. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GONÇALVES, F. C. N. I; BRAGA, L. O pensamento dos militares em política externa e defesa no século XXI, *Boletim NEAAPE*, v. 1, p. 15-22, 2017.

HUNTINGTON, S. P. O soldado e o Estado. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JANOWTIZ, M. O soldado profissional. São Paulo: Edições GRD, 1967.

LIMA, M. R. S. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: ETCHEGOYEN, S. W.; JOBIM, N. A; ALSINA Jr., J. P. S. Segurança Internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Dados*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MARQUES, A. A.; FUCILLE A. Ensino e pesquisa em defesa no Brasil: estruturação do campo e desafios. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 2, n. 2, 2015.

MAIA NETO, J. *O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares*. Rio de Janeiro: FGV, 08 de jan de 2019. Vídeo Curta Metragem. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bgCz1ZF5KEA&t=62s>> Acesso em 12 nov 2019.

MILANI, C. R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

MIGON, E. X. F. G. Segurança, defesa e relações civis-militares: (re)leituras em apoio à construção de uma nova agenda brasileira. *Revista de Ciências Militares (Portugal)*, v. 1, n. 1, p. 101-121, 2013.

MIGON, E. X. F. G. Ensino de pós-graduação no Brasil: as Ciências Militares. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 4, n. 1, 2017.

MOSKOS, C. From institution to occupation: trends in military organization. *Armed Forces and Society*, v. 4, n. 1, p. 41-50, 1977.

MOSKOS, C. Institutional/occupational trends in armed forces: an update. *Armed Forces and Society*, v. 12, n. 3, p. 377-382, 1986.

MOSKOS, C; WILLIAMS, J. A.; SEGAL, D. R. The postmodern military: armed forces after the Cold War. Chicago: OUP USA, 2000.

NYE Jr, J.; KEOHANE, R. Power and Interdependence: world politics in transition. London: TBS, 1977.

NUNES, R. F. O Instituto Meira Mattos da ECEME e o processo de transformação do exército brasileiro. *Revista das Ciências Militares (Coleção Meira Mattos)*, n. 26, 2012.

NUNES, R. F. *O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares*. Rio de Janeiro: FGV, 08 de jan de 2019. Vídeo Curta Metragem. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bgCz1ZF5KEA&t=62s> > Acesso em 12 nov 2019.

OLIVEIRA, E. R. Democracia e Defesa Nacional. Barueri: Editora Manole, 2005.

OLIVEIRA, A. M. O pensamento geopolítico na construção da doutrina das Forças Armadas brasileiras (1945-1964). In: XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH (1.: Florianópolis: 2015). [Anais]. Florianópolis: 2015, p. 1-21.

OLIVEIRA, G. O processo de criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Curitiba: Editora Appris, 2019.

PAGLIARI, G. A. Segurança Regional e Política Externa Brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. Brasília, 2009. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PASSOS, A. M. O estado das relações civis-militares no Brasil: um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa (2007-2011). Porto Alegre, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PINHEIRO, A. C; GIAMBIAGI, F; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. A economia brasileira nos anos 90. 1. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 11-42.

RODRIGUES, F. S. O medo comunista e a formação do pensamento político autoritário brasileiro: por uma nova identidade militar no Exército (1930-1945). *Recôncavo*, a. 2, n. 3, 2012.

SÁ, M. B; SAID, M; WANSETTO, R. Militarização tipo exportação: o perigo da Indústria Humanitária brasileira. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2017. Disponível em < <https://diplomatique.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/> > Acesso em 12 nov 2019.

SANCHEZ, M. R; SILVA, E. C. G; CAROSO, E. L.; SPÉCIE, P. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, p. 125-143, 2006.

SANTOS, E. H. J.; ALVES, V. C. Os grupos de pressão formados por militares da reserva e o pensamento anticomunista. *Mediações*, v. 19, n. 1, p. 135-150, 2014.

SARAIVA, M. G. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Relações Internacionais*, n. 44, p. 25-35, 2014.

SOARES, S. A. A construção da democracia e traços da mentalidade política militar (1985-1993). *Teoria & Pesquisa*, n. 46, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20-45, 2006.

SVARTMAN, E. M. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 281-199, 2012.

SILVA, M. V. M. Percepções de (in)segurança: Armas Nucleares, TNP e o Brasil. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

VIEIRA, R. Z. Os Profetas Armados: geopolítica e pensamento militar nas origens do desenvolvimentismo brasileiro. *Oikos*, v. 14, n. 1, p. 05-22, 2015.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*, v. 5, n. 2, p. 381-397, 2005.

ZAVERUCHA, J; TEIXEIRA, H. B. A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 55, p. 3-148, 2003.

ZAVERUCHA, J. A fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 165-175, 2005.

ANEXO A – Frequência de Temas nos Trabalhos Finais do PPGCM

Palavra-Chave	Freq	% do total	Palavra-Chave	Freq	% do total
Exercito Brasileiro	14	2,50%	Gestao de Defesa	1	0,18%
Operacoes de Paz	11	1,96%	Gestao de Riscos	1	0,18%
Defesa	8	1,43%	Gestao Desportiva	1	0,18%
Comando e Controle	7	1,25%	GLO	1	0,18%
Defesa Nacional	7	1,25%	Gois Monteiro	1	0,18%
Doutrina	7	1,25%	Guerra Centrada em Redes	1	0,18%
Estrategia	6	1,07%	Guerra da Triplice Alianca	1	0,18%
Integracao	6	1,07%	Guerra do Cenepa	1	0,18%
Forcas Armadas	5	0,89%	Guerra do Paraguai	1	0,18%
Missoes de Paz	5	0,89%	Guerra Irregular	1	0,18%
Amazonia	4	0,71%	Haiti	1	0,18%
Aviacao do Exercito	4	0,71%	Historia-Brasil	1	0,18%
Ciencias Militares	4	0,71%	Implicacoes para Defesa Nacional	1	0,18%
Direito Internacional dos Conflitos Armados	4	0,71%	Indicadores de Desempenho	1	0,18%
Estrategia Nacional de Defesa	4	0,71%	Inicio da Influencia Politica dos Principais Lideres Tenentistas na Revolucao de 1930 e no Inicio do Governo Getulio Vargas	1	0,18%
Lideranca	4	0,71%	Instrucao	1	0,18%
Operacoes Conjuntas	4	0,71%	Instrucao de Voo	1	0,18%
Politica Externa	4	0,71%	Intecao do Comandante	1	0,18%
Relacoes Internacionais	4	0,71%	Integracao em Defesa	1	0,18%
America do Sul	3	0,53%	Integracao Logistica	1	0,18%

Base Industrial de Defesa	3	0,53%	Integracao Regional	1	0,18%
Brasil	3	0,53%	Inteligencia	1	0,18%
Doutrina Militar	3	0,53%	Inteligencia de Imagens	1	0,18%
Garantia da Lei e da Ordem	3	0,53%	Intencao do Comandante	1	0,18%
Gestao	3	0,53%	Interagencias	1	0,18%
Lideranca Militar	3	0,53%	Intercao Civil Militar	1	0,18%
Logistica	3	0,53%	Jogos de Guerra	1	0,18%
Ministerio da Defesa	3	0,53%	Legalidade	1	0,18%
Minustah	3	0,53%	Legitimidade	1	0,18%
Politica de Defesa	3	0,53%	Leis da Guerra	1	0,18%
Seguranca	3	0,53%	Leis de Defesa Argentinas	1	0,18%
Assuntos Civis	2	0,36%	Licoes Aprendidas	1	0,18%
Atividade de Inteligencia	2	0,36%	Lideranca	1	0,18%
Comando	2	0,36%	Lideranca Brasileira	1	0,18%
Comunicacao Social	2	0,36%	Lideranca Direta	1	0,18%
Direito Internacional	2	0,36%	Lideranca Estrategica	1	0,18%
Ensino Militar	2	0,36%	Lideranca Estrategica	1	0,18%
Geopolitica	2	0,36%	Lideranca Moral	1	0,18%
Gestao Ambiental	2	0,36%	Lideranca Multicultural	1	0,18%
Governanca	2	0,36%	Lideranca Situacional	1	0,18%
Guerra Cibernetica	2	0,36%	Livro Branco	1	0,18%
Historia Militar	2	0,36%	Livro Branco da Defesa	1	0,18%
Industria Nacional de Defesa	2	0,36%	Logistica Conjunta	1	0,18%
Inteligencia Militar	2	0,36%	Luis de Albuquerque	1	0,18%
Logistica Militar	2	0,36%	Lutas	1	0,18%

Militar	2	0,36%	Manutencao da Paz	1	0,18%
Operacoes Baseadas em Efeitos	2	0,36%	Marcos Legais e Politicas de Defesa	1	0,18%
Operacoes de Informacao	2	0,36%	Marechal Castello Branco	1	0,18%
Operacoes de Manutencao da Paz	2	0,36%	Medidades de Confianca Mutua	1	0,18%
Operacoes Especiais	2	0,36%	Mercosul	1	0,18%
Operacoes Interagencias	2	0,36%	Metodo	1	0,18%
Operacoes Psicologicas	2	0,36%	Metodologia de Elaboracao	1	0,18%
Organizacao das Nacoes Unidas	2	0,36%	Militares	1	0,18%
Organizacoes Militares	2	0,36%	Missa-comando	1	0,18%
Planejamento	2	0,36%	Missao de Paz	1	0,18%
Politica	2	0,36%	Modelagem Baseada em Agente	1	0,18%
Politica Externa Brasileira	2	0,36%	Modelagem e Simulacao	1	0,18%
Segunda Guerra Mundial	2	0,36%	Modernizacao	1	0,18%
Seguranca	2	0,36%	Modulo Logistico	1	0,18%
Seguranca Integral	2	0,36%	Movimento Civico Militar de 31 de Marco de 1964	1	0,18%
Simulacao de Combate	2	0,36%	MR	1	0,18%
Tenentismo	2	0,36%	Mudanca Militar	1	0,18%
Terrorismo	2	0,36%	Museus	1	0,18%
Transformacao Militar	2	0,36%	Navegacao Fluvial Militar	1	0,18%
Vulnerabilidades	2	0,36%	Nivel Operacional	1	0,18%
A Lideranca do General Goes Monteiro nas Tranformacoes Politicas do Exercito na Era Vargas	1	0,18%	Novas Ameacas	1	0,18%

Abastecimento	1	0,18%	Novos Metodos	1	0,18%
Acoes Estrategicas	1	0,18%	O Processo de Demarcacao	1	0,18%
Acordo Milita EUA	1	0,18%	Obsolescencia	1	0,18%
Adestramento	1	0,18%	Offset	1	0,18%
Administracao	1	0,18%	Olimpiadas	1	0,18%
Administracao Publica	1	0,18%	Operacao de Credito Externo	1	0,18%
Agentes Biologicos Usados como Arma	1	0,18%	Operacionalidade	1	0,18%
Alto Rendimento	1	0,18%	Operacoes Aeromoveis	1	0,18%
Amazonia Brasileira	1	0,18%	Operacoes da Garantia de Lei de da Ordem em Ambiente Urbano	1	0,18%
Angola	1	0,18%	Operacoes de Amplo Espectro	1	0,18%
Antecedentes Historicos do Movimento Tenentista	1	0,18%	Operacoes de Pacificacao	1	0,18%
Antraz	1	0,18%	Operacoes Descentralizadas	1	0,18%
Antropologia	1	0,18%	Operacoes Humanitarias	1	0,18%
Aprendizagem Organizacional	1	0,18%	Operacoes Militares	1	0,18%
Aprobabilidade	1	0,18%	Orcamento	1	0,18%
Aquisicao de Sistemas Militares Complexos	1	0,18%	Orcamento de Defesa	1	0,18%
Armazenagem	1	0,18%	Oriente Medio	1	0,18%
Arte Operacional	1	0,18%	Otan	1	0,18%
Articulacao	1	0,18%	Pacificacao e Seguranca Publica	1	0,18%
Artilharia de Campanha	1	0,18%	Paradigma Tecnologico	1	0,18%
Astros 2020 Antiaereo	1	0,18%	Paraquedistas	1	0,18%
Atributos da Area Afetiva	1	0,18%	Participacao Desportiva Militar	1	0,18%

Auftragstaktik	1	0,18%	Participacao Politica dos Militares	1	0,18%
Autonomia Militar	1	0,18%	Patrimonio Cultural	1	0,18%
Avibras	1	0,18%	Paz	1	0,18%
Bolivarianismo	1	0,18%	Pedagogia	1	0,18%
Brasil	1	0,18%	Pensamento Estrategico	1	0,18%
BRIC	1	0,18%	Perfil do Lider	1	0,18%
Cadeia de Suprimento	1	0,18%	Planejamento	1	0,18%
Canudos	1	0,18%	Planejamento Estrategico Organizacional	1	0,18%
Capacidade Militar	1	0,18%	Planjemento Estrategico	1	0,18%
Capacidades Relacionadas a Informacao	1	0,18%	Poder Aereo	1	0,18%
Capacitacao	1	0,18%	Poder de Policia	1	0,18%
Carreira de Defesa Nacional	1	0,18%	Poder Nacional	1	0,18%
Cavalaria	1	0,18%	Politica de Defesa Naciona	1	0,18%
Cenarios Prospectivos	1	0,18%	Politica de Defesa Nacional	1	0,18%
Centro de Instrucao e Formacao de Soldados	1	0,18%	Politica de Seguranca e Defesa Comum	1	0,18%
Ciberespaco	1	0,18%	Politica Nacional de Defesa	1	0,18%
Ciclo de Decisao	1	0,18%	Politica Publica	1	0,18%
Ciclo de Vida	1	0,18%	Politica Publica de Defesa	1	0,18%
Ciclo PDCA	1	0,18%	Políticas de Defesa	1	0,18%
Ciencia	1	0,18%	Políticas Publicas	1	0,18%
CIMIC	1	0,18%	Possibilidades Futuras	1	0,18%
Civis Militares	1	0,18%	Preparo	1	0,18%
Comando Conjunto	1	0,18%	Preparo e Emprego do EB	1	0,18%

Combate Seculo XXI	1	0,18%	Presenca Intangivel	1	0,18%
Compatibilidade	1	0,18%	Presenca Tangivel	1	0,18%
Complexo do Alemao	1	0,18%	Prevencao	1	0,18%
Compromentimento Organizacional	1	0,18%	Principios	1	0,18%
Comunicacao Estrategica	1	0,18%	Processo de Paz	1	0,18%
Comunidade de Defesa	1	0,18%	Processo de Transformacao do Exercito	1	0,18%
Condicoes Necessarias e Suficientes ao Ambiente Geral das Exportacoes	1	0,18%	Processo de Transformacao do Exercito Brasileiro	1	0,18%
Conflitos	1	0,18%	Processo Decisorio	1	0,18%
Conflitos Assimetricos	1	0,18%	Programa Espacial	1	0,18%
Conjuntura	1	0,18%	Programa Guarani	1	0,18%
Conscientizacao Nacional	1	0,18%	Programas de Pos Graduacao em Ciencias Militares	1	0,18%
Conselho de Defesa Sul Americano	1	0,18%	Projeto C2 em Combate	1	0,18%
Conselho de Seguranca da ONU	1	0,18%	Projeto Lideranca	1	0,18%
Consideracoes Civis	1	0,18%	Projetos	1	0,18%
Controle	1	0,18%	Proposta	1	0,18%
Cooperacao Interagencias	1	0,18%	Propriedade Intelectual	1	0,18%
Cooperacao Regional	1	0,18%	Protecao Cibernetica	1	0,18%
Coordenacao Civil Militar	1	0,18%	Protecao de Civis	1	0,18%
Coordenacao de Aperfeicoamento de Pessoal de Ensino	1	0,18%	Questao Israelo-Palestina	1	0,18%
Coordenacao Interorganizacional	1	0,18%	Redemocratizacao Politica Nacional	1	0,18%

CTTEP	1	0,18%	Redes Moveis Ad Hoc	1	0,18%
Cultura Institucional do Exercito Brasileiro	1	0,18%	Reestruturacao	1	0,18%
Curriculo	1	0,18%	Reflexos da Politica Externa Brasileira	1	0,18%
Data Mart	1	0,18%	Refugios	1	0,18%
Data Warehouse	1	0,18%	Relacao Brasil Africa	1	0,18%
Defesa Cibernetica	1	0,18%	Relacao Civil Militar	1	0,18%
Demarcacoes de Terras Indigenas	1	0,18%	Relacoes	1	0,18%
Desastre Natural	1	0,18%	Relacoes Civis Militares	1	0,18%
Desastres Naturais	1	0,18%	Relacoes Publicas	1	0,18%
Deslocados Ambientais	1	0,18%	Republica Brasileira	1	0,18%
Desmobilizacao	1	0,18%	Restauracao Pernambucana	1	0,18%
Destaque Regional	1	0,18%	Revolucao de 1930	1	0,18%
Destinacao Constitucional	1	0,18%	Revolucao de 1964	1	0,18%
DICA	1	0,18%	RFID	1	0,18%
Difusao	1	0,18%	Rituais	1	0,18%
Diminuicao de risco	1	0,18%	Satelites	1	0,18%
Direito Internacional dos Direitos Humanos	1	0,18%	Securitizacao da Amazonia	1	0,18%
Direito Internacional Humanitario	1	0,18%	Seguranca Cibernetica	1	0,18%
Direitor Humanos	1	0,18%	Seguranca Cooperativa	1	0,18%
Dissuasao	1	0,18%	Seguranca da Informacao	1	0,18%
Doutrina de Seguranca Nacional	1	0,18%	Seguranca de Aeroportos	1	0,18%
Drone	1	0,18%	Seguranca e Defesa	1	0,18%

Economia de Defesa	1	0,18%	Seguranca e Defesa	1	0,18%
Educacao	1	0,18%	Seguranca e Defesa Angola	1	0,18%
Educacao Corporativa	1	0,18%	Seguranca e Defesa Mocambique	1	0,18%
Efetividade	1	0,18%	Seguranca e Defesa Nacional	1	0,18%
Efetivo Profissional	1	0,18%	Seguranca Humana	1	0,18%
Eficiencia em Combate	1	0,18%	Seguranca Internacional	1	0,18%
Empresas	1	0,18%	Seguranca Multidimensional	1	0,18%
Encargos Administrativos	1	0,18%	Sensoriamento	1	0,18%
Engenharia Militar	1	0,18%	Sensoriamento Remoto	1	0,18%
Ensino	1	0,18%	Servico Militar	1	0,18%
Equador	1	0,18%	Servico Militar Obrigatorio no Brasil	1	0,18%
Escola de Comando e Exercito Maior do Exercito	1	0,18%	Setor Eletrico	1	0,18%
ESG	1	0,18%	Simbolos	1	0,18%
Espaco Cibernetico	1	0,18%	Simulacao	1	0,18%
Esporte	1	0,18%	Simulacao de Combate Construtiva	1	0,18%
Estabilidade Regional	1	0,18%	Sisfron	1	0,18%
Estado de Direito Democratico	1	0,18%	Sistema de Apoio a Decisao	1	0,18%
Estado Maior Conjunto	1	0,18%	Sistema de Comando e Controle da Bda Inf Pqdt	1	0,18%
Estrategia Braco Forte	1	0,18%	Sistema de Defesa Sub-regional	1	0,18%
Estrategia da Preseca	1	0,18%	Sistema de Excelencia Gerencial	1	0,18%
Estrategia da Resistencia	1	0,18%	Sistema de Planejamento Estrategico do Exercito	1	0,18%

Estrategia Nacional	1	0,18%	Sistema Tatico de Comunicacoes de Brigada	1	0,18%
Estudos da Paz e da Guerra	1	0,18%	Sistemas Corporativos	1	0,18%
Estudos Geograficos	1	0,18%	Sistemas e Materiais de Emprego Militar	1	0,18%
Etica	1	0,18%	Sitios Historicos	1	0,18%
Etica Militar	1	0,18%	Situacao de Nao Guerra	1	0,18%
Etica Profissional Militar	1	0,18%	Soberania	1	0,18%
Excelencia	1	0,18%	Sociedade Brasileira	1	0,18%
Exercito	1	0,18%	Sucesso Desportivo Internacional	1	0,18%
Exercito Imperial	1	0,18%	Sudao do Sul	1	0,18%
Experimentacao Doutrinaria	1	0,18%	Supervisao Escolar	1	0,18%
Exportacoes de Produtos de Defesa	1	0,18%	Suporte Logistico Integrado	1	0,18%
Faixa de Fronteira	1	0,18%	Suprimento Classe V	1	0,18%
Filosofia Politica	1	0,18%	Sustainment-dominated System	1	0,18%
Forca Terrestre	1	0,18%	Tecnologia	1	0,18%
Forcas Armadas do Mercosul	1	0,18%	Tecnologia da Informacao	1	0,18%
Forcas Armadas Indianas	1	0,18%	Tecnologia e Inovacao	1	0,18%
Forcas de Acao Rapida Estrategica	1	0,18%	Terras Indigenas	1	0,18%
Formacao	1	0,18%	Terreno Humano	1	0,18%
Formacao do Oficial Combatente	1	0,18%	Territorio	1	0,18%
Formacao Multietnica do Povo Brasileiro	1	0,18%	Tomada da Decisao	1	0,18%
Friccao	1	0,18%	Tradicoes	1	0,18%

Fronteira	1	0,18%	Transformacao	1	0,18%
Fronteira Oeste	1	0,18%	Tratadas Internacionais Ratificados pelo Brasil	1	0,18%
Fusao de Dados	1	0,18%	Treinamento em Selva	1	0,18%
Generais Dutra e Goes Monteiro	1	0,18%	Triplice Fronteira	1	0,18%
Geopolitica da America do Sul	1	0,18%	Uniao Europeia	1	0,18%
Gerenciamento de Crise	1	0,18%	Unidade de Engenharia de Construcao	1	0,18%
Gestao	1	0,18%	Unidades de Cavalaria Blindadas	1	0,18%
Gestao Cultural	1	0,18%	Uruguai	1	0,18%
Gestao da Cadeia de Suprimento	1	0,18%	Valorizacao	1	0,18%
			VANT	1	0,18%
			VBTP	1	0,18%

ANEXO B – Frequências de Temas Internacionais nos Trabalhos Finais do PPGCM

Palavras-Chave	Freq	% do total	Palavras-Chave	Freq	% do total
Operacoes de Paz	8	4,55%	Friccao	1	0,57%
Relacoes Internacionais	4	2,27%	Fronteira	1	0,57%
America do Sul	3	1,70%	Garantia da Lei e da Ordem	1	0,57%
Direito Internacional dos Conflitos Armados	3	1,70%	Geopolitica da America do Sul	1	0,57%
Exercito Brasileiro	3	1,70%	Guerra do Cenepa	1	0,57%
Minustah	3	1,70%	Guerra do Paraguai	1	0,57%
Missoes de Paz	3	1,70%	Guerra Irregular	1	0,57%
Politica de Defesa	3	1,70%	Haiti	1	0,57%
Politica Externa	3	1,70%	Industria Nacional de Defesa	1	0,57%
Base Industrial de Defesa	2	1,14%	Integracao em Defesa	1	0,57%
Brasil	2	1,14%	Integracao Regional	1	0,57%
Ciencias Militares	2	1,14%	Legalidade	1	0,57%
Defesa	2	1,14%	Legitimidade	1	0,57%
Defesa Nacional	2	1,14%	Leis da Guerra	1	0,57%
Direito Internacional	2	1,14%	Leis de Defesa Argentinas	1	0,57%
Doutrina	2	1,14%	Lideranca Brasileira	1	0,57%
Estrategia	2	1,14%	Livro Branco	1	0,57%
Integracao	2	1,14%	Livro Branco da Defesa	1	0,57%
Organizacao das Nacoes Unidas	2	1,14%	Marcos Legais e Politicas de Defesa	1	0,57%
Politica Externa Brasileira	2	1,14%	Medidades de Confianca Mutua	1	0,57%
Seguranca Integral	2	1,14%	Mercosul	1	0,57%

Abastecimento	1	0,57%	Metodologia de Elaboracao	1	0,57%
Acoes Estrategicas	1	0,57%	Ministerio da Defesa	1	0,57%
Amazonia	1	0,57%	Offset	1	0,57%
Angola	1	0,57%	Operacao de Credito Externo	1	0,57%
Articulacao	1	0,57%	Operacoes Conjuntas	1	0,57%
Assuntos Civis	1	0,57%	Operacoes de Manutencao da Paz	1	0,57%
Atividade de Inteligencia	1	0,57%	Oriente Medio	1	0,57%
Autonomia Militar	1	0,57%	Otan	1	0,57%
Aviacao do Exercito	1	0,57%	Paz	1	0,57%
Bolivarianismo	1	0,57%	Politica de Defesa Nacional	1	0,57%
Brasil	1	0,57%	Politica de Defesa Nacional	1	0,57%
BRIC	1	0,57%	Politica de Seguranca e Defesa Comum	1	0,57%
Ciberespaco	1	0,57%	Politica Nacional de Defesa	1	0,57%
Ciencia	1	0,57%	Politica Publica de Defesa	1	0,57%
Combate Seculo XXI	1	0,57%	Politicadas Defesa	1	0,57%
Comunidade de Defesa	1	0,57%	Preparo	1	0,57%
Condicoes Necessarias e Suficientes ao Ambiente Geral das Exportacoes	1	0,57%	Principios	1	0,57%
Conflitos	1	0,57%	Processo de Paz	1	0,57%
Conjuntura	1	0,57%	Programa Espacial	1	0,57%
Conselho de Defesa Sul Americano	1	0,57%	Protecao de Civis	1	0,57%
Conselho de Seguranca da ONU	1	0,57%	Questao Israelo-Palestina	1	0,57%

Cooperacao Interagencias	1	0,57%	Reflexos da Politica Externa Brasileira	1	0,57%
Cooperacao Regional	1	0,57%	Refugios	1	0,57%
Coordenacao Civil Militar	1	0,57%	Relacao Brasil Africa	1	0,57%
Desastres Naturais	1	0,57%	Relacoes Civis Militares	1	0,57%
Deslocados Ambientais	1	0,57%	Satelites	1	0,57%
Desmobilizacao	1	0,57%	Securitizacao da Amazonia	1	0,57%
DICA	1	0,57%	Seguranca	1	0,57%
Direito Internacional dos Direitos Humanos	1	0,57%	Seguranca Cooperativa	1	0,57%
Direito Internacional Humanitario	1	0,57%	Seguranca e Defesa	1	0,57%
Direitor Humanos	1	0,57%	Seguranca e Defesa Angola	1	0,57%
Dissuasao	1	0,57%	Seguranca e Defesa Mocambique	1	0,57%
Doutrina de Seguranca Nacional	1	0,57%	Seguranca e Defesa Nacional	1	0,57%
Drone	1	0,57%	Seguranca Humana	1	0,57%
Economia de Defesa	1	0,57%	Seguranca Internacional	1	0,57%
Eficiencia em Combate	1	0,57%	Seguranca Multidimensional	1	0,57%
Equador	1	0,57%	Setor Eletrico	1	0,57%
Espaco Cibernético	1	0,57%	Sisfron	1	0,57%
Estabilidade Regional	1	0,57%	Sistema de Defesa Sub-regional	1	0,57%
Estrat, gia	1	0,57%	Soberania	1	0,57%
Estrategia da Resistencia	1	0,57%	Sudao do Sul	1	0,57%
Estrategia Nacional de Defesa	1	0,57%	Tecnologia e Inovacao	1	0,57%

Etica Militar	1	0,57%	Territorio	1	0,57%
Etica Profissional Militar	1	0,57%	Treinamento em Selva	1	0,57%
Exportacoes de Produtos de Defesa	1	0,57%	Triplice Fronteira	1	0,57%
Faixa de Fronteira	1	0,57%	Uniao Europeia	1	0,57%
Forcas Armadas	1	0,57%	Uruguai	1	0,57%
Forcas Armadas do Mercosul	1	0,57%	VANT	1	0,57%
Forcas Armadas Indianas	1	0,57%	Vulnerabilidades	1	0,57%

ANEXO C – Principais Autores Citados nos Trabalhos Finais do PPGCM

Obra	Freq	% do Total	Obra	Freq	% do Total
BUZAN, B.; WAEVER, O.	11	2,16%	DIEHL, Paul.	1	0,20%
ALSINA JR, Joao Paulo Soares.	9	1,77%	DINIZ, E. P.	1	0,20%
BUZAN, B.; HANSEN, L.	9	1,77%	DINSTEIN, Yoram.	1	0,20%
NYE JR, Joseph S.	9	1,77%	DIVISION DE AVIACION ASALTO AEREO.	1	0,20%
BULL, Hedley.	8	1,57%	DODDS, Klaus.	1	0,20%
KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S.	7	1,38%	DOUGHERTY, James E. et al.	1	0,20%
ARON, Raymond.	6	1,18%	DYSON, Tom.	1	0,20%
BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. DE.	6	1,18%	EKPE, Bassey.	1	0,20%
CLAUSEWITZ, C. V.	6	1,18%	ELWARD, S.M.	1	0,20%
KEOHANE, Robert O.	6	1,18%	FAUSTO, Boris.	1	0,20%
MORGENTHAU, Hans. J.	6	1,18%	FERRO, M.	1	0,20%
AMORIM, Celso Luiz Nunes.	5	0,98%	FILHO, Hildo Vieira FILHO.	1	0,20%
BOBBIO, Norberto.	5	0,98%	FITZGERALD, C.W.; BRANTLY, A.F.	1	0,20%
CEPIK, M.	5	0,98%	FLINT, Colin.	1	0,20%
MENEZES, Delano Teixeira.	5	0,98%	FONSECA Jr, Gelson.	1	0,20%
OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de.	5	0,98%	FONSECA JUNIOR; Gelson e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de.	1	0,20%
SWINARSKI, Christophe.	5	0,98%	FRAGA, J. C. D. A.	1	0,20%
WIGHT, Martin.	5	0,98%	FRAGA, Rosendo.	1	0,20%

ALMEIDA, Paulo Roberto de.	4	0,79%	FRANCK, Thomas.	1	0,20%
BEAUFRE, Andre.	4	0,79%	FREITAS, J. M. da C.	1	0,20%
CARDOSO, A. J. S.	4	0,79%	FREY, K.	1	0,20%
CASTELLS, Manuel.	4	0,79%	GATES, Robert.	1	0,20%
CASTRO, Thales.	4	0,79%	GATTAZ, Andre.	1	0,20%
CERVO A. L.	4	0,79%	GILPIN, R.	1	0,20%
HOBBS, Thomas.	4	0,79%	GOFFREDO JR, Gustavo Senechal de.	1	0,20%
HUNTINGTON, Samuel P.	4	0,79%	GOLDMAN SACHS.	1	0,20%
LAFER, Celso.	4	0,79%	GONCALVES, Williams.	1	0,20%
MELLO, Celso D. A.	4	0,79%	GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert	1	0,20%
ACCIOLY, Hildebrando.	3	0,59%	GRAY, Jesse Glenn.	1	0,20%
ANGELL, Norman.	3	0,59%	GREEN L. C.	1	0,20%
BONAVIDES, Paulo.	3	0,59%	GREGOR, A. James.	1	0,20%
CERVO A. L.; BUENO. C.	3	0,59%	GROTIUS, Hugo.	1	0,20%
CORREA, Luiz Felipe de Seixas.	3	0,59%	GUIMARAES, Samuel Pinheiro.	1	0,20%
FONTOURA, Paulo R. C. Tarrise da.	3	0,59%	GUTMAN, R. et al.	1	0,20%
FUKUYAMA, F.	3	0,59%	GUY, Peters.	1	0,20%
GENTILI, Alberico.	3	0,59%	HARDING, R.	1	0,20%
HIRST, Monica.	3	0,59%	HARVEY, B.; SMID, H.; PIRARD, T.	1	0,20%
HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia.	3	0,59%	HELD, David;	1	0,20%
JACKSON, R.; SORENSEN, G.	3	0,59%	HERMANN, Charles F.	1	0,20%
KALDOR, Mary.	3	0,59%	HILL, Christopher; SMITH, Michael	1	0,20%

KANT, Immanuel.	3	0,59%	HIPPEL, Karin von.	1	0,20%
KEEGAN, John.	3	0,59%	HOBBS, Thomas; TUCK, Richard.	1	0,20%
MAGNOLI, Demetrio.	3	0,59%	HOLANDA, Sergio Buarque de.	1	0,20%
NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N.	3	0,59%	HOLSTI, Kalevi J.	1	0,20%
TZU, Sun.	3	0,59%	HOWORTH, Jolyon.	1	0,20%
VIZENTINI, Paulo Fagundes.	3	0,59%	HUSEK, Carlos Roberto.	1	0,20%
WENDT, Alexander.	3	0,59%	JETT, Dennis C.	1	0,20%
AGOSTINHO, Santo.	2	0,39%	JOHNSON, Paul.	1	0,20%
AGUILAR, Sergio Luiz Cruz.	2	0,39%	JOMINI, A.-H..	1	0,20%
ALLAO, Andre Luiz Ribeiro Campos	2	0,39%	JONES, Seth G.	1	0,20%
AMORIM NETO, Octavio.	2	0,39%	KALSHOVEN, F.; ZEGVELD, L.	1	0,20%
ARRUDA, J. R.	2	0,39%	KEHOHANE, Robert O.	1	0,20%
BARDIN, L.	2	0,39%	KELLETT, A.	1	0,20%
BAUMAN, Zygmunt.	2	0,39%	KENNEDY, Paul.	1	0,20%
BELLAMY, Alex J; WILLIAMS Paul; GRIFFIN Stuart.	2	0,39%	KENT, Sherman.	1	0,20%
BUZAN, B.	2	0,39%	KING, Anthony.	1	0,20%
CARR, Edward. H.	2	0,39%	KISSINGER, Henry.	1	0,20%
CASSESE, Antonio.	2	0,39%	KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze.	1	0,20%
CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C.	2	0,39%	LANDIM, Hiarley Goncalvez Cruz.	1	0,20%
CHAPMAN, G.	2	0,39%	LERICHE, Matthew; ARNOLD, Matthew.	1	0,20%
GUERRA, Sidney.	2	0,39%	LESKE, A. D. C.	1	0,20%

HERZ, Monica.	2	0,39%	LESSA, M. L.; GONCALVES, W. da S.	1	0,20%
HOBBSAWM, Eric J.	2	0,39%	LIBICKI, Martin C.	1	0,20%
JANOWITZ, Morris.	2	0,39%	LINHARES M. Y.	1	0,20%
KELSEN, Hans.	2	0,39%	LOPES, Roberto Sarmiento de Figueiredo; PINHEIRO, Alvaro de Souza; CALDERARO, Raimundo Cesar Bordalo.	1	0,20%
KLEIN, John J.	2	0,39%	LULA DA SILVA, L.; AMORIM, C.; GUIMARAES S.P..	1	0,20%
KUHN, Thomas S.	2	0,39%	MACEDO CARVALHO, LUIZ PABLO.	1	0,20%
LENIN, Vladimir Ilitch.	2	0,39%	MAIA NETO, Fernando Mota.	1	0,20%
MATTOS, C.M.	2	0,39%	MALLIK, A.	1	0,20%
MIYAMOTO. S.	2	0,39%	MARCH, J.G. and OLSEN, J.P.	1	0,20%
MORIN, Edgar.	2	0,39%	MARES, David.	1	0,20%
PECEQUILO, Cristina Soreanu.	2	0,39%	MARQUES, Adriana A.	1	0,20%
PINHEIRO, Leticia de Abreu.	2	0,39%	MARQUES, H. S.	1	0,20%
RAFFESTIN, Claude.	2	0,39%	MARTIN, Andre Roberto.	1	0,20%
REALE, Miguel.	2	0,39%	MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich	1	0,20%
ROUSSEAU, Jean Jacques.	2	0,39%	MAZUOLLI, Valerio de Oliveira.	1	0,20%
SAINT-PIERRE, H.	2	0,39%	Mc NEILL, Wiliam H.	1	0,20%
WALTZ, Kenneth	2	0,39%	MCGOWEN, Stanley S.	1	0,20%
WEBER, Max.	2	0,39%	MEARSHEIMER, John J.	1	0,20%
WILLIAMS, Paul D.	2	0,39%	MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen.	1	0,20%

AARONSON, M.	1	0,20%	MEIRA MATTOS, Carlos de.	1	0,20%
ABDENUR, Roberto Pinto Ferreira Mameri	1	0,20%	METCALF, B. D.	1	0,20%
ABREU, Gustavo de Souza	1	0,20%	MILLER, D. M. O.	1	0,20%
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e.	1	0,20%	MINGST, KAREN; MARQUES, ARLETE SIMILLE.	1	0,20%
ACUNA, Marcelo; RUMZA, Ricardo.	1	0,20%	MIRANDA, Andre Luis Novaes.	1	0,20%
ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael.	1	0,20%	MORENO, Nilton Jose Batista J ?nior.	1	0,20%
AGNEW, John.	1	0,20%	MULLINEN, Frederic de.	1	0,20%
AHARONIAN, Aram	1	0,20%	NELSON, Jobim.	1	0,20%
AKCELRUD, Isaac.	1	0,20%	NEWMAN, Edward.	1	0,20%
ALBUQUERQUE, Jose Augusto Guilhon.	1	0,20%	NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P.	1	0,20%
ALEXANDER, John B.	1	0,20%	OLIVEIRA JUNIOR, Almir; GOES, Fernanda Lira.	1	0,20%
ALI, Tariq	1	0,20%	ONU	1	0,20%
ALLEN, George V	1	0,20%	ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS.	1	0,20%
ALLEN, Mark.	1	0,20%	PAGLIARI, Graciela de Conti.	1	0,20%
ALLISON, Graham; e Zelikow, P.	1	0,20%	PALMA, Najla Nassif.	1	0,20%
ALMEIDA, FABIO JOSE	1	0,20%	PANTOJA, S.; SARAIVA J. F. S.	1	0,20%
ALMENDRA, Carlos Cesar	1	0,20%	PARK, K. H; BONIS, D. F de; ABUD, M. R.	1	0,20%
ALVES, Jose Augusto Lidgren.	1	0,20%	PAUL, T. V.; WIRTZ, J. J.; FORTMANN, M	1	0,20%

ALVES, Rubem.	1	0,20%	PENHA, Eli Alves.	1	0,20%
ARARIPE, Tristao de Alencar.	1	0,20%	PETERS, B. Guy.	1	0,20%
ARENDT, H.	1	0,20%	PISSOLITO, C. A.	1	0,20%
ARISTOTELES.	1	0,20%	PLATAO.	1	0,20%
ARMSTRONG, Karen.	1	0,20%	POMAR, W.	1	0,20%
ARRUDA, J. J.de A. ; PILETTI, Nelson.	1	0,20%	PORTER, Michael E.	1	0,20%
AVILA, Rafael; RANGEL, L. Alencar.	1	0,20%	POWELL, R.	1	0,20%
BALDWIN, David A.	1	0,20%	RAM, Sunil.	1	0,20%
BARBOUR, R.	1	0,20%	REIS, Rossana Rocha; MEDEIROS, Marcelo de Almeida; VILLA, Rafael	1	0,20%
BARROS, Sebastiao do Rego.	1	0,20%	RICOBOM, Gisele.	1	0,20%
BARROSO, Mauro P.	1	0,20%	RICUPERO, Rubens.	1	0,20%
BASTOS, E C S.	1	0,20%	ROCHA, Carlos Vasconcelos.	1	0,20%
BEACH, Derek.	1	0,20%	RODRIGUE, E. Joelsa.	1	0,20%
BECKER, B. K.	1	0,20%	RODRIGUES, Jose Honorio.	1	0,20%
BECKER, Bertha K. e EGLER, C.A.G.	1	0,20%	ROTHSCHILD, E.	1	0,20%
BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul.	1	0,20%	RUAS SANTOS, Francisco.	1	0,20%
BERTAZZO, Roberto P.	1	0,20%	RUSSEL, Bertrand.	1	0,20%
BINENBJOM. Gustavo.	1	0,20%	SALES, Camila Maria Rissos.	1	0,20%
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco.	1	0,20%	SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D.	1	0,20%
BONANATE, L.	1	0,20%	SANTOS, L.	1	0,20%

BORGES, L. Estrela.	1	0,20%	SANTOS, Milton	1	0,20%
BORY, Francoise.	1	0,20%	SCHMIDT, Gustav.	1	0,20%
BOUVIER, A. A.	1	0,20%	SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.	1	0,20%
BRANDS, Hal.	1	0,20%	SHEEHAN, M.	1	0,20%
BRENNER, Jayme; CAMARGO, Claudio.	1	0,20%	SIMON, Herbert Alexander.	1	0,20%
BRIGAGAO, Clovis; PROENCA JUNIOR, Domicio.	1	0,20%	SOAREZ E SILVA, Fernando Jose Sant?Ana.	1	0,20%
BRUCE, Ronald.	1	0,20%	SOHR, Raul.	1	0,20%
BUCKLEY, Walter.	1	0,20%	SORIANO NETO, M.	1	0,20%
BULEY, B.	1	0,20%	SOUSA, Monica Teresa Costa.	1	0,20%
BUREAU, J.	1	0,20%	SOUZA, Amaury de.	1	0,20%
BYERS, Michael.	1	0,20%	SOUZA, Marcelo Jose Lopes de	1	0,20%
BYRNE, D.	1	0,20%	SPALDING, Frank.	1	0,20%
CARDOSO, C. F. S.	1	0,20%	SPRAGUE, Jeb.	1	0,20%
CARDOSO, Marcos Vinicius de Vasconcelos.	1	0,20%	STUENKEL, O.	1	0,20%
CARVALHO FILHO, Jose dos Santos.	1	0,20%	SUAREZ, M.; DUARTE, R.; WEIFFEN, B.	1	0,20%
CEPIK, M.; CANABARRO, D.R.; BORNE, T.	1	0,20%	SWAN, Melanie	1	0,20%
CHALMERS, A. F.	1	0,20%	SZTERLING, Silvia.	1	0,20%
CHAMBRE, H.	1	0,20%	THICKNESSE, P.	1	0,20%
CHANDLER, David.	1	0,20%	THOMPSON, P.	1	0,20%
CHAPMAN, Bert.	1	0,20%	THRANERT, Oliver; ZAPFE, Martin	1	0,20%
CHIAVENATTO, Julio Jose.	1	0,20%	TILLY, C.	1	0,20%

CHILLIER, G.; FREEMAN, L.	1	0,20%	TOFFLER, Alvin e Heidi.	1	0,20%
COELHO NETO, Agripino S.	1	0,20%	TOYNBEE, A. J.	1	0,20%
COHEN, J.	1	0,20%	TSE-TUNG, M.	1	0,20%
COLON, Guillem.	1	0,20%	VAN CREVELD, Martin.	1	0,20%
CORN, Geoffrey.	1	0,20%	VARGAS, J.	1	0,20%
CORVISIER, Andre.	1	0,20%	VAZ, A. C.	1	0,20%
COTRIM, Gilberto.	1	0,20%	WALLERSTEIN, Immanuel Maurice.	1	0,20%
D'ARAUJO, M. C.	1	0,20%	WALZER, M.	1	0,20%
DAL MASO JARDIM, Tarciso.	1	0,20%	WENPING, He.	1	0,20%
DANTAS, San Tiago.	1	0,20%	WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa.	1	0,20%
DAVID, Charles-Philippe; LEVESQUE, Jacques.	1	0,20%	WILSON, Peter.	1	0,20%
DELMAS, Philippe.	1	0,20%	WOHLFORTH, William C.	1	0,20%
DESCARTES, Rene.	1	0,20%	WROBEL, Paulo S.; HERZ, Monica.	1	0,20%
DIAS, Reinaldo.	1	0,20%	YANAKAWA et al.	1	0,20%
			ZACHER, Mark.	1	0,20%
			ZAVERUCHA, J.	1	0,20%

ANEXO D – Principais Obras Citadas nos Trabalhos Finais do PPGCM

Obra	Freq	% do Total	Obra	Freq	% do Total
Regions And Powers: The Structure Of International Security.	10	1,96%	Fim De Milenio. A Era Da Informacao: Economia, Sociedade E Cultura.	1	0,20%
Teoria Das Relacoes Internacionais: Correntes E Debates.	9	1,77%	Fronteiras E Nacoes.	1	0,20%
A Evolucao Dos Estudos De Seguranca Internacional.	8	1,57%	Fuerzas Armadas En Operaciones Distintas A La Guerra.	1	0,20%
A Sociedade Anarquica: Um Estudo Da Ordem Na Politica Mundial.	8	1,57%	Fundamentos Da Filosofia: Historia E Grandes Temas.	1	0,20%
A Politica Entre As Nacoes: A Luta Pelo Poder E Pela Paz.	6	1,18%	Future Of Nato: Enlargement, Russia, And European Security.	1	0,20%
Paz E Guerra Entre As Nacoes.	6	1,18%	Genesis Y Dessarollo Del Derecho Internacional Humanitario.	1	0,20%
Politica Externa E Poder Militar No Brasil: Universos Paralelos.	6	1,18%	Genocide In Modern Times.	1	0,20%
Security: A New Framework For Analysis.	6	1,18%	Genocidio Americano: A Guerra Do Paraguai.	1	0,20%
Leviata	5	0,98%	Geopolitica E Modernidade: A Geopolitica Brasileira.	1	0,20%
O Militar E O Diplomata.	5	0,98%	Geopolitica E Teoria De Fronteiras: Fronteiras Do Brasil.	1	0,20%
Power And Interdependence	5	0,98%	Geopolitics: A Guide Do The Issues. Contemporary Military, Strategic, And Security Issues.	1	0,20%
A Identidade Internacional Do Brasil E A Politica Externa Brasileira.	4	0,79%	Geopolitics: A Very Short Introduction.	1	0,20%
Introducao A Estrategia.	4	0,79%	Geopolitics: Re-Visioning World Politics.	1	0,20%

Introducao As Relacoes Internacionais: Teorias E Abordagens.	4	0,79%	Globalizacao: As Consequencias Humanas.	1	0,20%
Manual De Direito Internacional Publico.	4	0,79%	Grupos Focais.	1	0,20%
O Brasil Nas Operacoes De Paz Das Nacoes Unidas.	4	0,79%	Guerra Do Paraguai.	1	0,20%
A Arte Da Guerra.	3	0,59%	Guerra, Agressao, E Legitima Defesa.	1	0,20%
A Grande Ilusao.	3	0,59%	Guerras Justas E Injustas.	1	0,20%
A Norma E A Guerra.	3	0,59%	Hacia La Modernizacion Del Sistema De Defensa Argentino.	1	0,20%
A Politica Externa Do Brasil Em Dois Tempos.	3	0,59%	Helicopters: An Illustrated History Of Their Impact.	1	0,20%
After Hegemony: Cooperation And Discord In The World Political Economy.	3	0,59%	Historia Concisa Da India Moderna.	1	0,20%
Democracia E Defesa Nacional: A Criacao Do Ministerio Da Defesa Na Presidencia De Fhc.	3	0,59%	Historia Concisa Do Brasil	1	0,20%
Direitos Humanos E Conflitos Armados.	3	0,59%	Historia Das Colonizacoes.	1	0,20%
Historia Da Politica Exterior Do Brasil.	3	0,59%	Historia Das Relacoes Internacionais: Teorias E Processos.	1	0,20%
Historia Das Guerras.	3	0,59%	Historia De La Aviacion Del Ejercito Nacional De Colombia.	1	0,20%
O Brasil E As Operacoes De Manutencao Da Paz Das Nacoes Unidas.	3	0,59%	Historia Do Brasil.	1	0,20%
O Brasil Nas Nacoes Unidas (1946-2006).	3	0,59%	Historia Do Cristianismo.	1	0,20%
O Choque Das Civilizacoes E A Recomposicao Da Ordem Mundial.	3	0,59%	Historia Do Pensamento Ocidental.	1	0,20%

O Direito De Guerra.	3	0,59%	Historia Em Documento.	1	0,20%
O Futuro Do Poder.	3	0,59%	Historia Geral Da Civilizacao Brasileira: Declinio E Queda Do Imperio.	1	0,20%
On War	3	0,59%	Historia Geral Do Brasil.	1	0,20%
Soft Power: The Means To Success In World Politics.	3	0,59%	Hugo Chavez E A Revolucao Bolivariana Na Venezuela	1	0,20%
Uma Historia Da Guerra.	3	0,59%	In The Shadow Of Giants: The Major Powers And The Security Of Southeast Asia.	1	0,20%
Understanding Peacekeeping.	3	0,59%	Inclusive Wars: Is Clausewitz Still Relevant In These Global Times?	1	0,20%
A Era Dos Direitos.	2	0,39%	Inovacao E Politicas Na Industria De Defesa Brasileira.	1	0,20%
A Paz Perpetua.	2	0,39%	Institucional Theory In Political Science. The New Institucionalism.	1	0,20%
A Politica Do Poder.	2	0,39%	Institutional Perspectives On Political Institutions, Governance.	1	0,20%
Analise De Conteudo.	2	0,39%	International & Operational Law.	1	0,20%
Anarchy Is What States Make Of It: The Social Construction Of Power Politics.	2	0,39%	International Institutions: Two Approaches	1	0,20%
Ciencia Politica.	2	0,39%	International Institutions And State Power.	1	0,20%
Curso De Direito Internacional Publico.	2	0,39%	International Relations And The European Union.	1	0,20%
Da Guerra.	2	0,39%	Intervencao Humanitaria: A Guerra Em Nome Dos Direitos Humanos.	1	0,20%
De Dutra A Lula: A Conducao E Os Determinantes Da Politica Externa	2	0,39%	Introducao Ao Direito	1	0,20%

Brasileira.			Internacional Humanitario.		
Direito Internacional Dos Direitos Humanos.	2	0,39%	Introducao Ao Estudo Da Administracao.	1	0,20%
Direito Internacional Humanitario: Limites Da Guerra.	2	0,39%	Introducao As Relacoes Internacionais: Temas, Atores E Visoes.	1	0,20%
Insercao Internacional: Formacao Dos Conceitos Brasileiros.	2	0,39%	Introduccion Al Derecho Internacional Humanitario.	1	0,20%
International Criminal Law.	2	0,39%	Introduction A La Pensee Complexe.	1	0,20%
International Theory: The Three Traditions.	2	0,39%	Introduction To Geopolitics.	1	0,20%
Los Claroscuros De La Seguridad Regional En Las Americas	2	0,39%	Irregular Warfare Necessitates Flexibility In Joint Operations.	1	0,20%
Militares E Politica Na Nova Republica.	2	0,39%	Las Relaciones Ecuador Y Peru: Una Perspectiva Historica.	1	0,20%
New And Old Wars: Organized Violence In A Global Era.	2	0,39%	Licoes Preliminares De Direito.	1	0,20%
O Contrato Social.	2	0,39%	Lilliputiansi Dilemma: Small States In International Politics.	1	0,20%
O Fim Da Historia E O Ultimo Homem.	2	0,39%	Los Paramilitares Colombianos En Venezuela	1	0,20%
O Imperialismo: A Etapa Superior Do Capitalismo	2	0,39%	Macrosecuritization And Security Constellations: Reconsidering Scale In Securitization Theory.	1	0,20%
O Uso Politico Das Forcas Armadas: E Outras Questoes Militares.	2	0,39%	Manifesto Comunista	1	0,20%
Politica Externa Brasileira (1889-2002).	2	0,39%	Manual De Direito Administrativo.	1	0,20%
Por Uma Geografia Do Poder.	2	0,39%	Manual Sobre El Derecho De La Guerra Para Las Fuerzas Armadas.	1	0,20%

Security Studies: An Introduction.	2	0,39%	Militares, Democracia E Desenvolvimento: Brasil E America Do Sul.	1	0,20%
Space Warfare - Strategy, Principles And Policy.	2	0,39%	Military Rotorcraft,	1	0,20%
The Struture Of Scientific Revolutions.	2	0,39%	Motivacao Para O Combate	1	0,20%
Transnational Relations And World Politics.	2	0,39%	Na Guerra	1	0,20%
Vinte Anos De Crise: 1919-1939.	2	0,39%	Naciones Unidas: Mantenimiento De La Paz.	1	0,20%
?Defesa? Ou ?Seguranca?? Reflexoes Em Torno De Conceitos E Ideologias.	1	0,20%	Neoclassical Realism And Defence Reform In Post-Cold War Europe.	1	0,20%
A Agenda Internacional Do Brasil: A Politica Externa Brasileira De Fhc A Lula.	1	0,20%	Neoinstitucionalismo Como Modelo De Analise Para As Politicas Publicas.	1	0,20%
A America Do Sul No Discurso Diplomatico Brasileiro.	1	0,20%	Neorealism And Its Critics.	1	0,20%
A Base Industrial De Defesa Do Brasil: Reflexoes, Perspectivas E Sua Contribuicao Estrategica Para A Defesa Nacional.	1	0,20%	New Perspectives On Liberal Peacebuilding.	1	0,20%
A Cidade De Deus (Contra Os Pagaos).	1	0,20%	O Belo Futuro Da Guerra.	1	0,20%
A Diplomacia Militar Do Exercito Brasileiro E O Ambiente De Seguranca E Defesa Na America Do Sul.	1	0,20%	O Brasil E A Seguranca Na America Do Sul.	1	0,20%
A Diplomacia Multilateral Do Brasil: Um Tributo A Rui Barbosa.	1	0,20%	O Brasil E As Negociacoes Multilaterais.	1	0,20%
A Escola Geopolitica Brasileira.	1	0,20%	O Brasil E As Relacoes Internacionais No Pos-Guerra Fria.	1	0,20%
A Estrategia Nacional De Defesa E A Reorganizacao E Transformacao Das Forcas Armadas.	1	0,20%	O Brasil E O Conselho De Seguranca	1	0,20%

A Formacao De Israel E A Questao Palestina.	1	0,20%	O Brasil E O Direito Internacional Dos Conflitos Armados.	1	0,20%
A Galaxia Da Internet	1	0,20%	O Brasil E O Mundo: Novas Visoes.	1	0,20%
A Geopolitica E As Projecoes Do Poder.	1	0,20%	O Brasil E Os Demais Brics: Comercio E Politica.	1	0,20%
A Guerra Da Iugoslavia: Uma Decada De Crises Nos Balcas.	1	0,20%	O Brasil E Os Novos Conceitos Globais E Hemisfericos De Seguranca.	1	0,20%
A Guerra Da Palestina: Da Criacao Do Estado De Israel A Nova Intifada.	1	0,20%	O Direito Da Guerra E Da Paz.	1	0,20%
A Guerra E O Direito Internacional.	1	0,20%	O Direito Internacional Humanitario.	1	0,20%
A Guerra: Ensaio Historico.	1	0,20%	O Emprego Das Forcas Armadas Em Operacoes De Garantia Da Lei E Da Ordem.	1	0,20%
A Guerra.	1	0,20%	O Estado-Nacao Na Era Do Multilateralismo.	1	0,20%
A History Of Nato: The First Fifty Years.	1	0,20%	O Governo Lula: Uma Nova Politica Exterior.	1	0,20%
A Importancia Do Livro Branco De Defesa Nacional: Instrumento Gerador De Confianca Na America Do Sul.	1	0,20%	O Livro Vermelho.	1	0,20%
A Legitimidade E Outras Questoes Internacionais.	1	0,20%	O Lobby De Israel.	1	0,20%
A Lei Da Guerra - Direito Internacional E Conflito Armado.	1	0,20%	O Oriente Medio.	1	0,20%
A Natureza Do Espaco: Tecnica E Tempo, Razao E Espaco	1	0,20%	O Poder Da Identidade.	1	0,20%
A Necessidade De Um Pensamento Complexo.	1	0,20%	O Poder Militar Brasileiro Como Instrumento De Politica Externa.	1	0,20%

A Nova (Des)Ordem Internacional. Onu: Uma Vocacao Para A Paz.	1	0,20%	O Poder Militar Como Instrumento Da Politica Externa Brasileira Contemporanea.	1	0,20%
A Nova Ordem Mundial.	1	0,20%	O Problema Da Guerra E As Vias Da Paz.	1	0,20%
A Onu E A Protecao Aos Direitos Humanos.	1	0,20%	O Problema Tatico.	1	0,20%
A Participação Do Brasil No Processo De Paz Equador-Peru.	1	0,20%	O Soldado E O Estado: Teoria E Politica Das Relacoes Entre Civis E Militares.	1	0,20%
A Paz Pelo Direito.	1	0,20%	O Soldado Profissional.	1	0,20%
A Politica Armada. Fundamentos Da Guerra Revolucionaria.	1	0,20%	O Terceiro Ausente. Ensaio E Discursos Sobre A Paz E A Guerra.	1	0,20%
A Politica Brasileira De Seguranca No Pos-Guerra Fria.	1	0,20%	O Territorio: Sobre O Espaco E Poder, Autonomia E Desenvolvimento	1	0,20%
A Politica De Seguranca Brasileira E A Defesa Nacional.	1	0,20%	O Trabalho Na Colonia.	1	0,20%
A Politica Externa Do Brasil.	1	0,20%	O Tratamento Da Seguranca Regional Pela Disciplina De Relacoes Internacionais.	1	0,20%
A Politica Externa Do Regime Militar Brasileiro.	1	0,20%	On Violence.	1	0,20%
A Presenca Brasileira Nas Operacoes De Paz Das Nacoes Unidas.	1	0,20%	Os Pilares Em Ruina Do Templo De Vestfalia.	1	0,20%
A Reforma Da Onu.	1	0,20%	Panorama Da Politica Externa Brasileira No Governo Lula Da Silva.	1	0,20%
A Republica.	1	0,20%	Para A Paz Perpetua.	1	0,20%
A Revolucao Chinesa.	1	0,20%	Paramilitarism And The Assault On Democracy In Haiti.	1	0,20%

A Securitizacao Do Ciberespaco E O Terrorismo: Uma Abordagem Critica	1	0,20%	Paz E Guerra No Oriente Medio.	1	0,20%
A Sintese Imperfeita: Articulacao Entre Politica Externa E Politica De Defesa	1	0,20%	Peace And War: Armed Conflicts And International Order 1648-1989.	1	0,20%
A Social Theory Of International Politics.	1	0,20%	Peace Operations.	1	0,20%
A Sociologia E A Teoria Moderna Dos Sistemas.	1	0,20%	People, States And Fear: An Agenda For Security Studies In The Post-Cold War Era.	1	0,20%
A Transformacao Da Guerra.	1	0,20%	Piratas Do Caribe: O Eixo Da Esperanca	1	0,20%
A Vantagem Competitiva Das Nacoes.	1	0,20%	Politica De Defesa E O Mercosul.	1	0,20%
A Voz Do Passado.	1	0,20%	Politica Externa E Politica De Defesa: A Sintese Imperfeita.	1	0,20%
Accountability And Abuses Of Power In World Politics	1	0,20%	Politica Externa Em Tempo Real.	1	0,20%
Africa: The Politics Of Independence And Unity.	1	0,20%	Politica Externa Independente.	1	0,20%
Amazonia: Geopolitica Na Virada Do Iii Milenio.	1	0,20%	Politica Internacional.	1	0,20%
American Public Policy: Promise And Performance.	1	0,20%	Políticas De Defesa No Brasil: Instituicoes, Doutrina, Capacidades E Economia.	1	0,20%
An Introduction To The Revolution In Military Affairs.	1	0,20%	Políticas Publicas Para La Reduccion De La Vulnerabilidad Frente A Los Desastres Naturales Y Socio-Naturales.	1	0,20%
Anarchy In International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate	1	0,20%	Políticas Publicas: Um Debate Conceitual E Reflexoes Referentes A Pratica Da Analise De Políticas Publicas No Brasil.	1	0,20%

Angola E Brasil Nas Rotas Do Atlantico Sul.	1	0,20%	Potential Threat: The New Oas Concept Of Hemispheric Security.	1	0,20%
Arabes.	1	0,20%	Power Dynamics And Regional Security In Latin America.	1	0,20%
Argentina, Chile Y Sus Libros De Defensa.	1	0,20%	Power Politics.	1	0,20%
Arte Da Guerra.	1	0,20%	Principios De Relacoes Internacionais.	1	0,20%
As Farc	1	0,20%	Principles Of International Law.	1	0,20%
As Guerras Do Futuro.	1	0,20%	Protection Of Civilians In The Modern Law Of International Armed Conflict.	1	0,20%
As Guerras Que Nos Esperam.	1	0,20%	Redes E Territorios	1	0,20%
Aspectos Normativos Da Paz Democratica E Suas Implicacoes Para A Seguranca Internacional.	1	0,20%	Relacoes Brasil-Africa E Geopolitica Do Atlantico Sul.	1	0,20%
Aviacao Do Exercito Equatoriano: Pequena, Mas Eficiente	1	0,20%	Relacoes Internacionais Contemporaneas. A Ordem Mundial Depois Da Guerra Fria.	1	0,20%
Back To The Future: Instability In Europe After Cold War.	1	0,20%	Relacoes Internacionais Do Brasil: Um Balanco Da Era Cardoso.	1	0,20%
Balance Of Power - Theory And Practice In The 21St Century.	1	0,20%	Relacoes Internacionais E Politica Externa Do Brasil: Dos Descobrimentos A Globalizacao.	1	0,20%
Barao Do Rio Branco: O Brasil No Mundo.	1	0,20%	Relacoes Internacionais E Politica Externa Nos Governos Fhc E Lula.	1	0,20%
Big Structures, Large Processes, Hugh Comparisons.	1	0,20%	Relacoes Internacionais, Introducao Ao Estudo Da Sociedade Internacional Global	1	0,20%

Blockchain Blueprint For A New Economy	1	0,20%	Relacoes Internacionais: As Teorias Em Confronto: Um Estudo Detalhado	1	0,20%
Bound To Lead	1	0,20%	Resposta A Pesquisa De Campo	1	0,20%
Brasil E Africa: Outro Horizonte.	1	0,20%	Restricciones A La Conduccion De La Guerra.	1	0,20%
Brasil Em Missoes De Paz.	1	0,20%	Role Of Technology In International Affairs.	1	0,20%
Brasil: Uma Biografia.	1	0,20%	Seculo Xxi: Impasses E Conflitos.	1	0,20%
Brasil: Uma Nova Potencia Regional Na Economia-Mundo.	1	0,20%	Security And Defence Policy In The European Union.	1	0,20%
Brics And Beyond.	1	0,20%	Security Communities.	1	0,20%
Brics Lead The Global Recovery.	1	0,20%	Seguranca Internacional: Da Ordem Internacional Aos Desafios Para A America Do Sul E Para A Celac.	1	0,20%
Carta Das Nacoes Unidas	1	0,20%	Seguranca Internacional: Novos Desafios Para O Brasil	1	0,20%
Cenepa: A Ultima Guerra Sul-Americana.	1	0,20%	Seguranca Na America Do Sul: Dimensao Regional De Seus Desafios Politicos.	1	0,20%
Changing Course: When Governments Choose To Redirect Foreign Policy.	1	0,20%	Seguranca Na America Do Sul: Tracos Estruturais E Dinamica Conjuntural.	1	0,20%
Classicos Das Relacoes Internacionais.	1	0,20%	Seguranca Nacional E Seguranca Humana: Problemas Conceituais E Consequencias Politicas	1	0,20%
Comparacao Dos Metodos De Estudo De Situacao Do Comandante Tatico Utilizados No Brasil E Na Otan.	1	0,20%	Sobre Politicas De Governo E Politicas De Estado: Distincoes Necessarias.	1	0,20%
Complexity Theory And The Social Sciences: An Introduction.	1	0,20%	South Sudan: From Revolution To	1	0,20%

			Independence.		
Comportamento Administrativo: Um Estudo Sobre O Processo De Tomada De Decisao Na Organizacao Administrativa.	1	0,20%	Space Policy In Developing Countries.	1	0,20%
Concepcoes Estrategicas Brasileiras No Contexto Internacional Do Pos-Guerra Fria.	1	0,20%	Statistical Power Analysis For The Behavioral Sciences.	1	0,20%
Concepts Of Security In South America	1	0,20%	Strategic Intelligence For American World Policy.	1	0,20%
Conflito Colombiano	1	0,20%	Strategic Trends 2016: Key Developments In Global Affairs.	1	0,20%
Conjuntura Atual	1	0,20%	Subverting Reality: The Role Of Propaganda In 21St Century Intelligence	1	0,20%
Constructing Global Civil Society: Morality And Power In International Relations.	1	0,20%	Telecommunications For Security And Dual Use.	1	0,20%
Crimes Of War: What The Public Should Know.	1	0,20%	Temas De Politica Externa Brasileira Ii.	1	0,20%
Curso De Direito Constitucional.	1	0,20%	The 'New Wars' Debate: A Historical Perspective Is Needed.	1	0,20%
Cyber Power	1	0,20%	The Age Of Empire: 1875 ? 1914.	1	0,20%
Cyberdeterrence And Cyberwar	1	0,20%	The Art Of War.	1	0,20%
Das Operacoes Baseadas Em Efeitos A Comprehensive Approach.	1	0,20%	The Balance Of Military Power;	1	0,20%
De Civitate Dei Contra Paganos.	1	0,20%	The Balancing Act Of China'S Africa Policy.	1	0,20%
De Marx A Mao Tse Tung.	1	0,20%	The Brics And The Future Of Global Order.	1	0,20%
Democracia Pela Forca.	1	0,20%	The Concept Of Security.	1	0,20%
Democracy And The Global Order. From The Modern State To	1	0,20%	The Contemporary Law Of	1	0,20%

Cosmopolitan Governance.			Armed Conflict.		
Desafios Brasileiros Na Era Dos Gigantes.	1	0,20%	The Dynamics Of European Integration: Why An When Eu Institutions Matter.	1	0,20%
Dez Anos Que Abalaram O Seculo Xx: Da Crise Do Socialismo A Guerra Ao Terrorismo.	1	0,20%	The End Of History?	1	0,20%
Dicionario De Politica.	1	0,20%	The Evolution Of International Security Studies.	1	0,20%
Dilemmas Of Brazilian Great Strategy.	1	0,20%	The Fog Of War: A Necessary Component Of Modern Warfare.	1	0,20%
Direito Internacional Dos Conflitos Armados E Direito Dos Conflitos Armados.	1	0,20%	The Future Of Power.	1	0,20%
Direito Internacional Humanitario E Direito Penal Internacional.	1	0,20%	The Geopolitics Of South Asia: From Early Empires To The Nuclear Age.	1	0,20%
Discurso Sobre O Metodo.	1	0,20%	The History Of United Nations Peacekeeping Operations Following The Cold War: 1988 To 1996.	1	0,20%
Dreaming With Brics: The Path To 2050	1	0,20%	The International Politics Of Space.	1	0,20%
Economia E Sociedade: Fundamentos Da Sociologia Compreensiva.	1	0,20%	The International Theory Of Leonard Woolf: A Study In Twentieth Century Idealism.	1	0,20%
Economia.	1	0,20%	The New American Way Of War.	1	0,20%
El Papel De Las Fuerzas Armadas: Reflexiones Sobre La Politica De Defensa.	1	0,20%	The Parliament Of Man.	1	0,20%
Em Busca Do Poder.	1	0,20%	The Professional Soldier.	1	0,20%
Emerging Space Powers.	1	0,20%	The Rise Of European Security Cooperation.	1	0,20%

Entre O Desequilibrio Unipolar E A Multipolaridade: O Conselho De Seguranca Da Onu No Periodo Pos-Guerra Fria.	1	0,20%	The Stability Of A Unipolar World.	1	0,20%
Entre Poder E Direito: A Tradicao Grotiana Na Politica Externa Brasileira.	1	0,20%	The Transformation Of Europei S Armed Forces: From The Rhine To Afeghanistan.	1	0,20%
Equilibrio Estrategico Na America Do Sul: O Papel Pivotal Do Brasil	1	0,20%	The United Nations And The Rationale For Collective Intelligence.	1	0,20%
Era Dos Extremos - O Breve Seculo Xx: 1914 - 1991.	1	0,20%	The United States And The Great Powers: World Politics In The Twenty-First Century.	1	0,20%
Espaco E Relacoes Internacionais.	1	0,20%	The Warriors: Reflections On Men In Battle.	1	0,20%
Essays In Sociology.	1	0,20%	The World After The Peace Conference.	1	0,20%
Essence Of Decision: Explaining The Cuban Missile Crisis.	1	0,20%	To Be Or Not The Brics.	1	0,20%
Estado, Governo, Sociedade: Para Uma Teoria Geral Da Politica.	1	0,20%	Toda A Historia.	1	0,20%
Estrategia Da Dissuasao: Adequacao E Adocao Pelo Brasil, O Que E Necessario Para Que O Pais Tenha Capacidade De Dissuadir Seus Possiveis Oponentes.	1	0,20%	Uma Historia De Deus, Quatro Milenios De Busca Do Judaismo, Cristianismo E Islamismo.	1	0,20%
Etica A Nicomaco.	1	0,20%	Uma Teoria De Direito Administrativo.	1	0,20%
Evolucao Do Helicoptero Para Fins Militares. Das Origens A Guerra Do Vietna	1	0,20%	Vencendo A Guerra: Armas Avancadas, Estrategias E Conceitos Para Um Mundo Pos 11 De Setembro.	1	0,20%
Fairness In International Law And Institutions.	1	0,20%	Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining In Latin America.	1	0,20%
Fhc, Forcas Armadas E Policia: Entre O Autoritarismo E A Democracia.	1	0,20%	War And Change In World Politics.	1	0,20%

Filho. Base Industrial De Defesa: Um Modelo Para Atender As Necessidades Estrategicas Da Forca Terrestre.	1	0,20%	What Is Security?	1	0,20%
Filosofia Da Ciencia.	1	0,20%	What Is This Thing Called Science?	1	0,20%
Filosofia Do Direito.	1	0,20%	What The U.S Information Program Cannot Do	1	0,20%
			Why Pecekeeping Fails.	1	0,20%